

FEVEREIRO ■ MARÇO* / 2007 N°88 R\$ 8,00

25 anos

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Cláusula de Barreira:
A luta continua

Diego Rivera

AMÉRICA LATINA

POVO COLHE VITÓRIAS EM VÁRIOS PAÍSES

Floresce na região um ciclo de luta e esperança



O futuro nós fazemos hoje.

Há 40 anos a SUFRAMA foi criada para administrar os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e hoje, desenvolve outras atividades importantes para o crescimento de diferentes estados. O Governo do Amazonas se orgulha de ter contribuído com a consolidação deste modelo econômico, que resultou na prorrogação dos incentivos do Pólo Industrial até 2023, atraindo assim, novas indústrias.

Agora com o lançamento do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, o Governo Federal honra seus compromissos e assegura ao Amazonas a exclusividade na produção da TV Digital e do Set Up Box.

Vitória do povo do Amazonas. Estaremos unidos para que juntos possamos defender esta conquista, garantindo o futuro da nossa gente, mais empregos e a preservação da floresta amazônica. É hora de homenagear.

É hora de dizer: Parabéns à Suframa.

Parabéns à todas as indústrias e seus colaboradores.

Parabéns povo do Amazonas.

Suframa: 40 anos de vitórias.



Alvorece um ciclo progressista na América Latina

Entre o final de 2005 e dezembro de 2006 realizaram-se catorze eleições nacionais na América Latina e no Caribe. A vitória de quatro candidatos do campo da esquerda fechou esse calendário: Hugo Chávez, Lula, Daniel Ortega e Rafael Correa. E nos demais países houve o fortalecimento do campo político que vai do centro à esquerda, mesmo que neles não se tenha conquistado o governo central. À colheita desta referida safra eleitoral somam-se as vitórias anteriormente alçadas em Argentina, Uruguai e Bolívia e, ainda, a persistência revolucionária de Cuba.

Tudo, enfim, no seu conjunto, configura, nos primórdios do XXI, um ciclo político progressista na América Latina. Os processos político-sociais que fizeram emergir em cada país tais vitórias são singulares. As frentes partidárias e lideranças políticas que as encabeçam têm matrizes e referenciais teóricos e políticos diversos, todavia, há uma unidade nessa heterogeneidade: o compromisso com a democracia, com a soberania nacional e o desafio de incrementar um arrojado desenvolvimento que propicie vida digna às massas populares. A par dessas bandeiras, nas plataformas vencedoras, está sublinhada em vermelho, a integração solidária latino-americana como uma das condições indispensáveis à superação do neoliberalismo. De comum, também, do México ao Uruguai o povo como força-motriz desses processos e a ampla rejeição aos paradigmas neoliberais.

Neste universo, a Venezuela chama atenção especial, porque lá entremeio ao incremento de um programa patriótico, democrático e popular, o governo de Hugo Chávez proclamou ter dado início à edificação do que denomina de "Socialismo do XXI" na pátria de Bolívar.

Esse ciclo progressista da América Latina se constitui ao lado da resistência das nações árabes ao massacre e ao saque de que são vítimas e também ao lado dos caminhos distintos de desenvolvimento e de posicionamento político da China e do Vietnã, na Ásia, como um dos cumes da ascendente resistência dos povos contra a ofensiva do imperialismo estadunidense encabeçado, hoje, pelo criminoso governo Bush.

Por isso, seria ingênuo imaginar que a Casa Branca assoberbada com o fracasso da ocupação do Iraque estaria de braços cruzados ante esse alvorecer progressista num continente que ela julga ser dela. Dos velhos golpes de Estado de outrora, como o perpetrado na Venezuela em 2002, às ações diplomáticas de pressão, cooptação e de sementeira de discórdias, nada se pode descartar dos EUA para tentarem conter, domesticar, neutralizar ou sustar esse vigoroso movimento latino-americano. Contudo, o que se ressalta, agora, o que prevalece é uma oportunidade histórica extraordinária para se estancar a sangria de uma América Latina mil vezes saqueada, mil vezes agredida, como a retrataram Eduardo Galeano e Oscar Niemeyer.

O Brasil tanto usufrui desse momento histórico promissor quanto tem grandes responsabilidades para com ele. Nosso país já desde o primeiro governo Lula desempenhou papel destacado para que vingasse esse ciclo progressista ao Sul das Américas. Em aliança com outras nações a altiva política externa brasileira conteve a Alca e abraçou com firmeza o projeto de integração regional. Agora, o segundo governo Lula, respaldado por uma reeleição incontestável e pelos ventos favoráveis desse ciclo progressista, pode com audácia e coragem política acelerar seu desenvolvimento econômico e social e fortalecer o Mercosul e a Comunidade Sul-Americana de Nações.



AMÉRICA LATINA

Ciclo progressista e luta pelo socialismo na América Latina Ronaldo Carmona	6	Fórum de São Paulo Articulação ampla e plural das esquerdas latino-americanas e caribenhas	26
Integração da América do Sul e projeto nacional de desenvolvimento Luis Fernandes	16	Resgate da dignidade, soberania e busca da integração latino-americana Rafael Correa	31
O movimento latino-americano de história das idéias e os desafios da integração regional Eugênio Rezende de Carvalho	21	Particularidades e perspectivas do processo boliviano Marcos Domich	35
		Avançar rumo à verdadeira revolução democrática no Chile Guillermo Teillier	40

**BRASIL**

Barreira contra a democracia
Flavio Dino **48**

O Programa de Aceleração do
Crescimento: um avanço a festejar,
mas com limites
Lecio Moraes **53**

INTERNACIONAL

As eleições presidenciais
na França
Obey Ament **58**

O Fórum Social Mundial e os
movimentos sociais
Ricardo Abreu (Alemão) e
Rubens Diniz **63**

MULHER

Participação política e
nos espaços de poder
Eline Jonas **68**

COMUNICAÇÃO

A tendência do jornal
Rodrigo de Carvalho **74**

HISTÓRIA

Audácia
Chamamento do PCdoB
em seu 85º aniversário **79**

Resenha **82**

Ciclo progressista e luta pelo socialismo na América Latina

RONALDO CARMONA

Segundo os recentes resultados eleitorais, um novo ciclo político com sentido progressista, democrático e nacional vem se afirmando em toda a região. Registra a ascensão de forças políticas e sociais novas que buscam a afirmação de caminhos próprios

Oscar Niemeyer

As vitórias de quatro candidatos situados à esquerda – Lula, Rafael Correa, Daniel Ortega e Hugo Chávez, respectivamente em Brasil, Equador, Nicarágua e Venezuela – encerraram o alargado calendário eleitoral que, entre novembro de 2005 e dezembro de 2006, viu realizadas quatorze eleições nacionais na América Latina e no Caribe (ver quadro anexo), na maior concentração de eleições num mesmo período em décadas (1).

Segundo os resultados, a América Latina segue girando à esquerda, se materializando numa maioria quantitativa – e, sobretudo, qualitativa – de vitórias de candidaturas situadas do centro para a esquerda no espectro político. Com isso, afirma-se um novo ciclo – tendência com sentido e características progressistas, democráticas e nacionais – que se espraia por toda a região.

Essa tendência avança sobre o declínio do movimento contrário, o neoliberalismo, que passa a ser repudiado amplamente pelos povos. Exemplo vigoroso desse declínio é o repúdio às privatizações e a consequente defensiva dos ideólogos do neoliberalismo no segundo turno das eleições presidenciais brasileiras. Tal desprestígio das teses neoliberais – todavia hegemônicas no mundo –, contrasta com uma (re)emergência da questão nacional, ou melhor, de embriões de projetos nacionais de soberania e independência, baseados num novo protagonismo do Estado, como marca principal desses novos governos na América Latina. Registra-se também um declínio da influência dos Estados Unidos em diversos planos: político, ideológico e econômico. Aliás, este último tem como exemplo marcante o estancamento e a agonia de seu projeto hemisférico de “livre comércio”, a Alca.

Em síntese, o novo quadro latino-americano registra a ascensão de forças políticas e sociais novas que buscam, em oposição às tradicionais dependência e subordinação às potências exógenas, a afirmação de caminhos próprios.

O quadro latino-americano atual é permeado de singularidades, ineditismos. Pela primeira vez na história, três das quatro maiores economias da região são governadas, concomitantemente, por forças posicionadas do centro para a esquerda. É o caso de Brasil, Argentina e Venezuela, núcleo-duro e motores

desse ciclo novo. Também é um ciclo democrático: partidos comunistas participam em nível ministerial de quatro governos (Brasil, Venezuela, Bolívia e Uruguai) – e apóiam um outro (Equador) – dentre dez países sul-americanos. Além disso, nunca houve um ciclo de governos progressistas na América Latina, pelo menos nas proporções atuais (2).

De conjunto, são fatos novos que tornam a América Latina um importante pólo na cena internacional de resistência à globalização neoliberal e ao mundo unipolar. Junto a países do Oriente Médio, alvo de brutal ofensiva, inclusive no plano militar, por parte do imperialismo norte-americano – que busca redesenhar o seu mapa e o da China que, apoiada no socialismo, passa por um período de transformações aceleradas – a América Latina é parte principal da luta de resistência no mundo.

Além disso, o atual ciclo progressista traz em seu germe um caráter antiimperialista, pois a afirmação de caminhos nacionais, de autonomia, contrasta, objetivamente com as pretensões do imperialismo norte-americano de estender no tempo seu domínio sobre esses países. A autonomia regional, portanto, é antípoda do domínio geopolítico, econômico e ideológico pelo imperialismo.

Não obstante esse quadro novo há a atuação de travas e condicionantes que buscam incidir em seu desenvolvimento. É um fator de primeira grandeza, que condiciona as mudanças à tendência dominante e hegemônica no mundo: o capitalismo em sua fase neoliberal, sua forma contemporânea. Dessa forma, a busca de alternativas, de caminhos nacionais, adquire, quanto mais avança, um caráter *anti-sistêmico*, ou *anticapitalista*. Por isso, a despeito das experiências socialistas do século XX, são caminhos novos, ainda não percorridos, devido a serem apresentados *desafios novos* para a consecução das mudanças.

É, ainda, a nova América Latina desperta reação do imperialismo norte-americano. É falsa e unilateral a idéia de que – devido ao pântano em que se meteram no Iraque – os EUA estariam em estado de letargia quanto às mudanças em curso na América Latina. A reação não apenas ocorre, como atua em variados planos.

Os sintomas da ação imperialista são variados, diretos ou indiretos. Eles aparecem nas recentes disputas eleitorais mediante violentas campanhas anticomunista

munistas em países como México e Peru com a mobilização de uma poderosa mídia oligopolizada, ou ainda pela utilização desta como instrumento de desestabilização, como o caso do Brasil, com Lula. Na cunha entre Uruguai e Argentina no tema das indústrias de celulose, vão da na utilização de instrumentos golpistas clássicos, como na Venezuela, à atual ofensiva diplomática com a recente viagem de Bush à região. Na cooptação de parcelas das burguesias nacionais, sobretudo as exportadoras, para as assinaturas de “contratos de adesão” à hegemonia estadunidense, como os Tratados de Livre Comércio (caso, na América do Sul, de Chile, Peru e Colômbia) que implodiram a Comunidade Andina das Nações e são foco constante de tensão no Mercosul com os membros menores.

É importante registrar a atual fase do capitalismo, bem como a reação do imperialismo norte-americano, para – a despeito da novidade revelada pela atual quadra latino-americana – não contaminar a análise com precipitações voluntaristas: não se trata, todavia, de um ciclo revolucionário, mas de uma tendência progressista, de resistência contra-hegemônica, que se afirma. Ademais, não resulta em irreversibilidade. Ainda assim, seus avanços gradativos podem criar condições para afirmar passos iniciais da renovada luta pelo socialismo na América Latina.

Sentido geral do ciclo progressista

Há um *sentido geral* a se destacar na atual geração de governos progressistas latino-americanos. Um rumo comum, um corte de iniciativas mais ou menos convergentes – a despeito de, como veremos, terem velocidades e ritmos distintos. Sistematizar os elementos sobressalentes nesta primeira fase das experiências dos governos progressistas é algo pendente, até por serem tão recentes tais experiências. Mas buscaremos a seguir agrupá-las em grandes blocos de iniciativas.

Como dissemos, no conjunto, a marca principal é de iniciativas que buscam em diferentes níveis afirmar caminhos nacionais próprios. É expressão, um sintoma disto, o recente Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), carro-chefe do segundo mandato de Lula, cujo sentido é “destravar” as potencialidades para um vigoroso crescimento do capitalismo brasileiro e de suas forças produtivas; o “Plan Simon Bolívar 2007-2013”, medidas transformadoras com

sentido apontado ao proclamado socialismo do século XXI na Venezuela; a experiência argentina de forte crescimento econômico e retorno da presença do Estado após a moratória de 2001 e a tragédia menemista; a busca, pela Bolívia, de meios para industrializar o gás, sua riqueza maior; a reestruturação da sufocante dívida externa no Equador; a busca, pelo Paraguai, de uma folga fiscal no contrato de Itaipu; a bandeira do Uruguai Produtivo e do pleno emprego no governo frenteamplista; mesmo no Chile onde um ambiente mais arejado já permite certo debate e questionamento da herança neoliberal.

Podemos agrupar em três grandes dimensões – nacional, democrática e social – o sentido geral das experiências progressistas latino-americanas:

A luta por “alternativas” contra-hegemônicas

Na centralidade do tema desenvolvimento na agenda nacional e de integração dessas experiências. No aumento da presença do Estado na economia e na reestruturação de empresas e setores econômicos estratégicos, com a nacionalização ou reversão, embora parciais ou pontuais, de privatizações feitas no ciclo neoliberal.

No primado do tema energia, com a busca de compartilhamento de excedentes, articulando redes como o Gasoduto do Sul – cujo primeiro trecho poderá ligar o Caribe venezuelano a Recife já em 2012 –, ou na disseminação da técnica inovadora dos biocombustíveis. Ou, ainda, numa crescente aliança de empresas estatais, como a Petrobras, a PDVSA, a YPFB, a Petroecuador, a Ancap e a Enarsa. Na centralidade da integração física da América Latina, em especial a do Sul, a partir de iniciativas como o plano de 29 obras em execução.

Na busca de folga fiscal para um financiamento do desenvolvimento; na redução da vulnerabilidade externa por folgas na balança comercial – possibilitadas pela alta de *commodities* no mercado internacional – ou pela liquidação unilateral e soberana, por vários países da região, de seus contratos com o FMI, livrando-se de amarras e condicionalidades neoliberais (o FMI perde relevância: a AL responde hoje por menos de 1% da carteira de empréstimos do Fundo, contra 80% em 2005 - Valor, 1/3/2007).

Na emergência de novas alternativas de finan-

ciamento, como o BNDES, financiando obras de integração. Ou o governo da Venezuela, com sua política de compra de títulos da dívida de países como Argentina e Equador; na proposta de um Banco do Sul, ou uma aliança entre os órgãos nacionais de fomento ao desenvolvimento (BNDES, Bndes, Banco de la Nación Argentina).

Na busca por desdolarizar o comércio Brasil-Argentina e utilizar instrumentos como os CCR's (Convênios de Créditos Recíprocos), embriões de uma moeda única e caminho para uma política de convergência macroeconômica – num sentido desenvolvimentista – na América do Sul.

Em governos voltados para os trabalhadores e as maiorias nacionais

Pelo ativismo social caracterizado por esses governos progressistas, que buscam efetivar certa redistribuição de renda, com a redução da pobreza crônica e a recuperação dos salários dos trabalhadores e no enfrentamento das desigualdades sociais – apesar de essas medidas serem limitadas estruturalmente pelo capitalismo.

Assim, espriam na América Latina experiências como: Bolsa-família; *missiones* sociais venezuelanas; bolsa-escola boliviana; plano de emergência social uruguaio; debate sobre recomposição da seguridade social e da escola pública no Chile. Do mesmo modo é preciso registrar o generoso oferecimento pelo Governo revolucionário de Cuba de seus excepcionais experiência e excedente de pessoal técnico para iniciativas em educação e saúde (como em programas de alfabetização, médicos da família e consultas oftalmológicas), por toda a América Latina.

No aprofundamento da democracia

Destacamos, aqui, como fenômeno geral, uma participação popular maior, com o incentivo à formação de fóruns e conselhos de variados tipos; enfim, com uma permeabilidade maior do Estado ao povo e aos movimentos sociais. Na reconfiguração de sistemas políticos falidos ou semifalidos, com instrumentos como Assembléias Nacionais Constituintes “refundadoras” (casos de Venezuela, Bolívia, Equador), ou as Leis Habilitantes venezuelanas.

No debate que se avoluma por toda a região sobre a necessidade de democratizar os grandes meios de comunicação que, via de regra, se comportam como partidos políticos; na necessidade de uma imprensa que expresse a pluralidade de opiniões.

No conjunto, essas experiências comuns são formas diversas de resistência ao padrão neoliberal do capitalismo atual; são, de maneira ampla, não-neoliberais ou contra-hegemônicas, pois buscam ampliar a margem para a afirmação de alternativas, num quadro geral em que a globalização neoliberal hostiliza projetos nacionais.

Leituras eurocêntricas do quadro latino-americano

Há na praça uma interpretação distinta do novo quadro latino-americano que, por motivos variados, seduz forças políticas e sociais diversas.

A partir de uma premissa correta – isto é, as distintas velocidades em que operam as mudanças nos distintos países da região –, essa interpretação vê como aspecto principal a destacar no atual quadro latino-americano uma fratura profunda entre “radicais” e “moderados” ou ainda entre “responsáveis” e “populistas”, enfim, entre distintos tipos de esquerda. A partir dessa visão, classificam-se os governos ao gosto do freguês.

Simple e binária essa interpretação que enfatiza uma dicotomia ou fratura no ciclo progressista serve tanto à direita neoliberal, que ressalta a ameaça do “populismo” radical e mesmo do comunismo, quanto a setores “à esquerda” que, por sua vez, separam moderados – que teriam mantido intacto o neoliberalismo – de radicais – que conformariam algo correspondente a uma ante-sala da revolução. Para ambos, essa interpretação serve a suas necessidades de fincar cunhas e demarcações que possibilitam, no caso dos primeiros, toda sorte de alarmismos e golpismos e, no dos segundos, toda sorte de sectarismos e voluntarismos; enfim, em profundas subestimações das relações de força na região e no mundo.

Para essa interpretação, pois, o fato a destacar não é a contundente derrota dos preceitos neoliberais, mas a identificação das diferenças e a classificação, segundo seus manuais e roteiros pré-concebidos, de diferentes coalizões e setores políticos e soci-

ais que ascendem aos diversos governos nacionais. Esta leitura do quadro latino-americano tem polarizado um leque de personalidades: figuras do sistema, como Fernando Henrique Cardoso, Jorge Castañeda e Alain Touraine, passando pelo senador Aloísio Mercadante e por setores “liberais de esquerda” do petismo – que ademais enfatizam sua crença na democracia burguesa como valor universal e atemporal – até a organização Via Campesina (3).

É uma interpretação bem assimilada pelo *establishment* da globalização neoliberal, vide a linha editorial dos grandes monopólios de mídia. Afinal, essas leituras enfatizam o que há de diferente, não o que une nestas experiências novas – carregando, como seu pressuposto, forte carga de *eurocentrismo*. À “esquerda”, por basear-se em leituras estereotipadas, carregadas de preconceitos e paradigmas estreitos e em receitas pré-concebidas segundo seus modelos e visões sectárias de mundo. À direita, essa interpretação enfatiza a defesa do capitalismo ocidental-liberal por um suposto anacronismo das idéias socialistas e mesmo da idéia de nação.

São, pois, interpretações essencialmente a-históricas. Nesse sentido, pós-modernas, pois seu gene é a inobservância de ser cada experiência produto de distintas formações sociais e nacionais, submetidas a distintos estágios da luta de classes – que segue se dando centralmente no nível de cada país, a despeito dessa visão permeada por uma espécie de *cosmopolitismo radical*.

De fato, as forças progressistas latino-americanas que emergem aos governos nacionais na América Latina são diversas e heterogêneas – como não po-



deria deixar de ser –, afinal, são produtos de distintas formações sociais e nacionais; o que implica variados níveis de acumulação de forças e de desenvolvimento das lutas de classes por parte dos trabalhadores e das maiorias nacionais em cada experiência. Assim, operam distintos níveis de consciência e organização social, e até diferentes aspirações nacionais – além de distintos níveis de desenvolvimento da base material em sua formação econômica, no geral profundamente dependente historicamente.

São realidades nacionais diversas que, a rigor, têm origem mesma nas diferenças da colonização da América portuguesa e da América espanhola – a despeito da forte complementaridade e aproximação no plano da cultura que marcam os povos latino-americanos.

Na primeira, a unidade nacional, territorial e política consumou-se, plasmando inclusive uma unidade no plano da cultura – configurando um *povo-novo*, como diria Darcy Ribeiro, dotado de aspira-

ções comuns. Na parte espanhola, por sua vez, a despeito da heróica luta de Simon Bolívar e de outros tantos heróis, como o general brasileiro Abreu e Lima – que hoje inspiram as novas gerações –, o resultado foi uma fragmentação – com forte atuação para isso, desde o início do século XIX, dos Estados Unidos da América, por exemplo, no Congresso do Panamá de 1826. Assim, a América espanhola fraturou-se em formações nacionais: de Estados pluri-étnicos, como os andinos – cujo debate sobre a questão nacional é cheio de singularidades –, a formações com alto grau de homogeneidade como as da região do Cone Sul.

A interpretação, a que chamamos de eurocêntricas, ignora que as novas forças que ascendem aos governos nacionais na região não obedecem a uma “internacional” ou a qualquer “centro único”. Há, aqui, desde a social-democracia latino-americana – por sua vez distinta de sua variante européia –, passando por forças socialistas e/ou nacionalistas de variadas matizes, até a corrente marxista. Nenhuma delas, porém rígida e apartada como as da tradição européia. O marxismo, a despeito de ser um pensamento universal, busca “beber”, no caso da América Latina, de diversas contribuições do pensamento progressista e nacional. Por intermédio desse diálogo com outras vertentes avançadas busca assim avançar numa sinergia entre pensamento nacional e pensamento universal marxista.

É preciso ressaltar ainda que na América Latina os movimentos progressistas, de mudanças, são levados a cabo, de modo geral, quando da coesão de maiorias nacionais, política, econômicas e sociais, com programas centrados na questão nacional. Na união de amplos e novos setores políticos e sociais, tendo a maioria delas, uma importante, se não decisiva, expressão popular.

Assim ocorreu com Getulio Vargas e a transformadora Revolução de 1930 no Brasil; o governo de Lazaro Cardenas, do Partido Nacional Revolucionário, expressão mais avançada do processo iniciado na Revolução Mexicana (1910-1917); Juan Domingos Perón na Argentina, fundador de uma linhagem nacional-popular; Velasco Ibarra no Equador e o governo fruto da revolução camponesa na Bolívia em 1952, ambos com suas medidas democratizantes; Jacobo Arbenz na Guatemala entre 1951 e 1954, depos-

to pelos EUA; a frente nacional que se configurou, primeiro, com origem na insurgência guerrilheira, depois resultando na Revolução Cubana de 1959 e na constituição do Partido Comunista, marxista-leninista e martiano; o governo do general Velasco Alvarado no Peru, líder do governo revolucionário das Forças Armadas, entre 1968 e 1975; e, no Chile, na vitória da Unidade Popular de Salvador Allende (1970-1973). Nenhum desses governos pode ser creditado a movimentos estreitos ou sem base social ampla. As frentes nacionais são, pois, outra singularidade a marcar a América Latina.

Mantendo em grande parte essa marca latino-americana, as atuais formações à frente dos governos progressistas latino-americanos têm na conformação de Frentes Nacionais e Sociais amplas uma de suas características mais salientes. É o caso da grande coalizão política e social que se forma no segundo mandato de Lula, da Frente Ampla do Uruguai, da Alianza País, no Equador, ou do heterogêneo condomínio de forças kirchneristas na Argentina; da transmutação de Frentes em Partidos nacionais orgânicos – como se propõe com o Partido Socialista Unido da Venezuela. Em partido-movimento, como o Movimento ao Socialismo (MAS) boliviano que também guarda certa feição frentista.

Consolidar o ciclo progressista, transitar e aproximar ao novo socialismo

Segundo defendemos acima, a despeito das singularidades nacionais, sociais e mesmo de alcance estratégico entre as experiências progressistas latino-americanas há um sentido geral cuja marca é a busca de afirmar caminhos nacionais, de soberania e independência. Assim, tendo em vista esses pressupostos, como caminhar no sentido de uma transição contra-hegemônica que possibilite passos na direção do projeto estratégico da transição ao socialismo, num quadro geral adverso, de hegemonia neoliberal?

O grande brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, construtor da independência nacional, durante o ciclo independentista latino-americano no início do século XIX, já defendia a necessidade de uma aliança entre os novos Estados, para ele, “necessária para que todas e cada uma delas possam conservar

intacta sua liberdade e independência profundamente ameaçadas pelas irritantes pretensões da Europa”, a grande potência imperialista da época (4).

Segue como uma tarefa atual, pois o enfrentamento, embora em distintas velocidades, da fase ne-

oliberal do capitalismo exige, antes de mais nada, a coesão e unidade dos governos progressistas latino e sul-americanos. É necessário somar forças nas táticas de resistência como forma de afirmação dos projetos nacionais de desenvolvimento, isto é, de opções naci-

QUADRO DE RESULTADOS DAS QUATORZE ELEIÇÕES NA AMÉRICA LATINA E N

País	População (milhões)	PIB bi US\$	Mês	Candidatos ¹	Partido / Coalizão	% dos votos e votação nominal ²
HONDURAS	7,3	8,2	Nov	MANUEL ZELAYA	Partido Liberal	49,90 – 918.669 – 1ª
				Porfirio Lobo	Partido Nacional	46,17 – 850.005
BOLÍVIA	8,9	9,6	Dez	EVO MORALES	MAS	53,74 – 1.544.374 – 1ª
				Jorge Quiroga	Podemos	28,59 – 821.745
SÃO VICENTE E GRANADINA	0,1	0,4	Dez	RALPH E GONSALVES	Unity Labour Party	55,26 – 31.848 – 1ª
				Arnhim Eustace	New Democratic Party	44,68 – 25.748
CHILE	16,1	113,9	Jan	MICHELE BACHELET	Concertacion (PS-DC-PPD-PRSD)	53,69 – 1.743.765 – 2ª
				Sebastián Piñera	Renovacion Nacional	46,50 – 1.503.979
COSTA RICA	4,0	19,7	Fev	OSCAR ARIAS	Liberacion Nacional	40,92 – 664.551 – 1ª
				Otton Solís Fallas	Accion Ciudadana	39,80 – 646.382
HAITI	8,3	4,2	Fev	RENÉ PREVAL	Lespwa	51,21 – 992.766 – 1ª
				Lesly Manigat	RDNP	12,40 – 240.306
PERU	28,3	78,5	Jun	ALAN GARCIA	APRA	52,62 – 6.965.017 – 2ª
				Ollanta Humala	Union por el Peru (PNP)	47,37 – 6.270.080
COLÔMBIA	43,5	122,2	Jun	ALVARO URIBE	Primero Colômbia	62,20 – 7.363.421 – 1ª
				Carlos Gaviria Díaz	Pólo Democrático Alternativo	22,04 – 2.609.412
MÉXICO	107,4	768,4	Jul	FELIPE CALDERON	PAN	36,38 – 14.027.214 – 1ª
				Andrés Manuel Lopez Obrador	PRD-PT-Convergencia	35,34 – 13.624.506
GUIANA	0,7	0,7	Ago	BHARRAT JAGDEO	People's Progressive Party	54,67 – 183.887 – 1ª
				Robert Corbin	People's National Congress	34,07 – 114.608
BRASIL	188,0	795,9	Nov	LUIS INÁCIO LULA DA SILVA	PT-PCdoB-PRB	60,83 – 58.295.042 – 2ª
				Geraldo Alckmin	PSDB-PFL-PPS	39,17 – 37.543.178
EQUADOR	13,5	33,0	Nov	RAFAEL CORREA	Alianza PAÍS – PS/FA	56,67 – 3.517.635 – 2ª
				Álvaro Noboa	PRIAN	43,33 – 2.689.418
NICARÁGUA	5,5	5,0	Nov	DANIEL ORTEGA	FSLN	38,07 – 854.316 – 1ª
				Eduardo Montealegre	Alianza Liberal	29,00 – 650.879
VENEZUELA	25,7	132,8	Dez	HUGO CHÁVEZ FRÍAS	“Bloque del Cambio” (MVR-Podemos-PPT-PCV e outros), organizado no “Comando Miranda”	62,87 – 7.274.331 – 1ª
				Manuel Rosales	Nuevo Tiempo-Primero Justicia-Copei	36,88 – 4.266.974

¹ Na lista, o primeiro e o segundo colocados das eleições. ² Fontes utilizadas: <http://pdba.georgetown.edu>; www.tse.gov.br; www.tse.gov.ec; www.cse.gov.ni e www.cne.gov.ve. “1ª” refere-se à eleição concluída em primeiro turno; “2ª” em segundo turno.

onais no plano de cada país. Concomitantemente a isso, ou como parte destacada dessas opções nacionais, está sua dimensão regional, ou melhor, o aprofundamento da integração latino e sul-americana com a convergência e compartilhamento de “estraté-

gias” e projetos nacionais de desenvolvimento. Caminhos nacionais que possam convergir para uma conformação de um bloco, de um embrião de um pólo regional, no sentido da luta pela multipolaridade. Com acúmulo de forças que permitam passos de uma

ARIBE EM TREZE MESES (ENTRE NOVEMBRO DE 2005 E DEZEMBRO DE 2006)

Observação
Única situação em que os dois principais candidatos eram de Partidos do centro à direita.
Eleito com proposta de convocar Assembléia Constituinte e nacionalizar hidrocarbonetos.
Ex-presidente (2001-2002), neoliberal.
Primeiro-ministro, no poder desde 2001 (eleições anteriores).
Coalizão de centro, no poder desde a redemocratização em 1990, encabeçada pela primeira vez pelo PS.
Neoliberal, tido como pinochetista reciclado.
Eleito por pequena margem, sob denúncias de irregularidades; dedica sua agenda externa a atacar Cuba.
Com uma campanha anti-Cafta, superou a tradicional polarização PLN / PSUC.
Eleito com a simpatia de Brasil e Cuba. Favorável à permanência da Minustah.
Rico empresário radicado nos EUA.
Candidata neoliberal derrotada ainda no 1º turno; Garcia acabou “cooptado” pela direita no 2º turno.
Perdeu por apenas 5,25% de diferença, acusado de “chavista” e sob pesada ofensiva da direita.
Reeleito abrandando discurso fascistóide e prometendo negociar.
Melhor resultado eleitoral da esquerda, agora unida. O liberal Horacio Serpa obteve 11,84%.
Campanha com forte histeria anticomunista –feita por publicitários republicanos norte-americanos.
Derrotado por 1,04% (402 mil votos), sob generalizada denúncias de fraudes. O candidato do PRI obteve 21,57%.
Jagdeo assumiu em 1999, com a renúncia de Janet Jagan, eleito em 1997, de quem era ministro das Finanças. Reeito em 2001 e 2006.
Convocação de Assembléia Constituinte foi o centro de seu programa
Homem mais rico do país, empresário “bananeiro”, propunha fortes vínculos com EUA.
Ortega retorna ao poder, após ter sido derrotado pelos contras em 1990, após governar desde a revolução sandinista de 1979.
José Rizo, do Partido Liberal Constitucionalista obteve 26,21% e o MRS, dissidência sandinista, 6,44%
Logo após reeleição, propôs aprofundar “Socialismo do Século XXI” e conformar Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV)
Governador de Zulia, estado petrolero.

nova luta pelo socialismo do século XXI, a partir de caminhos nacionais compartilhados. Ou seja, em transitar dos caminhos da dependência para caminhos nacionais, próprios a caminhos convergentes, compartilhados.

Isoladamente, mesmo experiências, em tese, mais radicalizadas apresentam fortes condicionalidades para avançar numa transição de modelo. As recentes nacionalizações na Venezuela de uma companhia telefônica e outra de energia se deram com indenizações pelo Estado, não numa expropriação. O principal mercado exportador do país segue sendo os Estados Unidos, famintos por petróleo. Na Bolívia, a meta é o “capitalismo andino-amazônico” e das petrolíferas estrangeiras, demanda Evo Morales, que sejam “sócias, não patrões”. Na Nicarágua, Daniel Ortega aderiu à Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas), mas não logrou romper com o Cafta, o TLC da América Central com os EUA. No Equador, a despeito das vontades, Rafael Correa anunciou não ser possível romper com a dolarização. O Uruguai, refletindo contradições na Frente Ampla, assinou, em janeiro, um Acordo com os Estados Unidos, embrião de um TLC que, se consumado, causaria sua exclusão do Mercosul. No primeiro mandato de Lula ressaltou-se, como aspecto negativo, a manutenção de uma política macroeconômica conservadora.

Desse modo, tendo em vista estes limites apontados, no estágio atual é preciso acentuar a busca de convergirem as opções nacionais dos governos progressistas latino-americanos. Na medida em que esta confluência avance maior serão as condições para a efetivação de alternativas que questionem o padrão neoliberal da época. Mesmo as lutas por configurar experiências mais avançadas, socialistas, passam hoje pela acumulação no plano das nações, de projetos nacionais construídos por maiorias nacionais.

Do ponto de vista da correlação de forças na América Latina, em especial da América do Sul, destaca-se que nos próximos anos estarão à frente dos principais países da região, líderes comprometidos com a integração latino-americana: os presidentes Lula (com mandato até 2010) e Chávez (até 2013), ambos recém-reeleitos, além da provável reeleição do presidente argentino Nestor Kirchner neste ano. É importante ressaltar que cabe ao Brasil, em aliança com Argentina e Venezuela, principalmente, grande

parte da tarefa da integração de “puxar o bloco” rumo ao desenvolvimento.

Aqui, vai se configurando um novo tipo de integração, distinto do padrão neoliberal dos anos 1990, cuja ênfase, para não dizer exclusividade, eram as trocas comerciais. Caso do Mercosul, por ocasião das gestões Collor e Menem. Nas novas condições da América Latina, a integração que vai se forjando tem como valores principais o desenvolvimento – por isso se buscará a redução das assimetrias e das seqüelas do neoliberalismo. Assim como idéias, como complementaridade e solidariedade, passam a ser pressuposto do novo modelo de integração.

De trocar uma integração baseada num Mercosul livre-cambista por uma América Latina desenvolvimentista. Em abandonar, como disse recentemente um intelectual, o programa do neoliberalismo de implementar o capitalismo do século XIX pela busca de um socialismo do século XXI.

Salta à vista a necessidade de uma integração acelerada que tenha como centro, a partir da articulação dos distintos caminhos nacionais, a consecução do desenvolvimento. Assim, desafios como reestruturar e coesionar cadeias produtivas, com políticas industriais e de C&T compartilhadas, com incentivos e salvaguardas à (re)industrialização, de um “plano Marshall” (5) contra as assimetrias nacionais e regionais; de uma acelerada integração da infra-estrutura e das matrizes energéticas; de caminhar rumo a uma convergência macroeconômica não-neoliberal e de instituir mecanismos de financiamento endógeno da região. São caminhos para a consecução de um novo tipo de integração que gradualmente aproxime as transições não-neoliberais das tarefas nacionais e socialistas.

Dito isto, ressaltamos: há importantes lições teóricas que o atual ciclo progressista latino-americano precisa retirar do balanço das primeiras experiências socialistas do século XX. Dentre elas, a idéia de que não se pode, de maneira voluntarista, “queimar etapas” na construção do socialismo, tarefa de gerações; a idéia de que entre capitalismo e socialismo comporta-se todo um conjunto de transições; e as peculiaridades relativas à construção do socialismo no plano nacional, sobretudo, de um pequeno país, em especial, num quadro geral de hostilização ativa do sistema contra esta possibilidade (6).

No caso do Brasil, atualmente às voltas com o debate cujo centro é a necessidade de acelerar o crescimento e promover o desenvolvimento e a distribuição de renda – compatibilizando a política macroeconômica com esse grande objetivo nacional –, a constituição do pólo sul-americano precisa ser dimensão destacada e central de nosso projeto nacional de desenvolvimento, ou de nosso *projeto de país*. Justificamos, como sentido de fundo, razões de natureza geopolítica, bem como as relacionadas à contribuição do povo brasileiro à construção de uma nova ordem mundial, na qual valores humanistas e democráticos sejam os dominantes (7).

Da consecução de mudanças que representem, nos próximos anos, efetivos marcos na superação do

neoliberalismo no Brasil, da continuidade desse processo a partir da conquista de um terceiro mandato das atuais forças políticas e sociais à frente do atual governo brasileiro *dependem* em grande medida o fortalecimento e a ampliação das forças políticas *interessadas e comprometidas* com o projeto socialista. Assim, em ascendentes avanços que signifiquem acúmulos de forças e *crescentes aproximações para a conquista de um governo ainda mais avançado que dê início à transição ao socialismo no país* e fortaleça uma nova luta pelo socialismo em toda a América Latina.

Ronaldo Carmona é sociólogo, membro da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB e Diretor do Cebrapaz.

Notas

(1) Informe Latinobarometro 2006.

(2) Os diversos ciclos vão "Começando com a onda independentista do século XIX, passando pelos governos desenvolvimentistas do pós-1930 até a década de 1950; pelos regimes militares das décadas de 1960 e 1970; pela onda que pôs fim a este período e que fez surgir os governos da redemocratização dos anos 1980; os ciclos dos governos neoliberais dos anos 1990, e atualmente o ciclo cuja marca é a ascensão das forças progressistas" – Ronaldo Carmona, "América Latina: na luta pela segunda independência", *Princípios* nº 83.

(3) Ver "Populismo e Democracia", de Aloisio Mercadante, *Folha de São Paulo*, 12/01/2007 ou "Vida melhor não depende do governo", entrevista com João Pedro Stédile, *Valor Econômico*, 23/01/2007.

No caso de parte da esquerda brasileira, esse problema deriva muito provavelmente de um problema mais de fundo que se relaciona intimamente com essa visão de mundo eurocentrista e cosmopolitista: a dificuldade de compreensão da questão nacional. Afinal, "quando a esquerda brasileira volta à cena política democrática, na década de 80, a maior parte de sua militância juvenil já tinha um forte viés antiestatal, antinacionalista e antidesenvolvimentista, e considerava que a organização social e a defesa dos direitos da sociedade civil – através dos "movimentos sociais" e das "organizações não governamentais" – eram mais importantes que a luta política pelo poder do estado". Assim, os defensores da questão nacional, "na década de 90, foram derrotados sistematicamente, no campo das idéias e da luta pelo poder, pelos herdeiros do "marxismo paulista" dos anos 60, que combinaram num mesmo projeto sua intolerância com o nacionalismo, o desenvolvimentismo e o populismo e sua proposta alternativa de um novo tipo de desenvolvimento "dependente e associado" com os Estados Unidos só compatível com as políticas e reformas neoliberais". ("A Esquerda e o Desenvolvimentismo", José Luis Fiori, *Agência Carta Maior*, 31/03/2006). Essas são inclusive raízes que ajudam a explicar posturas hegemônicas de parte da esquerda brasileira.

(4) Citado em "Antecedentes históricos de la Alternativa Bolivariana para las Américas", de Sergio Guerra Vilaboy, *Revista Contexto*, nº 01, dezembro de 2006.

(5) O Plano Marshall foi o volumoso programa de investimentos – estimado, em valores de hoje, em algo como US\$ 130 bilhões – visando à reconstrução da Europa no pós-guerra. Tem sido utilizado como analogia pelo chanceler brasileiro Celso Amorim.

(6) Sobre os novos temas relativos à construção do socialismo tendo em vista o balanço da experiência anterior, vide os aportes originais de João Amazonas compilados na coletânea *Os desafios do socialismo no século XXI* (Anita Garibaldi, 1999).

(7) Nisto é preciso também ter em alta conta, como movimento de fundo estratégico da época histórica atual, o ressurgimento da chamada luta sul-sul, "centro-periferia", configurada em distintas alianças políticas e diplomáticas ou comerciais que buscam, através da coesão de forças, criar brechas e mesmo obstáculos à agenda da globalização neoliberal e ao unilateralismo estadunidense de Bush. São expressões disto, dentre outras, o G-20 na OMC, o Movimento dos não-alinhados, a Organização de cooperação de Xangai e as Cúpulas da América do Sul, respectivamente com os Países Árabes, com a África e a anunciada com a Ásia.

Integração da América do Sul e projeto nacional de desenvolvimento

LUIS FERNANDES

Assim como a integração regional se ergue sobre os escombros da Alca, a atual guinada política na América do Sul se ergue sobre o legado da derrota política da agenda neoliberal no continente

O tema da integração regional invoca um processo que tem se intensificado nas últimas décadas: a formação de blocos econômicos e políticos no âmbito do sistema internacional. Não há como compreender o processo dessa formação hoje no mundo sem entender a transição em curso no sistema internacional, seus desdobramentos e suas implicações.

Logo após o colapso do antigo bloco socialista no final dos anos 1980 e início dos 1990, o triunfo das forças do capitalismo instituiu uma espécie de ilusão: a

de que – com o fim do bloco socialista e com o término da bipolaridade que havia caracterizado o sistema internacional na guerra fria – teria se inaugurado uma nova etapa na evolução do sistema internacional marcada pela consolidação do poder unipolar da superpotência vitoriosa da guerra fria, os Estados Unidos. Essa ilusão se transformou em doutrina oficial de Estado por parte dos EUA, em dois momentos diferentes.

Em um primeiro momento, a estratégia externa dos EUA se orientou para a instrumentalização das instituições multilaterais construídas sob a hegemonia dos países capitalistas no contexto da guerra fria, com a ilusão de que pudessem impor multilateral-

mente seu domínio no mundo, após o colapso do campo socialista. Eram tempos dominados pela idéia do alegado “fim da História”, de Fukuyama, em que supostamente o mundo convergia para uma nova ordem regulada por instituições multilaterais, mediante as quais se tornaria dominante no mundo a agenda de liberalização econômica e política impulsionada pela incontestada liderança alcançada pelos EUA no sistema internacional. Essa agenda, no entanto, enfrentou crescentes dificuldades para se consolidar. A tendência dos EUA, depois de uma curta euforia na primeira metade dos anos 1990, foi a de se afastarem gradativa, progressiva e crescentemente do multilateralismo, pois o custo do exercício da liderança negociada em fóruns multilaterais passou a ser visto, cada vez mais, como um estorvo intolerável para a sua agenda. Sua estratégia externa assumiu uma orientação cada vez mais agressiva, belicista, unilateral, e descompromissada com as instituições multilaterais. Esta flexão atingiu o seu ápice na administração Bush no início do Século XXI. A reorientação foi consolidada oficialmente, após os atentados de 11 de setembro de 2001, na chamada “nova doutrina de defesa”, que assume abertamente que o objetivo estratégico primordial dos Estados Unidos é evitar a consolidação, em qualquer região do mundo, de uma potência que possa vir a confrontar, ou ameaçar, o predomínio unipolar alcançado ao fim da Guerra Fria.

Essa compreensão – ou esse projeto de consolidação da dominação unipolar dos EUA no sistema internacional – revelou-se uma ilusão, e um fracasso. Há referências teóricas sólidas para explicar esse fracasso. Sob o prisma da teoria clássica das relações internacionais, sempre que uma potência procura monopolizar o domínio do sistema internacional, isso inevitavelmente estimula contramovimentos de outros poderes e de outras potências para evitar a sua consolidação. Toda a evolução do sistema internacional – desde o seu surgimento em meados do século XVII – estaria dominada por esse princípio, por esse mecanismo chamado de *balanço de poder*. A Guerra Fria foi, na verdade, uma exceção desse princípio, já que não havia apenas dois pólos de poder em contraposição, e sim pólos que expressavam e materializavam dois **sistemas mundiais antagônicos**: um capitalista e outro socialista. A teoria convencional das relações internacionais, assim, sinaliza a inviabilidade

de de uma agenda de dominação unipolar do sistema internacional. Quando uma potência procura monopolizar o sistema, isso estimula contramovimentos das demais potências que procuram preservar e ampliar as suas respectivas margens de manobra.

A teoria marxista, em particular a teoria do imperialismo de Lênin, fornece outra base teórica importante para dar conta do mesmo fenômeno: a teoria do desenvolvimento desigual. Ao contrário do que às vezes se pensa, a dimensão principal enfocada nessa abordagem não é a da polarização crescente entre um punhado de nações ricas e a maioria de países pobres, coloniais, semicoloniais ou dependentes. Na verdade, a “desigualdade de desenvolvimento” destacada se reporta à inevitável tendência à derrocada da potência dominante, pois no imperialismo a potência dominante se torna cada vez mais rentista e parasitária, por fenômenos como os da financeirização – para usar um termo moderno. Dessa forma, o dinamismo do seu crescimento econômico é tolhido, levando ao inevitável surgimento de novas potências capitalistas mais dinâmicas a disputar o predomínio de territórios e áreas econômicas com a potência imperialista mais antiga. Segundo Lênin, tratar-se-ia de uma lei inerente ao próprio desenvolvimento do sistema imperialista.

Essas duas chaves teóricas apontam para a ilusão da consolidação de qualquer domínio unipolar no sistema internacional, mesmo depois de uma vitória de vulto que foi a derrocada do bloco socialista no final da Guerra Fria. Indicam ainda – constatação fiel e precisa da evolução do sistema internacional nos últimos 17 anos – que, com o tempo, a tendência à multipolarização se sobreporá às tentativas de consolidação do poder unipolar no mundo, por mais poderosa que a superpotência atualmente dominante possa parecer do ponto de vista econômico, militar, político, ideológico etc.

A consolidação e a ampliação de processos de formação de blocos regionais econômicos e políticos só podem ser compreendidas no contexto do fracasso da dominação unipolar dos EUA no sistema internacional. Os processos de formação de blocos econômicos e políticos regionais expressam essa crescente tendência à multipolarização no sistema internacional e as crescentes dificuldades enfrentadas pelos EUA para preservar o seu domínio unipolar no sistema. É nesse contexto que se operam os processos de integração regional. Tais processos têm, evidentemente, origens

históricas anteriores a esse período mais recente de transição no sistema internacional pós-guerra fria. Mas sempre expressaram essa tentativa de criação de territórios econômicos e concentração de poder. Para além da sua face econômica mais evidente – a constituição e expansão de um mercado regional para viabilizar economias de escala e aumentar a competitividade das empresas que operam nesse novo “território econômico” – há uma dimensão fundamentalmente geopolítica nesses processos. Trata-se de concentrar poder. Justamente por isso, os blocos regionais se formam com os processos de integração econômica e política em torno de determinados núcleos históricos: justamente as potências que impulsionam o processo de multipolarização do sistema internacional.

Pensemos na experiência mais avançada de integração: a União Européia. Ela se constitui em torno de um pólo, o eixo França-Alemanha. Pensemos no Nafta, que se estrutura como bloco regional em torno de um pólo: a agenda dos EUA. Pensemos na experiência do Nepad, ainda pouco difusa na África, mas que se estrutura em torno de um eixo: a África do Sul. Da mesma forma, na América do Sul – seja através do Mercosul ampliado ou da recém-criada Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) – o Brasil assume a função de núcleo impulsionador da integração regional, a partir da inédita parceria estratégica firmada com a Argentina.

Esses núcleos configuram a dimensão geopolítica da integração regional. Esta assume formas variadas: associações produtivas não-institucionalizadas, predominantes no eixo asiático com base na crescente integração de linhas produtivas e de investimento entre as economias da China, do Japão e dos países do sudeste da Ásia; formas um pouco mais estruturadas, como uma área de livre comércio (concretamente, o Nafta, apesar de não ser uma simples área de livre comércio); formas predominantes de união aduaneira, como no caso do Mercosul; e a forma mais avançada da União Européia, que constitui, na verdade, uma espécie de proto-Estado multinacional. Alguns atributos cruciais de soberania foram transferidos às autoridades comunitárias no âmbito da UE, como Banco Central unificado e a emissão de moeda (no caso dos países que aderiram ao *Euro*). Em outras palavras, avançou-se na instituição de um monopólio administrativo de âmbito regional/multinacional na

União Européia, com a concentração nas autoridades sediadas em Bruxelas de atributos fundamentais de soberania antes exercidos separadamente em cada Estado nacional. Ainda não houve avanço – embora seja um processo em construção – na constituição da outra face da soberania territorial: o monopólio coercitivo. Mas é preciso enfatizar que tal processo tem uma dimensão econômica e geopolítica, pois gera economias de escala e territórios econômicos, mercados regionais e concentração de poder.

A integração sul-americana versus Alca

O Brasil é o núcleo histórico da integração sul-americana não por hegemonismo, mas pela força da sua economia e pelos atributos de poder desenvolvidos em sua trajetória histórica. Uma das particularidades do processo de integração sul-americano, liderado pelo Brasil, é que ele se desenvolve e se intensifica sobre os escombros outro projeto de integração regional para as Américas: a Alca. Esse é um ponto crucial. Há oito anos as propostas em pauta na região eram a abertura de mercados no âmbito da Alca e a dolarização das economias latino-americanas. Hoje, ao se discutir integração regional, outra agenda está em pauta. Ela avança após ter derrotado a agenda alternativa impulsionada pelo núcleo histórico que promoveu a integração do Nafta e que buscava expandir a sua operação para toda a América Latina e o Caribe, e em especial para a América do Sul. Na prática, esse projeto visava subordinar formalmente todo o hemisfério ao poderio superior dos Estados Unidos, constituindo um mega-território para a exploração privilegiada das suas empresas.

Essa agenda foi derrotada, em grande parte, pela ação do Brasil. A rigor havia dois projetos de integração regional em confronto: um, a integração hemisférica com os EUA como núcleo histórico; outro, um projeto de integração sul-americano, tendo o Brasil como núcleo histórico. Só poderia haver Alca com a rendição do segundo núcleo ao primeiro. Ou seja, se o Brasil abrisse mão de um projeto alternativo de integração regional e se alinhasse ao projeto hegemônico dos EUA no hemisfério. Ao não se alinhar, a Alca foi inviabilizada. Desde o primeiro momento ficou muito claro para as forças hoje no governo brasileiro de que não haveria Alca sem o Brasil.



Presidentes discutem a Comunidade Sul-Americana de Nações.

Ela representava o projeto de desmantelamento de um pólo alternativo de integração no hemisfério. A Alca se inviabilizou não pelo discurso altissonante, mas pela resistência prática. Trata-se de vitória histórica do Brasil e dos países da América do Sul.

Derrota política da agenda neoliberal

Além de ter inviabilizado a Alca o processo de integração regional hoje se processa em um outro contexto político: a da inaudita viragem à esquerda que vem marcando a evolução política na América do Sul neste início de Século. Assim como tivemos nos anos 1960 e 1970 uma safra de regimes militares – o nosso foi o mais prolongado – assistimos a partir do final dos anos 1990, com muita força, a uma guinada à esquerda na América Latina. Não para a esquerda, mas à esquerda. Melhor dizendo, a eleição de governos de feição progressista – e, em alguns casos, até mesmo democrático-popular – em praticamente todo o continente sul-americano (com as notáveis exceções da Colômbia e, no âmbito do Mercosul, do Paraguai).

Assim como a integração regional se ergue sobre os escombros da Alca essa guinada política na América do Sul se ergue sobre o legado da derrota política da agenda neoliberal, que havia triunfado de forma aparentemente avassaladora no mundo e na América Latina nos anos 1990. Justamente sobre as contradições e os fracassos das promessas anunciadas por essa agenda para a região cria-se um contexto político favorável a uma nova onda política com essa atual guinada progressista, democrática e popular.

Esse processo vem criando um contexto político novo para a integração regional. Não somente a Alca foi inviabilizada, mas há um novo dinamismo favorável à integração regional na América do Sul, materializado concretamente, em primeiro lugar, na expansão do Mercosul com a adesão da Venezuela e da Bolívia. Há que se registrar, ainda, a aproximação do

Pacto Andino ao Mercosul e, ainda, , no contexto da ampliação do Mercosul, a iniciativa de criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

O papel do Brasil

O atual momento coloca para o Brasil uma responsabilidade particular, por constituir o núcleo histórico que impulsiona o processo de integração: a necessidade de arcar com os custos inerentes ao seu papel de protagonista. Mesmo porque o Brasil é a economia mais forte do processo de integração em curso e há grandes assimetrias entre os países que se associam a esse esforço.

Nessa condição o Brasil tem de estar disposto a sobrepor o seu interesse estratégico na promoção da integração regional a eventuais prejuízos econômicos de curto prazo em determinados setores. Como agravante, há, igualmente, uma tensão entre esse interesse estratégico e a orientação predominantemente ortodoxa da política macroeconômica praticada ainda nos marcos do atual governo. Tal tensão se expressa também na recente apresentação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Trata-se de um governo com sinalizações positivas para o desenvolvimento em diversas áreas, mas preso a uma política macroeconômica mais ortodoxa que entra em conflito com a agenda de desenvolvimento por ele mesmo estruturada. Isso também se opera no âmbito da integração regional, pois o predomínio de uma visão orientada pela ortodoxia macroeconômica não leva o Brasil a se dispor a arcar com os custos da liderança no processo de integração.

O Mercosul, carro-chefe de nossa integração, é uma iniciativa já de duas décadas. Mas até a eleição do atual governo a posição predominante na diplomacia brasileira era de não avançar na consolidação institucional do Mercosul para além da forma da união aduaneira. Havia a idéia de que para o Brasil – por

ser a economia mais forte – quanto menos institucionalizados fossem os seus compromissos no âmbito do Mercosul melhor, porque preservariamos maior margem de manobra. Mas o nosso problema não é preservar margem de manobra em relação ao Paraguai, ao Uruguai, ou até mesmo a Argentina. O desafio é integrar Paraguai, Uruguai, Argentina, Venezuela, Bolívia e toda a América do Sul, para preservar nossa margem de manobra diante da assimetria de poder dos Estados Unidos no hemisfério.

Ou temos a dimensão estratégica do jogo em curso e, à luz dessa, disposição para arcar com os custos que preservam nossa capacidade de manobra de maneira mais ampla, ou não saberemos aproveitar o momento político tão favorável que se criou para avançar e consolidar a agenda da integração sul-americana. O grande desafio, presente também na agenda da política externa brasileira, é justamente o de avançar no formato da integração.

O Mercosul tem sido até aqui fundamentalmente uma união aduaneira, com tarifa externa comum. Agora é preciso avançar nesse formato para construir um pólo de integração efetiva da América do Sul. Avançar na padronização de políticas de desenvolvimento, de políticas industriais dos países-membros; na constituição, já aprovada, de um fundo de harmonização para fomentar o desenvolvimento das regiões mais atrasadas; consolidar mecanismos, como o do Parlamento comum; intensificar instrumentos como o Convênio de Crédito Recíproco (CCR) entre os países do Mercosul, para não dependermos de moeda estrangeira (sobretudo, do dólar) no comércio regional e servir de embrião para a constituição de uma moeda única.

É preciso também constituir, a partir desse processo, um pólo de atração da América do Sul, num primeiro momento, e de disputa na América Latina, de maneira mais geral, com a influência do bloco econômico e político comandado pelos Estados Unidos. Essa é a agenda da integração regional e como ela se conecta com o projeto nacional de desenvolvimento. Essa relação, às vezes, é mal compreendida. Algumas vezes confundem esse projeto nacional de desenvolvimento com uma autarquia. Não se trata de autarquia, mas da promoção da integração em termos mais vantajosos para o Brasil e para seus países-parceiros nesse esforço. É uma agenda de integração, tendo por espinha dorsal um projeto nacional de de-

envolvimento e a tentativa de combinar projetos nacionais de desenvolvimento dos países-membros do Mercosul no contexto de um projeto de desenvolvimento regional. O papel da integração regional num projeto nacional de desenvolvimento é procurar ampliar o mercado, consolidar a integração econômica em um espaço territorial mais amplo e concentrar poder para lidar com um quadro que é de multipolaridade crescente no sistema internacional. Para tanto, ele se alinha a outras iniciativas: apostar na multipolaridade do sistema internacional e procurar cultivar relações com outros pólos.

Nossa orientação é precisamente oposta à que orienta a nova doutrina estratégica dos Estados Unidos: se a administração Bush quer impedir a consolidação de novos pólos de poder no mundo, nos interessa fomentar a consolidação desses novos pólos. Queremos fortalecer, alimentar e explorar relações próximas com África do Sul e Índia; consolidar e ampliar nossas relações com a China (com quem já temos uma parceria estratégica consolidada); nos aproximar dos países árabes e africanos; explorar as tensões crescentes entre a Europa e os Estados Unidos; tudo isso para preservar margem de manobra para o Brasil e os países sul-americanos – e os países em desenvolvimento de maneira mais geral.

A multipolaridade pode, à primeira vista, parecer uma coisa inócua, mas concretamente é a maneira como se manifesta hoje o antiimperialismo no mundo. Depois da vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, da derrota do campo socialista, da tentativa de imposição de um domínio unipolar, os principais movimentos de multipolarização hoje no mundo têm, objetivamente, conteúdo antiimperialista (ou, no caso da ruptura da antiga Aliança Atlântica entre os Estados Unidos e a Europa, refletem o acirramento de contradições interimperialistas). É preciso nos situar no novo contexto mundial gerado por esses movimentos para explorar ao máximo as condições favoráveis propiciadas para a nossa agenda de desenvolvimento.

Luis Fernandes é professor de Relações Internacionais da PUC-Rio e, desde janeiro de 2004, secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Este texto reproduz trechos de aula proferida na Escola Nacional de Formação do PCdoB, em janeiro de 2007 em São Paulo.

O movimento latino-americano de história das idéias e os desafios da integração regional

EUGÊNIO REZENDE DE CARVALHO

A integração regional latino-americana reside na superação e no equacionamento do aparente paradoxo ainda persistente entre o nacional e o regional

No momento em que tanto se discute nos meios acadêmicos e políticos da América Latina sobre a questão da unidade e da integração regional, urge o resgate de certos esforços de alguns setores da intelectualidade latino-americana, empreendidos em um passado recente, por construir um conhecimento e um discurso comprometidos com a sua própria realida-

de, em consonância com as demandas cada vez mais crescentes de auto-conhecimento, autonomia, libertação, unidade, integração e auto-afirmação identitária.

Entre as décadas de 1940 e 1950, um grupo representativo de intelectuais latino-americanos e caribenhos de diferentes nacionalidades, constituído basicamente por filósofos, deu início a uma vigorosa corrente de reflexão e estudos sobre a história do pensamento latino-americano (sobretudo do pensa-

mento filosófico) do período pós-independência, bem como sobre aquelas que seriam as características essenciais e originais desse pensamento, fundando assim uma vertente peculiar da História das Idéias na América Latina.

Para além de uma mera corrente ou vertente particular da História das Idéias, tratou-se mesmo de um “movimento” que, entre outras atividades, fundou destacadas organizações e instituições – dentro e fora dos meios universitários –, além de ter produzido e incentivado um número significativo de eventos e publicações, com o propósito de promover o intercâmbio, a articulação e a difusão dos estudos de inúmeros investigadores que atuavam na área da História das Idéias na América Latina. Mas, acima de tudo, tratou-se de um movimento que buscou associar o seu programa de uma História das Idéias latino-americana a uma perspectiva de auto-afirmação nacional e continental, a um projeto de identidade e integração latino-americana.

Entre os principais representantes desse movimento destacam-se: o mexicano Leopoldo Zea Aguilar (1912-2004) – sem dúvida, a principal referência do grupo –, o uruguaio Arturo Ardao (1912-2000) e o argentino Arturo Andrés Roig (1922-). Esses três filósofos se notabilizaram não apenas pela vasta produção bibliográfica no campo específico da História das Idéias, seja em perspectiva nacional ou continental, mas também por suas reflexões epistemológicas acerca desse campo do conhecimento, por suas teorizações sobre o seu próprio ofício enquanto historiadores das idéias e, por fim, ligado ao anterior, pelo sentido ou papel (pragmático) peculiar e fundamental que acreditavam assumir para a América Latina uma História das Idéias moldada segundo suas proposições.

Para Zea, Ardao e Roig, considerando seus textos programáticos e suas pesquisas empíricas nesse campo (ao menos na etapa inicial de sua produção, sobretudo no caso de Zea e Roig), a História das Idéias latino-americana se identificava praticamente com uma História das Idéias Filosóficas, ou com uma História do Pensamento Filosófico, ou, enfim, com uma História da Filosofia latino-americana, apesar de terem assumido uma concepção peculiar de filosofia: uma concepção bastante historicizada, contextualizada, relativizada e pragmática da atividade filosófi-

ca (1). De uma forma geral, a partir de uma concepção historicista desse objeto de estudo, as “idéias” historiáveis seriam apenas aquelas vinculadas à sua realidade histórico-social concreta, na medida em que estivessem desempenhando nela uma função social, política ou ideológica determinada (2).

Esse movimento intelectual latino-americano de meados do século XX apresentou uma dupla dimensão. A primeira é aquela representada pelo que aqui denominamos de “projeto disciplinar”, enquanto um projeto que buscou estabelecer as bases fundamentais para a História das Idéias latino-americana como uma disciplina específica, com certos fundamentos teórico-metodológicos mais ou menos precisos. A segunda, aquela representada pelo que aqui denominamos de “projeto extradisciplinar”, enquanto um projeto ou programa que procurou definir e estabelecer, explícita ou implicitamente, certos elementos e princípios externos motivadores, legitimadores e reguladores da atividade historiográfica no campo das idéias, definindo as tarefas e funções que deveriam desempenhar essa disciplina. Um projeto que buscou – em última instância, dentro de um processo de auto-reflexão teórica, filosófica e especulativa sobre essa prática historiográfica – definir um “sentido” para a mesma no contexto de um movimento intelectual latino-americano mais amplo.

Mais do que os aspectos epistemológicos que envolvem a dimensão ou projeto disciplinar do movimento, aqui nos interessa explorar de forma privilegiada a sua outra dimensão ou projeto extradisciplinar, como um dos principais legados desse movimento para o debate latino-americano contemporâneo sobre os projetos de unidade e integração da região.

As motivações que levaram à emergência, à articulação e à organização continental do movimento latino-americano de História das Idéias a partir da década de 1940 – que integraram o seu “projeto extradisciplinar” desde a sua etapa inicial – compreendem um amplo leque de variáveis que têm como pano de fundo a consolidação de uma consciência e de uma forte demanda por auto-afirmação identitária, tanto em nível nacional quanto continental (Roig, 1984, p. I), que marcaram o processo chamado por Zea de “descobrimento” latino-americano de sua própria personalidade cultural e espiritual. (Zea, 1991 [1956], p. 76) Tal consciência deve ser compre-

endida dentro dos marcos de um *nacionalismo* e de um (*latino-*)*americanismo* cultural e filosófico forjados num contexto de reação e indignação frente às recorrentes e persistentes imagens e descrições negativas da realidade e dos povos americanos elaboradas externamente e difundidas durante séculos (3) que contribuíam para a internalização e cristalização de certo sentimento ou complexo de inferioridade que colocava em dúvida as possibilidades de uma cultura e de um pensamento próprio e original. Nesse sentido, podemos afirmar que o movimento emerge em um contexto de crise de identidade, no qual as imagens e representações eurocêntricas da realidade americana eram consideradas estranhas a essa mesma realidade, legitimadoras das formas de alienação e dependência cultural.

A contribuição para a tomada de consciência de tal complexo de inferioridade e para buscar os meios para a sua superação se convertia, naquele momento, no grande desafio e tarefa do movimento. Uma tarefa que passava pela afirmação da capacidade dos pensadores latino-americanos para o exercício da filosofia, entendida não como mera cópia ou reprodução dos sistemas filosóficos europeus, mas como expressão e manifestação de um pensamento autóctone, distinto e original. Nesse contexto, teria sido consolidada, conforme Ardao, uma consciência filosófica latino-americana, de marcado viés historicista que incorporava e valorizava a auto-reflexão sobre a própria produção filosófica continental (Ardao, 1991, p. XI). Uma consciência que, superando todo tipo de complexo de inferioridade, impotência e incapacidade, visava revelar ao mundo, em busca de reconhecimento e legitimação, o que seriam as expressões autênticas e originais do pensamento filosófico latino-americano.

Tal consciência, apoiada na elevação da auto-estima e na valorização do próprio, resultou na promoção e no cumprimento da tarefa historiográfica de investigar o passado filosófico latino-americano – como passo prévio para o reconhecimento da sua existência e originalidade – com o propósito de revelar os esforços empreendidos pelos pensadores da região no sentido de transformar as expressões filosóficas recebidas e assimiladas externamente em instrumentos originais para a solução dos problemas específicos da realidade latino-americana (Zea, 2000, p. 39-40).

Nesse sentido, partia de uma peculiar concepção da filosofia, contextualizada e historicizada, que enfatizava a função utilitária da mesma para a realidade social latino-americana. A originalidade desse pensamento seria, assim, buscada, sustentada e legitimada na, e pela, sua própria história, ou seja, a formulação de um pensamento original na América Latina se basearia no conhecimento e na reflexão sobre o seu próprio passado filosófico. Tal seria a grande tarefa de uma “História das Idéias” ou “história do pensamento” filosófico latino-americano. Eis aqui, em linhas gerais, as motivações extradisciplinares da etapa de fundação do movimento latino-americano de História das Idéias.

Com suas decisivas articulações e difusões nos campos organizacional e editorial, a partir das décadas de 1940 e 1950, o movimento passou por um amplo processo de consolidação enquanto tal, fazendo com que a História das Idéias deixasse de se constituir numa mera forma de saber disciplinar, tornando-se, segundo Roig, uma “corrente de pensamento” que teria organizado e preconizado uma historiografia – na qual a História das Idéias filosóficas era predominante – comprometida com a realidade social e nacional latino-americana (Roig, 1984, p. VIII). Uma corrente que estendia tal comprometimento tanto espacialmente (a partir do nacional em direção ao regional e continental) quanto cronologicamente (a partir do passado em direção ao seu presente).

Sobretudo a partir da década de 1970, consolidou-se no âmbito do movimento um processo de progressiva generalização da concepção e do caráter pragmático que deveria assumir a História das Idéias no contexto da América Latina, que levou essa disciplina a converter-se, com seus produtos historiográficos, numa fonte privilegiada para a “interpretação” e busca de “sentido” para a história latino-americana. Com isso a tarefa disciplinar – ou historiográfica propriamente dita – da História das Idéias se vinculava indissolúvelmente a uma tarefa “extradisciplinar”, de caráter eminentemente especulativo e teleológico. Mais do que um vínculo, a tarefa ou função historiográfica se colocava a serviço da tarefa ou função filosófico-especulativa, de forma que a História das Idéias assumia assim, frente à filosofia da história, uma função eminentemente pragmática. Eis aqui as linhas gerais desse processo de evolução e desloca-

mento do centro das preocupações dos principais representantes do movimento, de uma História das Idéias em direção a uma filosofia da história latino-americana (4).

Diante da consciência da condição persistente de dependência e dominação dos povos latino-americanos, em vários níveis, que dificultava a afirmação de suas próprias e autênticas expressões culturais, tal processo vinculou terminantemente a História das Idéias a um programa extradisciplinar de autonomia e independência cultural, de desalienação e descolonização da América Latina, um programa que culminaria, frente a uma filosofia (e a uma cultura) da dependência e da dominação historicamente impostas, no projeto de uma “filosofia da libertação” (5). Tal projeto extradisciplinar comum, partilhado por praticamente todos os participantes do movimento, foi decisivo na manutenção de sua unidade de ação e organicidade, superando eventuais divergências internas em outras esferas, tanto no campo filosófico quanto metodológico. Tal projeto se fundou na idéia compartilhada de que a filosofia latino-americana e a História das Idéias filosóficas, quanto a sua função, deveriam estar comprometidas e contribuir com a causa da libertação da América Latina, frente a sua histórica condição de dependência e dominação em vários níveis. Além da causa da libertação, essa História das Idéias deveria ainda estar comprometida com a causa da unidade e integração latino-americanas, ou seja, com um projeto identitário regional, que superasse o que Roig chamou de “nacionalismo negativo” na historiografia das idéias (Roig, 1981, p. 54).

A grande função, e tarefa, da História das Idéias passava a ser, dessa forma, a partir de uma nova perspectiva historicista, de autoconhecimento, de promoção de um novo “saber historiográfico-filosófico” sobre o pensamento latino-americano (Roig, 1981, p. 38-39), um saber *latino-americano* sobre a realidade da América Latina, mas, acima de tudo, um saber de “compromisso” com tal realidade, um compromisso de transformação, desalienação e de libertação da mesma. Nessa perspectiva, na dimensão extradisciplinar, a História das Idéias na América Latina assumia definitivamente a forma de uma filosofia da libertação latino-americana (Roig, 1981, p. 32), que logo se universalizaria como um movimento filosófico de libertação em escala global.

A partir da década de 1980, o movimento latino-americano de História das Idéias viu-se diante de um forte dilema: como conciliar e articular ambos os projetos – disciplinar e extradisciplinar – de forma equilibrada, sem que o estreito vínculo da História das Idéias com uma filosofia da história e uma filosofia da libertação significasse internamente um empobrecimento ou descompasso teórico-metodológico na sua prática disciplinar especificamente historiográfica. Se houve nas décadas seguintes uma continuidade do movimento de História das Idéias enquanto tal, podemos nos arriscar a dizer que o que passava a garantir a sua unidade e convergência programática foi muito menos o “projeto disciplinar” propriamente historiográfico e mais o que denominamos aqui de “projeto extradisciplinar”, mesmo tendo em vista a indissociabilidade de ambos, sem a qual se torna impossível compreender o movimento como um todo.

Assim, em sua dimensão extradisciplinar, o movimento incorporou ao projeto de uma História das Idéias latino-americana, entre outros propósitos, o claro compromisso com as causas da libertação, da unidade e da integração regional, o que passava pelo conhecimento profundo da realidade da América Latina em seu conjunto, pela revalorização de suas autênticas expressões culturais, bem como pela busca de soluções próprias e originais aos seus próprios problemas. É nesse sentido que podemos inferir e enumerar alguns pontos, no âmbito do legado desse movimento intelectual, de grande relevância para o debate contemporâneo sobre os desafios e dilemas da integração regional latino-americana.

Em primeiro lugar, a idéia de integração regional, tão cara a esse movimento intelectual, tinha como pressuposto básico o resgate, o cultivo e a disseminação entre os povos latino-americanos de um sentimento compartilhado de identidade baseado em uma história, em valores, em problemas (não apenas econômicos) e, sobretudo, em projetos de futuro comuns. Assim, em tal perspectiva, o sucesso efetivo de um projeto de integração regional dependeria de sua ampliação para além das esferas meramente econômicas e comerciais, para além do pragmatismo das determinações do mercado ou da ortodoxia macroeconômica.

Em segundo lugar, considerando que tal sentimento de identidade, de comunidade, de unidade e

solidariedade regional não se estabelece por simples decreto ou acordo diplomático, a integração latino-americana dependeria, em última instância, da disseminação de uma consciência entre amplos setores das sociedades envolvidas das razões históricas, culturais e ideológicas responsáveis por certa tendência ao isolamento, indiferença e desconhecimento mútuo que tanto têm marcado a trajetória das relações externas entre os diversos países da América Latina. Por tal razão, segundo podemos inferir do programa elaborado por esse movimento intelectual, a questão da integração da América Latina deveria passar necessariamente pelo enfrentamento do debate ideológico em torno das idéias e doutrinas que, ao longo da sua história, favoreceram e fortaleceram tal tendência isolacionista, responsável em boa medida pela condição de dependência e dominação a que foram – e continuam sendo – submetidas as nações latino-americanas.

Por fim, um importante legado do movimento latino-americano de História das Idéias foi o estreito vínculo estabelecido pelos seus principais representantes entre as problemáticas nacional e regional (considerando o âmbito latino-americano). Inspirando-nos na perspectiva sugerida pelo movimento, talvez o grande desafio atual para a integração regional latino-americana resida exatamente na superação e

equacionamento do aparente paradoxo ainda persistente entre o nacional e o regional. Entre os interesses localistas, baseados em uma visão estreita de nacionalismo e de desenvolvimento nacional, e um projeto de integração regional, que quase sempre implica em algum tipo de concessão tática, em curto prazo, no âmbito dos interesses nacionais em favor de ganhos estratégicos futuros para o conjunto dos países integrados. Concessões essas que somente poderão contar com o respaldo de setores mais amplos das sociedades nacionais envolvidas – condição fundamental para o sucesso da tão almejada integração regional – se no seio das mesmas estiver relativamente consolidado o já referido sentimento de identidade, de comunidade e solidariedade latino-americanas, bem como a consciência de que de tal integração depende o futuro da América Latina enquanto um conjunto de nações livres e soberanas.

*Eugênio Rezende de Carvalho é doutor em História Social e das Idéias pela Universidade de Brasília e professor da Universidade Federal de Goiás, onde exerce a docência e desenvolve pesquisas na área de História Latino-americana. É autor dos livros *Nossa América: a utopia de um novo mundo* (São Paulo: Anita Garibaldi, 2001) e *América para a humanidade: o americanismo universalista de José Martí* (Goiânia: UFG, 2003).*

Notas

- (1) Para Zea, a História das Idéias seria uma disciplina dedicada à recuperação e à legitimação do passado filosófico latino-americano, dentro de uma preocupação em estabelecer, pela historicização desse pensamento, as bases de uma filosofia autêntica apoiada nessa circunstância regional (Cf. Zea, 1942). Para Roig, a História das Idéias foi uma forma particular, latino-americana, de historiar a Filosofia – ou o Pensamento Filosófico – da América Latina em substituição à tradicional e acadêmica História da Filosofia (Roig, 1994, t. II, p. 128). Para Ardao, embora a História das Idéias fosse mais ampla que a História das Idéias Filosóficas – esta última vista como sinônimo de História da Filosofia e como história de apenas um tipo de manifestação das idéias – essa História das Idéias Filosóficas era o ponto de partida para uma História das Idéias latino-americana e, assim, deveria ser privilegiada (Ardao, 1984 [1959], p. 77).
- (2) Como exemplos de "idéias" filosóficas historiadas de forma privilegiada dentro do movimento, sobretudo em suas etapas iniciais, destacam-se o positivismo, o liberalismo, o romantismo, o espiritualismo, o racionalismo, a escolástica, o ecleticismo, o krausismo, o historicismo, além de outras como o pan-americanismo, o latinismo etc.
- (3) Imagens e descrições analisadas em profundidade por Antonello Gerbi em sua clássica obra publicada nos anos 1960, *O Novo Mundo: história de uma polémica (1750-1900)*, uma obra aberta que alguns dos integrantes do movimento se propunham a dar continuidade e enriquecer (Roig, 1984, p. XVII).
- (4) Tal processo torna-se evidente a partir da análise da evolução biográfica intelectual de Leopoldo Zea, claramente assumida, do campo historiográfico ao campo especulativo, em direção a uma filosofia da história latino-americana, principalmente diante da publicação da primeira edição de seu livro *El pensamiento latinoamericano* (1965).
- (5) As linhas gerais de tal projeto encontram-se delineadas no documento-manifesto de 1975, de cuja elaboração participaram vários integrantes do movimento, que ficou conhecido como *Declaración de Morelia*, em referência à cidade mexicana onde o grupo se reuniu e o elaborou.

Fórum de São Paulo

*Articulação ampla
e plural das
esquerdas latino-
americanas e
caribenhas*

A criação do Fórum de São Paulo, em 1990, foi uma reação da esquerda latino-americana e caribenha à derrota do socialismo e à abrangente ofensiva burguesa e imperialista então desencadeada. Vivia-se na esquerda um ambiente de desmoralização, decorrente não só do retrocesso nas conquistas sociais, mas também do descrédito nas idéias revolucionárias.

O Fórum de São Paulo constituiu-se como um agrupamento integrado por mais de 100 partidos e movimentos políticos da esquerda regional, com uma composição política e ideológica ampla e plural, que abarca todo o espectro da esquerda latino-americana e caribenha. Ao longo de 17 anos, apesar do percurso acidentado, essas forças foram capazes de conviver na diversidade, de forjar a unidade política em torno de pontos comuns e plataformas mínimas. Essa capacidade tornou-se um atributo das esquerdas da região, chamando a atenção das forças progressistas de outras regiões do mundo.

Até 1993, quando se realizou o 4º Encontro em Havana, o Fórum de São Paulo firmou-se como uma articulação de caráter antiimperialista e até anticapitalista, com proclamações a favor do socialismo como alternativa para os graves problemas da época.

Os Encontros do Fórum de São Paulo – até agora 13 – produziram um extraordinário acervo de declarações e pronunciamentos, fruto de seus seminários, oficinas de trabalho, mesas redondas e plenárias. Esse conjunto de documentos contém uma aguda, profunda e percuciente crítica à globalização capitalista, às políticas neoliberais, à dominação imperialista na região e no mundo.

Num quadro em que são muito diversificadas as forças em atuação no Fórum de São Paulo, em seu interior cristalizaram-se correntes de opinião. Uma delas nitidamente antiimperialista e socialista, outra de cariz social-democrata e moderada cuja estratégia e tática consistem em promover reformas perfunctórias na ordem social e política vigente. Tendo conseguido a convergência em torno de plataformas comuns, essas correntes, porém, viveram e ainda vivem muitas tensões, ligadas à concepção de mundo, a interpretações sobre as conjunturas políticas, aos caminhos para a libertação nacional e social, aos modelos sociais, econômicos e políticos alternativos e até mesmo aos procedimentos e métodos de condução de uma coletividade tão diversificada de forças políticas.

Essas tensões foram particularmente agudas nos En-

contros do ano 2000 (Manágua), em que quase se produziu um cisma resultante da imposição de métodos antidemocráticos no Grupo de Trabalho; de 2002 (Antígua Guatemala), quando, sob pretexto de que a eleição de Lula no Brasil impunha a necessidade de outro discurso, por conseguinte, pretendeu-se aprovar uma declaração contemplativa que ignorava a brutal ofensiva imperialista dos EUA contra os países e povos, e no de 2005 (São Paulo), quando o Encontro do Fórum de São Paulo se realizou na mesma semana em que se desencadeou a crise política do PT e do governo Lula.

O 13º Encontro, realizado em janeiro último em São Salvador, El Salvador, sob os auspícios da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, assinalou uma retomada e abriu a possibilidade de o Fórum de São Paulo retomar o caminho, que corresponde à sua vocação, da luta antiimperialista e por alternativas de fundo consoantes os profundos anseios de libertação dos povos latino-americanos. Realizado num quadro político inteiramente novo, de vigência de governos democráticos e progressistas, em que avançam processos políticos de caráter antiimperialista com proclamações pró-socialistas, como o venezuelano, o 13º Encontro foi coroado de êxito. Os seus documentos principais – o que provocou os debates e a Declaração final – além de recolherem o que há de essencial no novo quadro político regional, assumem posições vigorosas de condenação das políticas agressivas e neocolonialistas do imperialismo norte-americano na região e no mundo. Outrossim, defendem a união dos povos, das forças políticas e a integração dos países como caminho para avançar na conquista da soberania nacional e no aprofundamento da democracia.

A decisão das esquerdas latino-americanas é de prosseguir fortalecendo o Fórum de São Paulo como articulação ampla e plural em que é indispensável a unidade política, sem hegemonias pré-estabelecidas, sem a ilusão nas soluções fáceis provenientes de algum iluminado centro único, nem imposições artificiais de maiorias. Está nas mãos das suas instâncias de coordenação – o Grupo de Trabalho e a Secretaria Executiva – depois de realizadas consultas amplas, instituir mecanismos e dinâmicas de trabalho que assegurem esse objetivo.

José Reinaldo Carvalho

Declaração Final - XIII Encontro do Fórum de São Paulo

De 12 a 14 de janeiro de 2007, em San Salvador, El Salvador – tendo a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) como anfitriã – desenvolveu-se o XIII Encontro do Fórum de São Paulo, com a participação de 596 delegados. Dentre eles, 219 representantes de 58 partidos e movimentos políticos, sociais e da igreja, de 33 países. E, ainda, 54 convidados de outras regiões do mundo.

Destacamos o esforço político e organizativo da FMLN, que garantiu o desenvolvimento exitoso deste encontro. Por isso, expressamos nossa gratidão pela fraternidade e pela solidária hospitalidade com que nos receberam os companheiros anfitriões.

Quatro grandes temas nos atraíram a este encontro na busca por uma nova etapa de integração latino-americana e caribenha:

1- A formulação de políticas antineoliberais que desenvolvem uma autêntica democracia política, econômica e social; o desenvolvimento sustentável; a igualdade plena a todos os seres humanos e uma nova integração solidária.

2- A luta contra o colonialismo e a interferência imperialista, e em favor da solução dos conflitos armados mediante processos de paz, não contendo – mas, sim, disponibilizando – o avanço de nossos povos à imprescindível transformação política, econômica e social em benefício das maiorias e minorias oprimidas.

3- O enfrentamento da doutrina imperialista de segurança hemisférica, que promove a militarização.

4- A relação entre as forças políticas, os movimentos sociais e cidadãos; entre os governos de esquerda e progressistas; e no papel que desempenha a solidariedade internacional.

Durante os trabalhos do Encontro realizaram-se várias atividades nacionais e internacionais em que foram analisadas e debatidas temáticas que fortalecem a construção de linhas legislativas e de políticas públicas. Suas deliberações serão conhecidas por ocasião da publicação do documento-base e seus respectivos informes que resumem os debates dos diferentes temas de discussão.

Nesse intercâmbio aberto, franco e pluralista (característico do Fórum de São Paulo), todas, e to-



dos, assentimos que – apesar de o neoliberalismo continuar sendo a doutrina hegemônica imposta pelos centros de poder mundial – o enfrentamento em evolução dos povos da manutenção da concentração da riqueza e da massificação da exclusão social favorece uma acumulação política sem precedentes por parte da esquerda latino-americana. Esse enfrenta-

mento é um dos fatores fundamentais que explica os triunfos eleitorais mais recentes obtidos pela esquerda latino-americana e caribenha. Entre eles, a segunda reeleição do presidente Hugo Chávez Frías na Venezuela; a reeleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva no Brasil; a eleição do presidente Rafael Correa no Equador; e do presidente Daniel Ortega na Nicarágua, cujo povo venceu o medo. Esses, os triunfos que proporcionam um processo de mudanças na correlação de forças na região. Com essa batalha político-eleitoral foi recuperado o governo que, anos antes, havia conquistado a vitória da revolução sandinista.

Os novos triunfos eleitorais da esquerda somam-se àqueles obtidos com a eleição do presidente Tabaré Vazquez no Uruguai, em outubro de 2004; a eleição do presidente Evo Morales Ayma na Bolívia, o primeiro líder indígena a chegar à presidência de um país da América Latina, em dezembro de 2005. E à presença e ao apoio de partidos integrantes do Fórum em outros governos da região, como Michelle Bachelet no Chile e Nestor Kirchner na Argentina.

Foram obtidos também triunfos em várias nações do Caribe. No Haiti o imperialismo norte-americano e a direita local não conseguiram finalizar a fraude para evitar a eleição do presidente René Preval.

Ao lado dessas novas gerações de governos latino-americanos de esquerda, ou progressistas – fortalecidas com a primeira eleição de Chávez em dezembro de 1998 – ergue-se a revolução cubana com seus 48 anos de luta e resistência. Embora nem em todas as eleições presidenciais tenham triunfado candidatos de esquerda, ou progressistas, durante os comícios desenvolvidos em 2006, no México, no Peru e na Colômbia, revelou-se uma importante acumulação política. A tudo isso se somam as bancadas de esquerda nos legislativos nacionais e parlamentos de integração e em inúmeros estados, províncias ou departamentos, e em muitos mais municípios e governos locais, administrados pela esquerda em toda extensão e na grande América Latina e no Caribe. Esses avanços no terreno político e eleitoral criam condições favoráveis, sem precedentes, para conseguir a derrota política e ideológica definitiva do neoliberalismo em nossa região. Mas, ao mesmo tempo, eles comprometem os partidos e movimentos políticos da esquerda latino-americana e caribenha a atuarem de

acordo com as expectativas neles depositadas pelos povos, sob pena de seus governos virem a ser somente um breve período após o qual a dominação neoliberal seja re-qualificada.

Nestes inícios do século XXI – em que os povos latino-americanos e caribenhos começam a fazer valer sua soberania, autodeterminação e independência para romper com o neoliberalismo patriarcal e emprender políticas próprias de desenvolvimento econômico e social – o colonialismo é um anacronismo ainda mais ultrajante que antes. Por isso, todos e todas, que formamos o Fórum de São Paulo, nos comprometemos a redobrar nossa luta pela autodeterminação e independência das colônias que subsistem na região: Porto Rico, Martinica, Curaçao, dentre outras.

Lutamos, ainda, contra o Plano Colômbia, a Iniciativa Regional Andina e os demais mecanismos de interferência e intervenção impostos pelo imperialismo norte-americano, como parte de seu sistema de dominação continental, amparados na doutrina de segurança hemisférica que utiliza como pretextos o combate ao crime organizado, ao narcotráfico e ao terrorismo para ampliar e aprofundar a militarização da região e a criminalização da luta popular. Exigimos uma solução política negociada para resolver o conflito armado da Colômbia. Atualmente, são requisitos para obtenção da paz democrática, da autodeterminação, da soberania e da consolidação das transformações democráticas na América Latina e no Caribe.

A violência também penalizou as mulheres, objetos de feminicídios, violência doméstica, ataque sexual, violência trabalhista e agressões das tropas e dos governos títeres. Nós nos manifestamos pela erradicação da violência contra a mulher.

Levantamos as bandeiras identificadas com a defesa dos direitos dos povos indígenas do continente. Reivindicamos a interculturalidade e a condição plurinacional e étnica de vários países da América Latina.

A partir de nossas respectivas realidades nos comprometemos a produzir uma corrente de opinião, como parte de um movimento, que exija o cumprimento dos acordos de paz em El Salvador e Guatemala.

Expressamos nossa solidariedade à revolução cubana. Fazemos votos de uma pronta e efetiva recuperação do presidente Fidel Castro Ruiz. Reafirmamos nosso repúdio ao bloqueio imperialista. Exigimos a

libertação dos cinco cubanos injustamente presos em cárceres estadunidenses, pelo suposto delito de lutar contra o terrorismo.

Expressamos nossa solidariedade a Evo Morales e aprovamos sua postulação ao Prêmio Nobel da Paz.

O Fórum de São Paulo demonstrou em seu III Encontro que para nós, os povos da América Latina e do Caribe, está na hora de assentar as bases para a derrota total do neoliberalismo patriarcal e de avançar na construção da alternativa ao sistema imperante.

Isto requer uma ação articulada e uma relação respeitosa e complementar entre os partidos, movimentos e coalizões políticos de esquerda e a diversidade de organizações e movimentos populares e sociais. Elas nos permitirão construir as alianças políticas e sociais para fazer avançar em cada país uma ampla frente de luta que integre todos os setores populares e democráticos afetados pelas políticas do modelo dominante.

Essa é uma condição indispensável para a realização e consolidação das transformações de nossas sociedades no terreno econômico, social, ideológico e cultural.

São premissas básicas para a construção de um modelo alternativo que, em mais de um lugar, se define com uma perspectiva socialista: a conquista da independência nacional e regional; a justiça social; a democracia política e social; a integração regional e continental baseada na cooperação, no internacionalismo e na solidariedade entre os povos, na defesa e no desenvolvimento de nossos recursos naturais e da biodiversidade; e a erradicação de qualquer forma de discriminação contra as mulheres e os povos nativos.

O objetivo primordial do modelo alternativo é o bem-estar e a valorização das pessoas, dos povos e países da América Latina.

Nas novas condições históricas em que vivem a América Latina e o Caribe nós, os partidos-membros do Fórum de São Paulo, nos sentimos comprometidos a voltar todos os nossos esforços políticos, materiais, e solidariedade, para tornar realidade esta grande oportunidade histórica de derrotar o neoliberalismo e de adotar o caminho da construção dessa nova sociedade justa e democrática.

Na projeção da cultura desenvolvida no Fórum – de sentir como própria cada batalha democrática dada pelas organizações-membro – comprometemos nossa solidariedade aos companheiros da ANN e da

URNG da Guatemala que enfrentarão eleições em setembro próximo. Igualmente, a todas as forças, membros do FSP, que também passaram por processos eleitorais.

O fortalecimento da consequência e da unidade de nossos partidos e do Fórum de São Paulo, da ética no exercício do poder, da superação do sexismo, da profunda vinculação com o povo e da solidariedade internacional são, e serão, nossas melhores armas para enfrentarmos com êxito as batalhas vindouras.

O Fórum de São Paulo compromete-se em defender os processos de mudança em marcha e a exercer toda nossa capacidade internacionalista e solidária a Cuba, aos governos democráticos e à luta dos povos.

O fraterno e franco debate do Fórum teve como importante subsídio o documento-base, elaborado e apresentado pelo Grupo de Trabalho. Tal documento foi enriquecido pelo intercâmbio realizado. As delegações assistentes tomaram como suas as propostas nele contidas: 1- a publicação de um boletim eletrônico mensal; 2- a constituição de uma escola continental de formação política; 3- a realização de um Festival político-cultural; 4- a criação de um observatório eleitoral; e 5- o desenvolvimento de uma política dirigida à juventude e de promoção da arte e da cultura. O Grupo de Trabalho será acionado para discutir as medidas que permitam sua implementação.

O propósito dessas iniciativas deverá permitir uma capacidade maior para desenvolver o debate político, o intercâmbio de experiências e para conseguir que o Fórum seja um instrumento mais eficaz e permanente para articular o trabalho político dos partidos e movimentos-membro.

Os avanços deste encontro nos permitem indicar expectativas no desenvolvimento de capacidades para responder aos desafios a nós impostos pelo avanço da luta dos nossos povos. E também nos permitem passar a uma nova etapa na atividade do Fórum.

O Fórum rendeu homenagem e manifestou reconhecimento ao grande dirigente Shafik Handal, ao destacar seu exemplar compromisso que caracterizou sua consequência na luta pela emancipação dos povos.

San Salvador, 12 a 14 de janeiro de 2007

Traduzido por Maria Lucília Ruy mestre em Letras Clássicas

*Resgate da
dignidade,
soberania e busca
da integração
latino-americana*

RAFAEL CORREA

“Façamos honra ao sacrifício dos próceres e libertadores e ao clamor de nossos povos para que a América do Sul se converta em exemplo ante o mundo de uma Grande Nação Sustentável de Repúblicas Irmãs”

Há mais de 50 anos, quando nosso país encontrava-se devastado pela guerra e o caos, o grande Benjamin Carrión expressava a necessidade de ter de volta a Pátria. Esta frase foi a inspiração de um punhado de cidadãos que decidimos nos libertar dos grupos que mantiveram seqüestrada nossa Pátria e, assim, empreender a luta por uma Revolução Cidadã, consistente na mudança radical, profunda e rápida do sistema político, econômico e social vigente, sistema perverso que destruiu nossa democracia, nossa economia e nossa sociedade.

Desta forma, começamos esta cruzada chamada Aliança PAÍS, mais que um lema de campanha, uma esperança: a Pátria de Volta, e, com ela, volta o trabalho, a justiça, voltam os milhões de irmãos e irmãs expulsos de sua própria terra nessa tragédia nacional chamada migração.

Esta esperança de uns quantos se expandiu qual fogo em paiol e se converteu na esperança e decisão de todos os equatorianos que, em 26 de novembro de 2006, escreveram uma gesta heróica no país e iniciaram uma nova história. Hoje, a pátria é de todos.

No entanto, agora é que a luta começa. O 26 de novembro não foi um ponto de chegada, mas um ponto de partida. A Revolução Cidadã recém se iniciou e ninguém a poderá deter, enquanto tivermos um povo unido e decidido a mudanças.

Revolução constitucional

O primeiro eixo dessa revolução cidadã é a revolução constitucional. O mandato da cidadania foi claro: queremos uma transformação profunda. Nossas classes dirigentes fracassaram, queremos uma democracia em que seja escutada nossa voz, em que nossos representantes entendam serem nossos mandatários e os cidadãos seus mandantes.

A institucionalidade política do Equador emperrou. Algumas vezes por seu desenho anacrônico e caduco e outras pelas garras da corrupção e a voracidade política. A partilha que reflete a Constituição vigente, através da politização de autoridades de controle, tribunais etc, desestabilizou e imobilizou o país. O Congresso Nacional, supostamente máxima ex-

pressão da democracia representativa, não é recebido pela cidadania como seu representante. Pelo contrário, sua perda de credibilidade reflete o desencanto de milhões de homens e mulheres ansiosos por mudanças. As reformas desejadas não podem limitar-se a maquiagens. A América Latina e o Equador não estão vivendo uma época de mudanças, mas uma verdadeira mudança de época. O momento histórico da Pátria e de todo o continente exige uma nova Constituição que prepare o país para o Século XXI, uma vez superados o dogma neoliberal e as democracias de fachada que submeteram pessoas, vidas e sociedades às enteléquias do mercado.

O instrumento fundamental para esta mudança é a Assembléia Nacional Constituinte. Em poucos minutos mais, cumprindo o mandato a mim outorgado pelo povo equatoriano em 26 de novembro passado, e no uso das atribuições a mim conferidas pela atual Constituição Política do Estado, convocarei uma consulta popular para o soberano povo equatoriano ordenar ou negar essa Assembléia Nacional Constituinte de plenos poderes que busque superar o bloqueio político, econômico e social em que o país se encontra.

Graças ao respaldo majoritário a nossa proposta de transformação, a resistência de algumas forças política tradicionais deu passo a um consenso de aceitação a nosso projeto, sem que tenha meio para isso nenhum acordo obscuro ou subterrâneo. Não negociarei com ninguém a dignidade da Pátria. A Pátria não está à venda. O opróbrio do passado histórico, com a venda da bandeira ou pactos que trocavam votos por prebendas, terminou para sempre. (...)

Revolução econômica

A política econômica seguida pelo Equador desde finais dos anos 1980 se enquadrou fielmente no paradigma de desenvolvimento dominante na América Latina, chamado "neoliberalismo", com as inconsistências próprias da corrupção: necessidade de manter a subordinação econômica e exigência de servir à dívida externa. Todo este receituário de políticas obedeceu ao chamado "Consenso de Washington", suposto consenso – para vergonha da América Latina – do qual sequer participamos os latino-americanos. Entretanto, certas "políticas" não foram impostas so-

zinhas, mas solidariamente aplaudidas sem reflexão alguma por nossas elites e tecnocracias.

Os resultados destas políticas estão à vista, e depois de quinze anos de aplicação, as conseqüências são desastrosas. Nos últimos três anos, o Equador cresceu em termos per capita, mas a iniquidade aumentou e o desemprego duplicou em relação às cifras do começo dos anos 1990, face à maciça emigração de compatriotas dos últimos anos.

Chegou-se ao absurdo de defender como “prudentes” as políticas que destruíram emprego, como as dos anos 2003 e 2004. O dogmatismo foi tão grande, que se chamou “populismo” a tudo que não entendesse o dogmatismo neoliberal. Pelo contrário, qualquer cantinflada em função do mercado e do capital foi assumida como “técnica”, num verdadeiro “populismo do capital”. Como exemplo disso podemos citar os bancos centrais autônomos, não controlados pelas organizações democráticas; o simplismo do livre comércio; as privatizações; a dolarização; e tantas outras barbaridades.

Estas políticas puderam manter-se sobre a base de enganos e atitudes antidemocráticas por parte dos beneficiários das mesmas, com total respaldo de organismos multilaterais que disfarçaram de ciência uma simples ideologia, e cujas supostas investigações científicas se aproximaram mais de multimilionárias campanhas de marketing ideológico do que de trabalhos acadêmicos. Estes organismos também se converteram em representantes dos credores e em braços executores da política externa de determinados países. Por isso, além do fracasso econômico, também diminuíram a soberania e a representatividade do sistema democrático, sendo esta uma das principais fontes de ingovernabilidade no país, incompreensível para a tecnocracia.

Felizmente, como dizia o general Eloy Alfaro, a hora mais sombria é a mais próxima da aurora, e o nefasto ciclo neoliberal foi definitivamente superado pelos povos de nossa América, como demonstram os processos em Argentina, Brasil, Uruguai, Venezuela, Bolívia, Chile, Nicarágua e, agora, no Equador.

Desta forma, a nova condução econômica do Equador priorizará uma política digna e soberana. Ou melhor, em vez de liberar negociatas liberaremos nosso país dos atavismos e poderosos interesses nacionais e internacionais que o dominam, com uma

clara opção preferencial pelos mais pobres e excluídos, priorizando o ser humano sobre o capital.

Entretanto, Equador e América Latina devem procurar não só uma nova estratégia, mas também uma nova concepção de desenvolvimento que não reflita unicamente percepções, experiências e interesses de grupos e países dominantes; que não submeta sociedades, vidas e pessoas a enteléquias do mercado, onde o Estado, o planejamento e a ação coletiva recuperem seu papel essencial para o progresso; onde se preservem ativos intangíveis, mas fundamentais como o capital social; onde as aparentes exigências da economia não sejam excludentes e, pior ainda, antagônicas do desenvolvimento social. (...)

Resgate da dignidade, soberania e busca da integração latino-americana

O Equador se integra desde hoje e de maneira decidida à construção da Grande Nação Sul-americana, a utopia de Bolívar e San Martín que, graças à vontade de nossos povos, virá à luz e, com suas centelhas históricas, será capaz de oferecer outros horizontes de irmandade e fraternidade aos povos sul-americanos, justos, ativos, soberanos.

Quando há meio milênio os primeiros europeus chegaram às terras hoje conhecidas como América encontraram um paraíso onde os seres humanos viviam harmonicamente com a natureza. Por milhares de anos, tribos, povos e civilizações foram construindo um mundo onde a Paccha Mama, a mãe terra, era respeitada, por ser a mãe primária, mãe de todas as mães. Três séculos de conquista e de colônia marcaram para sempre os homens e a terra americana.

Há mais de dois séculos surgem os próceres, indígenas, negros, brancos e mestiços. Filhos do sol e da razão, em que se destaca o médico, o precursor, o homem universal, Eugenio Espejo, representante do despertar primeiro desta América insurgente.

Miranda consolida o pensamento em proposta estratégica e, para Simón Rodríguez, as repúblicas sem republicanos se converterão em simples republiquetas, como hoje quando parafraseamos o professor e dizemos “uma nação sem cidadãos não é uma nação”.

Por esses anos, um 10 de agosto de 1809, a chama se acende em Quito, conhecida mais tarde como



Rafael Correa.

Luz da América. Essa geração insubmissa foi exterminada pelos colonialistas, mas um homem – acompanhado de Manuela Sáenz, que teceu sua bandeira revolucionária com retalhos de amor, talento e decisão sublime – único e genial, empreenderia, de Caracas, a heróica luta da independência.

Havia um só caminho e Bolívar o compreendeu ao condicionar nosso destino comum à criação de “Uma Nação de Repúblicas Irmãs”. Duzentos anos transcorreram sem que o sonho bolivariano pudesse concretizar-se. Teremos de esperar duzentos anos mais para obtê-lo? Recordando o próprio Bolívar, jovem e futuro Libertador, quando os temerosos e os pusilânimes reclamavam dele por sua veemência pela causa da independência americana e diziam que ele teria de esperar, respondeu “trezentos anos de espera não são suficientes?” E anos mais tarde, o grande poeta Pablo Neruda, invocava o Libertador:

*Eu conheci Bolívar numa longa manhã
Na boca do Quinto Regimento
Pai, disse-lhe:
És ou não és, ou quem és
E olhando o quartel da montanha disse:
Desperto a cada cem anos quando o povo desperta*

Cem anos depois da gesta libertária bolivariana o povo voltou a despertar, liderado pelo general Eloy Alfaro – discípulo de Montalvo e amigo de Martí – para quem “o perigo estava na demora”. Agora, aos cem anos da última presidência de Alfaro, novamente esse despertar é incontido e contagioso. Somente ontem, em Zumbahua, com nossos irmãos indígenas, repetiu-se aquele coral rebelde e cívico que alaga as ruas da América: “Alerta, alerta, alerta que avança a espada de Bolívar pela América Latina”.

Agora nos corresponde, senhores presidentes. Os povos não nos perdoarão se não conseguirmos avançar na integração de Nossa América, para usar a íntima concepção de Martí. Por esta história de sonhos compartilhados, o governo equatoriano manifesta a seus irmãos seu compromisso profundo com a integração de nossos povos. Esperamos a volta da Venezuela à Comunidade Andina das Nações, para junto ao Mercosul, ao Chile, Suriname e Guiana, concretizar-se o quanto antes a institucionalização da Comunidade Sul-americana e as ações sociais, culturais, econômicas e políticas tão enunciadas e oferecidas em palavras se tornem realidade.

O governo do Equador, como já o sabem, senhores presidentes e representantes dos países sul-americanos, oferece Quito, Luz da América, como um espaço para reflexão e construção da Comunidade Sul-americana. Que a futura Secretaria Permanente se instale em terras equatorianas, se os senhores presidentes o considerarem oportuno e conveniente.

Façamos honra ao sacrifício dos próceres e libertadores e ao clamor de nossos povos para que a América do Sul se converta em exemplo ante o mundo de uma Grande Nação Sustentável de Repúblicas Irmãs, para o nosso bem e exemplo para toda a humanidade. (...)

Rafael Correa é presidente do Equador. Este texto reproduz trechos de seu discurso de posse. Publicado originalmente em El Comercio, Quito, 15/1/2007.



Camponeses Quíchuas em manifestação por uma Assembléia Constituinte, em Sucre, Bolívia, 2005.

Particularidades e perspectivas do processo boliviano

MARCOS DOMICH

Apesar das armadilhas das elites, o processo político democrático, popular e nacional-libertador continua em frente

Em 22 de janeiro completou-se um ano da posse de Evo Morales como presidente constitucional da República. No entanto, por essa designação ser tão clara nesse caso certas conotações fazem dessa posse, e do cargo em si, algo significativo no contexto político latino-americano.

Com efeito, existem particularidades e facetas que o destacam. Vários presidentes da América Latina tomaram posse nos últimos 12 meses, mas nenhum deles tem a referência como indígena, popular, democrático e nacional-libertador que envolveu a assunção de Evo. Cada uma dessas qualificações tem um conteúdo preciso. Não são adjetivos vazios. Nenhum outro presidente – exceto a reeleição de Chávez – obteve no primeiro turno mais de 50% da preferência eleitoral. Essa preferência tinha clara denotação popular se se baliza e constata onde e quem votou em Evo Morales.

Evo foi eleito por uma força política que adotou a sigla MAS (Movimento ao Socialismo) que, para muitos, indica algo muito preciso. Especificaram declarações que podem ser resumidas na frase de um camponês de uma aldeia distante “já sabemos como é o capitalismo, agora queremos conhecer o socialismo”. Está comprovado o caráter democrático, popular e avançado do triunfo de Evo e do MAS. O que de fato estabelece uma diferenciação mais clara é a projeção e a maneira nacional-ética dessa presidência.

Na verdade, Evo teve três posses: a primeira no parlamento, nada especial. (Ressalte-se o fato de ele ter sido o primeiro presidente a prestar juramento com os punhos para cima). A segunda ocorreu com uma grande circunscrição popular na Praça de San Francisco, local de comícios políticos, sobretudo populares. Nela, reafirmou cumprir sua promessa: priorizar o atendimento dos interesses populares e nacionais. A terceira posse, e juramento, se realizaram em Tiawanacu, atrás da Puerta del Sol, no limiar do que em essência foi um ritual indígena. Mais chamou a atenção o fato de Evo ter sido proclamado “presidente de todos os índios do continente americano”, tal a profundidade da origem e “cor” de sua candidatura.

A campanha causou impacto. Para o trabalhador irritado com a exploração, o desemprego e a falta de direitos e fustigado pelo neoliberalismo apresentava-

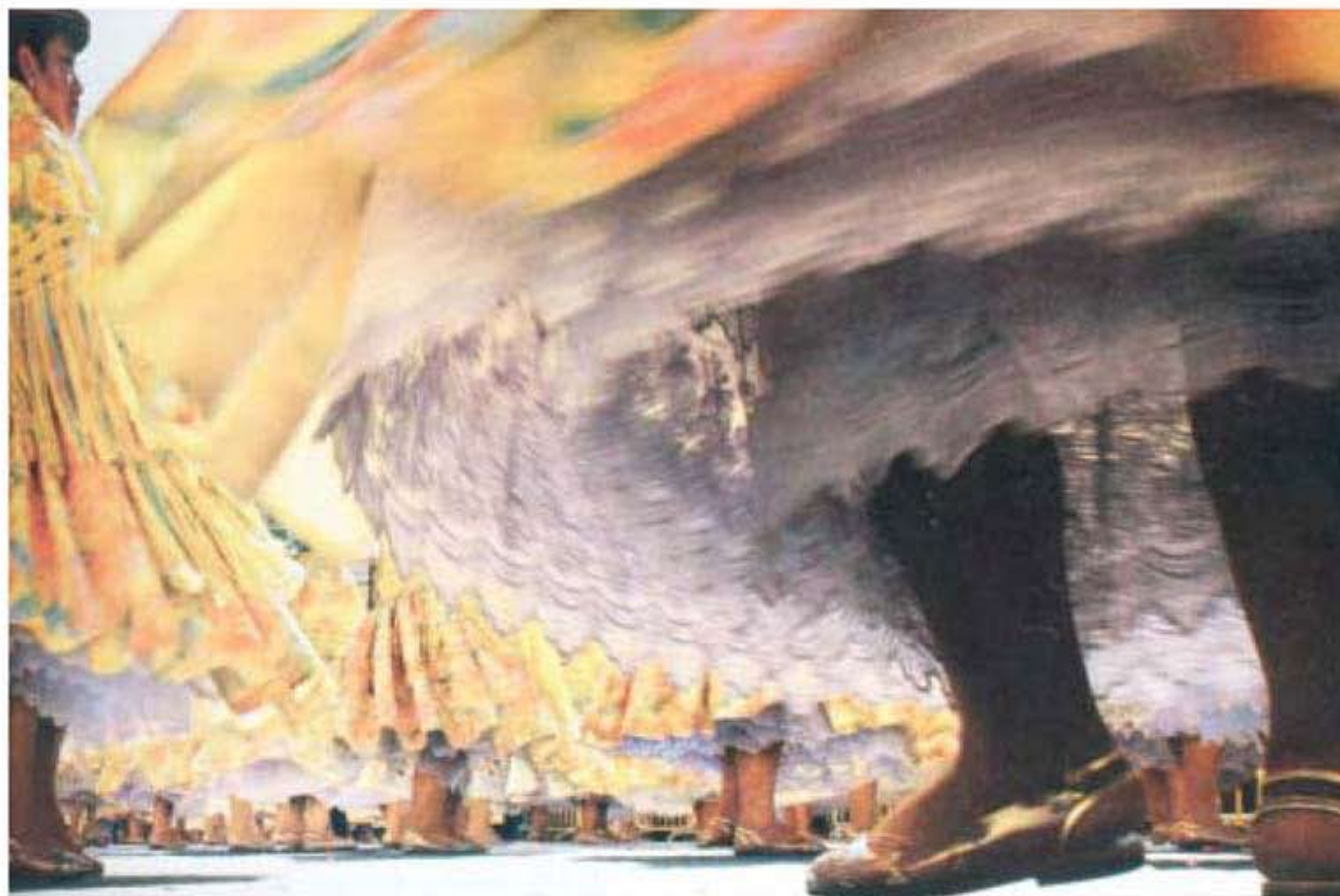
se apenas uma opção. Para os oprimidos, marginalizados e discriminados pelos séculos se oferecia uma única oportunidade. Para os anteriores e a outros mais foi o momento de quitar as dívidas pela entrega e o saque a que foi submetido todo um país, exaurido de seus recursos naturais e subjugado à condição de mais pobre da América do Sul, apesar das riquezas que possui. Na mente das pessoas – trabalhadores, indígenas ou simplesmente patriotas – enraizou-se a consigna Agora ou nunca!

Obviamente, cada grupo social, classe, gênero ou tipo étnico possuía representação social diferenciada – mas não dessemelhante – entre elas, baseada numa mesma realidade, isto é, retratando um mesmo ser social. Haviam sido cristalizados um conhecimento e uma explicação – de sua vida cotidiana e do porquê dessa representação – que mostravam um inequívoco caminho em direção à superação, pela via das mudanças. O “Agora ou nunca” significava para os operários pôr fim à impiedosa exploração que propala o neoliberalismo e à devolução dos direitos obtidos mediante a firmeza de lutas intensas e mesmo cruentas.

Para os indígenas significava a possibilidade de acesso ao governo, com o ganho. Em resumo, recuperar a dignidade, poder livremente ser o que de fato representava como pessoa. Para o restante da grande maioria de dezembro havia chegado a hora da reivindicação nacional: devolver ao país o que lhe foi despojado da maneira mais arbitrária possível – particularmente os recursos energéticos, o gás natural – aviltando a Constituição Política do Estado (CPE). Nunca as massas haviam se mobilizado por essa causa com tanta combatividade ou vultuosidade. Sublevaram-se e afastaram um presidente.

Chegou a hora também de se livrar da asfíxiante amarra da dívida externa, ilegal e imoral. Chegou a hora, enfim – como se estabeleceu na história – das lutas independentistas e libertadoras: que a Bolívia se faça!

O programa eleitoral do MAS era extenso, mais para analistas curiosos do que para os eleitores. Reproduzia bons desejos e intenções. No entanto, havia a necessidade de um programa mínimo e mobilizador que indicasse densamente as tarefas urgentes do momento. Ele surgiu quase espontaneamente da exigência social de romper com o velho e esgotado mo-



Mulheres Aymarás dançam durante as festividades de Jesus, Senhor do Grande Poder, em La Paz, Bolívia.

delo neoliberal e de assinalar novos rumos para o desenvolvimento independente e soberano do país.

Dessa necessidade despontou uma espécie de decálogo que, no fundo, propunha um programa de recuperação dos recursos e do patrimônio nacional; de desenvolvimento da economia (mista) em benefício do país e das maiorias nacionais; de uma educação e serviços de saúde como necessitava o país atual, uma previdência social solidária e distributiva e uma reforma política por meio da convocação de uma Assembleia Constituinte. Esta deveria aprovar uma nova Constituição Política de Estado (CPE) que manifestasse a nova realidade do país, a ser elaborada a partir da aplicação de um modelo de desenvolvimento social e econômico contrário ao neoliberalismo.

Essa proposta também carrega em si o conceito bastante arraigado, sobretudo no ocidente do país, da “refundação da Bolívia”. Na abrangência dessa refundação, no entanto, há matizes em sua percepção. Algumas vezes possui marcado acento indigenista e este é enfrentado, a partir dos distritos do oriente do

país, com a exigência de estabelecer um regime autônomo distrital com amplos poderes. Como veremos mais adiante a compreensão oposta de “refundação” e de “autonomias distritais” transformou-se na contradição que domina o panorama da confrontação política boliviana. Contudo, é a contradição que aparece para disfarçar a arrogância das contradições essenciais.

O balanço de um ano de exercício de poder e os atos de governo darão uma idéia mais concreta do governo de Evo. Não foi fácil caracterizá-lo e ter segurança de ter sido totalmente correta a formulação que se fazia. A composição heterogênea de seu gabinete impossibilitou obter tal segurança. Causou surpresa a presença de personagens não pertencentes ao MAS, ou aderentes tardiamente à campanha eleitoral – a maioria deles na condição de convidados. Podia-se perceber a presença desde indígenas – que no passado manifestaram posições indianistas radicais e considerável distância com as concepções socialistas, mesmos elementos remanescentes dos governos an-

teriores, particularmente no ministério da economia. Indiscutivelmente, tiveram presença homens e mulheres de antigos progressos na luta social e política que podem ter posições revolucionárias e socialistas. Contudo, havia a preocupação de que alguns desses estivessem vinculados a organizações duvidosas não-governamentais.

À medida que muito pouco do que havia sido oferecido foi aplicado – inclusive começou a surgir certo esmorecimento – foi determinado o Decreto Supremo 28701, chamado nacionalização dos hidrocarburetos. Sua elaboração – quase como de segredo de Estado – e a sua ostensiva apresentação em 1º de maio mudaram radicalmente o panorama. Evo recuperou uma confiança popular que estava em declínio. Tecnicamente, esse decreto não é de nacionalização. No entanto, dedica-se a restabelecer, sobretudo, o direito de propriedade da nação sobre os hidrocarburetos. Com a subscrição de novos contratos com as transnacionais petrolíferas – que outorgam maiores aberturas para o tesouro nacional – foi dado um importante passo adiante.

Pode-se, a partir de então, realizar outros empreendimentos, como a industrialização do gás, e exportar produtos com valor agregado. Pode-se contar com a ajuda da Venezuela nessa matéria e iniciar os processos de integração energética. Evidentemente, falta ajustar muitos detalhes nesse complexíssimo negócio dos hidrocarburetos. Por exemplo, cortar o excesso de empresas que registram como suas as reservas de hidrocarburetos nas bolsas de valores metropolitanas. A recuperação dos hidrocarburetos contribuiu para demonstrar que as transnacionais não são intocáveis. Ameaçaram lançar as fúrias dos organismos internacionais, congelar as inversões etc. Nada disso aconteceu, embora nas novas condições existam grandes ambições (1). Esse panorama completou-se com o fim da atividade da Suez Lioneses des Eaus, transnacional que provocou a “guerra da água” em 2000.

A política pré-eleitoral de Evo foi muito habilidosa. Soube ganhar setores populares, entre eles o dos cooperativistas mineiros que cresceu, sobretudo, com a greve (a chamada “re-posicionamento”) na mineração estatal. O apoio foi retribuído com magistraturas parlamentares e com o ministério de mineração. Tardiamente ficou claro que o acordo era contrário à

linha de princípios. Os dirigentes dos trabalhadores cooperativistas haviam se transformado em verdadeiros pequenos e médios empresários, com uma ambição incontrolável para avançar sobre áreas ainda pertencentes à antiga empresa mineradora estatal (Comibol).

Com a alta dos preços dos minerais, a mina Posokoni, a mais rica reserva de estanho da Bolívia, transformou-se em cobiçada presa. Com procedimentos ilegais, e até suspeitosos, de vinculações com a direita golpista foi provocado um enfrentamento, do qual houve mais de 60 mortes e muitos danos materiais. Evo destituiu o controverso ministro e restabeleceu um princípio muito querido ao povo boliviano: as minas são, fundamentalmente, do Estado e é prioritário recuperar a empresa nacional. Isso não significa acabar com a mineração privada, mas sim dar a ela limites e cortar os ganhos bem aplicados por Sánchez de Lozada, grande empresário minerador. Os trabalhadores cooperativistas (aproximadamente 4000) readquiriram sua condição de classe operária e, de fato, fortalecem o núcleo mais combativo do proletariado boliviano.

O problema da terra é potencialmente mais perigoso e explosivo. Com o neoliberalismo foi recriado o grande latifúndio, em especial no Oriente. Para a criação de gado, o cultivo da soja e de algodão – mas, sobretudo, para especulação da “engorda de terras” – protegidos pelos regimes burgueses, foram retidas terras de até 150 e 200 mil hectares! Enquanto isso, o Movimento dos Sem Terra (MST) e as organizações dos camponeses e etnias e povos nativos se mobilizaram para acabar com o latifúndio improdutivo, e devolver a terra a seus proprietários originais. Ninguém, nem governo nem camponeses, querem entrar em terras efetivamente produtivas.

O governo apresentou um projeto de alterações à lei agrária neoliberal aprovado na Câmara dos Deputados. No Senado – onde faltam votos ao MAS – houve uma tenaz resistência, já manifestada fora dos marcos legislativos. A questão da terra, há anos, provoca os enfrentamentos mais agudos. É aqui onde os atores sociais e, em primeiro lugar os latifundiários, recorrem à confrontação violenta e armada. Já ocorreram choques, mas apenas rudimentos diante da grandeza do problema e dos setores sociais envolvidos. O tema da defesa da “sacrossanta propriedade

particular” move as paixões de sempre. Conceituados protagonistas (juízes, prefeitos, governadores) já apresentaram suas carabinas, jurando – sem originalidade nem surpresas – defender com sangue suas propriedades.

Com a estatização dos hidrocarburetos, a luta pela titularidade das minas e pelo fim do latifúndio colocou a nu as contradições sobre as quais está assentado o movimento da sociedade boliviana. Há outras esferas da luta social, contradições e problemas secundários não-resolvidos, mas os acima relacionados são os principais. A luta de classes – anunciada como “obsoleta” pelo neoliberalismo, junto com a intelectualidade desnorteada como coro, atenta aos dirigentes pós-modernos da “nova teoria” social – começa a manifestar-se com toda força, própria dos tempos de mudança social.

Um presente eleitoral foi atender a uma espécie de anseio popular: convocar uma Assembléia Constituinte (AC). É uma indicação de que os problemas centrais, as contradições fundamentais nem sempre se manifestam abertamente e de que atuam dissimulados no cenário da luta de classes. É o que acontece na AC. A aprovação do regulamento de debates, na verdade, uma questão trivial, provocou discussões as mais exasperadas e cenas empoladas, bem aproveitadas pela televisão para prazer dos que acreditam que a política, ou a confrontação ideológica, é assim. Por tão “nobre causa” ocorreram manifestações, greves de fome, reuniões e um mar de pronunciamentos.

Pela proposta da direita, todo artigo da nova CPE deve ser aprovado por 2/3 dos votos. Segundo a proposta da bancada do MAS, e de seus aliados, entre eles o PCB, apenas alguns artigos (propriedade dos meios de produção, orçamento nacional, impostos e outros de caráter político) devem ser aprovados por 2/3; para o restante basta maioria absoluta (50% + 1) que reproduz a correlação na eleição dos constituintes. O MAS ganhou em 7 dos 9 departamentos, com mais de 50%. A direita perdeu até em seus supostos baluartes: Santa Cruz e Tarija. A partir daí ameaça –

e atua! – com um sentido separatista e de defesa cega de seus interesses egoístas.

Pela convocatória da AC, o texto aprovado da nova CPE deve ser submetido a uma consulta popular. Se o povo não estiver de acordo pode contestá-la. Portanto, é tolice chantagista o que faz a direita. E mais: é o pretexto para sua campanha desestabilizadora. As concessões feitas pelos agenciadores da convocatória proporcionaram à direita manobrar. O vice-presidente aceitou os 2/3 e a aplicação das liberdades, apesar de não ter estabelecido suas competências. Nesse momento é que a direita política e a oligarquia – principalmente, de Santa Cruz – recorrem à chantagem, tensionam o ambiente político e até se preparam para eventuais enfrentamentos armados. Não estão sozinhos nessa cruzada. A direita internacional, sobretudo o imperialismo, os abastecem de meios, recursos e experiência. Nada é casual nos movimentos da diplomacia estadunidense. O embaixador Goldberg foi representante dos EUA em Kosovo. Ou seja, trouxeram à Bolívia nada menos que um especialista em processos centrífugos, separatistas.

Apesar dessas armadilhas, o processo político democrático, popular e nacional-libertador continua em frente. Foram cometidos erros, existem imperfeições e até perigos “internos” no próprio processo. Não há ainda uma visão clara da necessidade de ajustar a direção do processo. Encontra-se muito distante de observar – não imitar – outros processos revolucionários que alcançaram, ou procuram, formas de articulação das forças-motrizes da mudança: os trabalhadores assalariados, a classe operária, os camponeses, os movimentos sociais populares e as organizações políticas da esquerda real. Este é o caminho, e não há como desperdiçar a conjuntura que a história nos presenteia.

Marcos Dornich é secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista da Bolívia (PCB). Traduzido por Maria Lucília Ruy, mestre em Letras Clássicas.

Nota

- (1) É um dever mencionar o apoio solidário do Partido Comunista do Brasil por ocasião da emissão do decreto de nacionalização dos hidrocarburetos e do direito da Bolívia “de dispor de seus recursos naturais”. A Petrobras tem importantes concessões na Bolívia e o seu comportamento não divergiu muito do de outras empresas petrolíferas estrangeiras.

Avançar rumo à verdadeira revolução democrática no Chile

GUILLERMO TEILLER

Segundo o XXIII Congresso do PC do Chile, realizado em dezembro de 2006, a solução para a contradição entre neoliberalismo e democracia é a conquista de um governo democrático, nacional e de justiça social com a unidade e a luta do povo. Guillermo Teiller, reeleito presidente desta histórica e heróica legenda, apresenta – especialmente para os leitores de Princípios – uma análise da realidade chilena e as conclusões do evento

A situação do Chile, na cadeia global da imposição da hegemonia do capital financeiro internacional, não é exceção. Pela nossa concepção, o neoliberalismo e o seu pólo oposto – a democracia a que aspiramos – não são categorias puramente econômicas ou puramente políticas.

O neoliberalismo é um sistema econômico que sustenta um modelo de sociedade totalmente a serviço dos interesses mercantis e utilitários das grandes transnacionais, e se reproduz politicamente mediante uma democracia restrita e excludente cujos limites são assinalados por esses interesses. A exclusão política e social – prejudicial a milhões de compatriotas – é parte integrante da estratégia voltada para manter esse sistema inalterável.

Os rígidos marcos institucionais, os privilégios outorgados às grandes empresas transnacionais e à concentração de poder e riqueza, as grandes desigualdades sociais extremas, a falta de soberania econômica, a corrupção que grassa na administração do Estado, entre outros aspectos, estabelecem a impossibilidade de avanço rumo a uma sociedade justa, plenamente democrática, e a um efetivo desenvolvimento econômico nacional.

Sem uma concepção democrática participativa de alternativa – em seus aspectos fundamentais – à imposição neoliberal, torna-se impossível construir os objetivos de justiça social almejados pelo povo.

A solução para a contradição entre neoliberalismo e democracia é a conquista de um governo democrático, nacional e de justiça social com a unidade e a luta do povo.

O golpe de Estado significou o fim de um ciclo histórico de lutas populares que conseguiram alcançar o triunfo do governo da Unidade Popular, levando à presidência da República Salvador Allende. Pôs fim à era republicana durante a qual os trabalhadores e o povo obtiveram importantes conquistas no campo político, social, econômico e cultural que levaram nosso país a se tornar um dos mais avançados nesses aspectos. Impôs uma contra-revolução antidemocrática, com uma Constituição e um sistema institucional como sustento “legal” ao processo de privatização e desnacionalização das empresas estatais e à renúncia de nossa soberania econômica.

O Chile ficou marcado no mundo como o “laboratório mundial do neoliberalismo”, com uma concentração de poder político e econômico jamais vista em nossa história; de exploração; de grave falta de direitos dos trabalhadores e de abandono, uso e abu-



Guillermo Teillier fala para militantes.

so de seus direitos. Até hoje 50% dos chilenos não têm direito a uma velhice digna por não terem acesso ao sistema previdenciário.

A transnacionalização do poder, a falta de democracia e a concentração da economia repercutiram profundamente em nossa sociedade. Pela análise das conclusões de uma comissão examinadora da Câmara dos Deputados, observa-se que a perda patrimonial do Estado com a privatização de empresas durante a ditadura somente entre 1985 e 1990 chegou a US\$ 4.200 milhões, sem considerar a histórica dívida da reserva privada na raiz da crise de 1982 que continuamos – todos os chilenos – pagando e que passou a US\$ 7 bilhões. Apenas com a venda das ações da CAP (Companhia de Aço do Pacífico) por US\$ 110 milhões houve uma perda de US\$ 700 milhões, pois o preço real era mais de US\$ 800 milhões.

É importante conhecer a parte de nossa história que pretendem ocultar para não serem levadas a erro as atuais, e futuras, gerações – às quais querem fazer acreditar que o desenvolvimento do Chile se deve à imposição do neoliberalismo, em relação ao qual, incluindo setores da direita e alguns da “concertación”, pretendiam fazer uma apologia ao ditador Augusto Pinochet.

Em 1939, durante o governo da Frente Popular, encabeçado por Pedro Aguirre Cerda, é que se deu origem a uma etapa de profundo desenvolvimento industrial – no essencial a criação de empresas estatais – e à concessão de créditos diretos para a criação de uma área privada ou mista da economia. Foram criadas: a Endesa (Empresa Nacional de Eletricidade), a Enap (Empresa Nacional de Petróleo), a Cap (Companhia de Aço do Pacífico), as manufactureiras Madeco, Mademsa, Ferrilozza, Vidrios Lirquen, Loca Penco, a Lan Chile (Linha Aérea Nacional), a Emporchi (Empresa Portuária do Chile), a Honsa (Empresa Hoteleira Nacional) e a Iansa (Indústria Açucareira Nacional).

Anos depois – sob a mesma premissa estatal – foram criadas a Enami (Empresa Nacional de Minera-

ção), a Fundação de Paipote, a Refinaria de Petróleo de Con Con, Entel, TVN, Chile Films, Inacap, Sercotec, Laboratórios Chile, Pesqueira Arauco, dentre muitas outras.

Dessa histórica construção da nossa soberania econômica é que se obteve, durante o governo de Salvador Allende, a nacionalização do cobre, que nos havia sido espoliada. Os governos da “concertación” continuaram com as privatizações que incluíam o repasse de 65% da exploração do nosso cobre para as mãos das transnacionais – que levam do país utilidades num valor próximo dos US\$ 20 milhões, ao ano, pagando irrisórios impostos.

A tão desmedida e ilusória afirmação de que o Chile é um país exitoso em sua macroeconomia desconsidera a obscura realidade de que ela é exitosa apenas para uns poucos, de que é obtida praticamente com a venda do país e à custa de um desumano

processo de pauperização dos trabalhadores e agudização de problemas sociais como educação, saúde, moradia. Neste país tão exitoso proliferam com altos índices fenômenos como drogas, violência familiar, delinqüência, enfermidades mentais. Sofremos a pior distribuição da riqueza da América Latina, um alto grau de pobreza e ociosidade estruturais que o sistema não resolverá. (...)

O Chile encontra-se entre os países do mundo com as maiores desigualdades. As diferenças econômicas – longe de diminuir – aumentam a cada dia mais. Nos nove primeiros meses de 2006 quinze das principais empresas embolsaram benefícios equivalentes ao que receberam como salário nesse mesmo período um milhão e quinhentos mil trabalhadores. Algumas delas – como a Colbun do grupo Matte – obtiveram um aumento de 150% em suas vantagens e o espanhol Enersis de 530%.

O sistema tributário é uma das outras causas dessas desigualdades. A grande massa de chilenos paga 19% pelo IVA, por tudo o que consome e, ainda, deve somar a isso 20% de desconto de seus vencimentos para saúde e aposentadoria.

O Chile encontra-se entre os países do mundo com as maiores desigualdades. As diferenças econômicas – longe de diminuir – aumentam a cada dia mais

Em compensação, o imposto de renda no Chile é um dos mais baixos do mundo, ademais os grandes capitalistas e altos executivos gozam de inúmeras isenções tributárias com devoluções pelo IVA e descontos no imposto de renda. Tais privilégios financiados por todos os chilenos custam ao fisco por volta de US\$ 3.200 milhões anuais.

A desigualdade na educação é outra causa incontestável de como são reproduzidas as diferenças e injustiças. As escolas particulares subvencionadas e as universidades particulares – mais de 50% no país – se enriquecem graças às subvenções do Estado e ao sacrifício de pais. Já a educação pública (em nível secundário e superior) conturba-se sem recursos e endividada, sem possibilidades de melhorar suas infraestruturas ou a qualidade do ensino. No Chile apenas 4,5% do PIB vão para a educação.

Segundo dados oficiais – bastante questionados – há em nosso “paraíso neoliberal” mais de 600 mil ociosos, 800 mil sobreviventes em acampamentos, mais de 1 milhão de subempregados, 3 milhões na pobreza e 10 milhões com vencimentos inferiores – ou apenas superiores – ao salário mínimo.

No outro extremo, os 10% mais ricos da população apoderam-se de uma quantidade maior de acesso do que 70% de todos os chilenos. A concentração da riqueza e o dinheiro excedente dos muito ricos são tão grandes que aproximadamente 70 mil famílias ricas (não mais de 2%) possuem cada uma mais de 53 milhões de Pesos de excedentes líquidos pelo menos. (...)

Como delineou o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), “no Chile de hoje não há alternativas. Os espaços democráticos são os que o modelo permite. Não assistimos à construção de uma democracia real. Enquanto o país e os trabalhadores presumiam ser abertos espaços para a discussão dos temas amplamente desrespeitados, os grandes empresários, a direita e os liberais da “concertación” realizam uma ofensiva para enterrar as esperanças de melhores direitos e novamente colocam na pauta os temas da desproteção dos trabalhadores. A maneira ortodoxa de aplicação do modelo não permite espaços para a exposição da dimensão social e ficamos atados às políticas daqueles que apostam num país para os ricos e os grandes negócios. As políticas sociais apenas se limitam a entregar subsídios para os pobres enquanto negam os direitos trabalhistas e sin-

dicais aos trabalhadores que, junto aos setores médios, são os que continuam sem respostas”.

Há claros sinais de que a economia interna desacelera, apesar dos altos preços do cobre, da celulose e de outras matérias-primas e dos enormes excedentes que deixam.

Entre as causas disso estão: o baixo poder aquisitivo da maioria assalariada – já altamente endividada com os usurários interesses bancários e comerciais –, a enorme fuga de capitais transferidos para o exterior pelas crescentes ambições das transnacionais e as economias dos trabalhadores convertidas pelas AFP (Administradoras particulares dos fundos de pensão) no exterior ou em empresas relacionadas em mais de US\$ 80 milhões.

Todo esse processo de transnacionalização do poder e concentração da riqueza foi iniciado a partir de 11 de setembro de 1973, cerceando os direitos dos trabalhadores, com a repressão e o genocídio, com os mais cruéis crimes de lesa-pátria, com milhares de mortos e desaparecidos.

Tudo pela democracia e a justiça social! Essa, a consigna que engloba a luta pelos direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais, ao lado da decisão de jamais renunciar à aspiração de verdade, justiça, indenização e não à impunidade que nos afeta no imediato. E, imprescindivelmente, exigir a anulação do Decreto de Auto-Anistia para Pinochet, e seus efeitos, como impõe a resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Tal exigência é adicionada pelo fato de completar-se 30 anos de desaparecimento e assassinato de muitos companheiros e muitas companheiras; entre eles, dois pertencentes à direção do partido e um às Juventudes Comunistas. Participamos da campanha pela anulação da lei de anistia que leva adiante a Associação de Familiares de Presos e Desaparecidos, e todas as outras associações que nos representam tão dignamente nesta batalha contra a impunidade. Esperamos, ainda, que a presidenta da República cumpra seu compromisso em relação a esses temas.

Pretendemos participar e construir um sujeito para conquistar um governo de novo tipo que, entre outras coisas fundamentais, assuma convocar a Assembleia Constituinte para estabelecer uma nova Constituição política do Estado. Não descartamos a possibilidade de na luta pela conquista da democra-

cia real o movimento social e político adquirir tal força e peso – mesmo sem ser governo – para impor essa mudança fundamental.

Se se quiser compreender profundamente nosso planejamento em relação às alianças que pleiteamos é necessário unir a proposta política de êxito de determinados objetivos à necessária e fundamental força da unidade e da luta do povo rumo à conquista de um governo democrático de fato.

Estamos convencidos de que os grandes êxitos alcançados com a criação do *Juntos Podemos Mais* – especialmente no plano eleitoral – podem ser uma importante base a contribuir para a geração de uma consonância, entre os trabalhadores, de diversas forças sociais e de setores políticos – inclusive os de centro – que, de diferentes formas e em diferentes momentos, unam-se na oposição ao neoliberalismo e estabeleçam um programa de profundas transformações democráticas e de justiça social para o Chile.

Nesse marco, e sob essa concepção, demos o passo tático de chamamento à votação por Bachelet no segundo turno, cuja finalidade não foi senão evidenciar na consciência popular os chamados 5 pontos como objetivos imediatos da luta, rumo a conquistas superiores.

Temos claro – como se depreende dos debates do congresso – que o partido em sua imensa maioria compreende positivamente tal passo, dado de forma transparente, sem concessões, nem compromissos que afetassem a luta pelos nossos objetivos.

Em relação ao governo, nossa independência tem sido, e é, total. E nossa postura é de oposição ao continuísmo neoliberal que apregoa.

Não podemos deixar de considerar o fato de – no seio da “concertación” – existirem contradições, pois na sua base muitos acreditaram que esse conglomerado havia sido formado para mudar o rumo estabelecido pela ditadura; no entanto, a aceitam assim. Mas, na realidade – esta é a contradição – a tendência que se impõe continua sendo a que consolida os aspectos institucionais e econômicos estabelecidos pela ditadura. Encontramos-nos diante de um campo em disputa, no qual não podemos deixar de incidir politicamente.

A corrupção revelada, por ocasião da atribuição de fundos de algumas repartições públicas para campanha eleitoral, aprofunda essas contradições. O no-

vo momento político sobre o qual falamos está em curso e muito do que acontecer dependerá de nosso próprio acionar como partido.

Condenamos tal situação e exigimos total assunção das responsabilidades em relação a isso. Do mesmo modo, não admitimos a institucionalidade antidemocrática deixada pela ditadura – o modelo que facilita a presença dos chamados operadores políticos nas repartições públicas, os lobistas, os aproveitadores e oportunistas, cuja matriz é a própria corrupção encaçada por Pinochet e a apropriação dos bens do Estado por alguns procuradores, destacados dirigentes da ultra-direita. Não menos comprometedoras são: a incorporação de diretores de grandes consórcios de ex-ministros da ditadura e a ligação com ex-militares.

Nosso único compromisso – adquirido na base do passo tático – é lutar pelos 5 pontos, coincidentes em sua maioria com os estabelecidos pela CUT, os que abriram ampla convergência social e política e, de nenhum modo, são excludentes de uma plataforma mais ampla.

A CUT delineou quatro temas, a serem resolvidos em regime de urgência: reforma do sistema previdenciário; reforma da educação, reforma do Código Trabalhista; e reforma do sistema eleitoral. No último Conselho Nacional de suas federações e sindicatos ela reiterou seu chamado a uma greve nacional, à qual certamente apoiaremos se o governo, e a direita, insistirem em desrespeitar essas legítimas aspirações.

Pela urgência – que também tem – convocamos, ao lado da luta por esses 4 pontos da CUT, à reposição da unidade e à luta por royalties de pelo menos 10% para as transnacionais mineradoras, especialmente as de cobre – recurso estratégico em relação ao qual devemos restabelecer o preceito constitucional estabelecido por Salvador Allende, até hoje vigente, de que os minerais do território pertencem ao Estado chileno. As atuais “concessões plenas” são inconstitucionais e devem ser extintas. Tal proposta não se contradiz com a possibilidade de inversão estrangeira sempre que gere trabalho, valor agregado e respeite as normas estabelecidas pela maioria dos chilenos, não por somente um punhado deles que se beneficia com as imposições do capital forâneo. (...)

Aprovamos todas as novas exigências sociais e democratizadoras levantadas no seio do povo e a convergência social e política. Pela primeira vez, desde o

início da chamada transição, podemos dizer que um grande movimento social de caráter nacional – como o dos estudantes secundaristas – conseguiu instaurar uma grande demanda e questionou um dos pilares herdados da ditadura.

Esse movimento – que recebeu ativa solidariedade de muitos setores sociais e políticos; adquiriu múltiplas expressões; e foi absolutamente transversal – nos permite falar, hoje, de um Chile anterior e um Chile posterior à grande greve nacional dos estudantes secundaristas.

Outros movimentos sociais, como o dos trabalhadores da saúde, dos professores, da administração pública, dos inadimplentes da casa própria, do povo mapuche, dos subcontratados, das municipalidades de todo o Chile, das empresas de salmão, dos supermercados e de várias outras atividades mostram que essas expectativas e demandas reproduzem um novo estado subjetivo nas amplas massas afetadas pelo neoliberalismo, exigindo um novo tratamento, digno e justo.

Os movimentos sociais em legítimo protesto têm sido incriminados. Tratou-se de dividi-los e diminuí-los. Eles foram reprimidos e castigados. No entanto, apesar disso, mantém-se a tendência de sustentar a luta ou as demandas.

Apoiamos sem reservas a luta dirigida pela CUT, exigindo mudança da perversa política trabalhista instalada pela legislação ditatorial.

Pelas estatísticas oficiais, a taxa de sindicalização foi reduzida a quase um terço, em relação a setembro de 1973, chegando atualmente a apenas 13,9% da força de trabalho assalariada – porcentagem inferior inclusive à dos três últimos anos da ditadura e muito abaixo dos 20,1% de 1991. A “concertación” parece mais eficiente do que a ditadura no que se refere a deter o avanço do sindicalismo.

Os trabalhadores que negociaram pelo Código Trabalhista em 2005 correspondem a apenas 8,4% da força assalariada (4.142.795). Nesse ano obtiveram somente 0,68% como média de reajuste inicial a suas

remunerações que, comparando-a ao crescimento de 6,3% do PIB, deixa claro que esse mecanismo não tem nenhuma função redistribuidora de admissão.

Concordamos com a supressão do plano trabalhista da ditadura e com sua substituição por um novo Código Trabalhista que garanta eficazmente o direito ao trabalho e à estabilidade no emprego. Con-

cordamos com a plena vigência dos direitos de sindicalização, de negociação coletiva e de greve tanto para o setor público quanto para o privado, conforme os Convênios 87, 98 e 151 da OIT, de modo que os trabalhadores chilenos sejam livres para decidir sobre o tipo de organização sindical que queiram constituir, para negociar a forma que a disposição coletiva definir sem a possibilidade de ninguém vir a ser penalizado por isso.

Fator determinante para o êxito dos objetivos democratizadores do país será a atitude das

Forças Armadas no futuro. Concordamos com a aplicação de uma doutrina militar que afaste para sempre a possibilidade de um golpe de Estado, desenhada para criar laços de colaboração e de integração com os países vizinhos e da América do Sul em relação a temas econômicos, energéticos, ambientais, culturais etc que propiciem um clima de tranquilidade, com uma posição de independência e não-alienação diante de políticas hegemônicas de grandes potências. Concordamos com a eliminação da entrega de 10% das vendas da Codelco aos desígnios militares. O Chile é o país do continente que mais gasta com suas Forças Armadas. Mais do que Brasil, México e Argentina, possuidores de população, território e produção muito maiores. Os desígnios militares, entre outros aspectos, devem contemplar magistraturas e facilidades a qualquer jovem que o desejar poderem ingressar nas escolas básicas das instituições armadas sem discriminações ou proibições por razões políticas ou sociais.

Enquanto altos oficiais das Forças Armadas e setores da direita justificarem o golpe haverá uma ameaça antidemocrática perante nossa sociedade.

*Na América Latina
a unidade
de governos colocou
por terra a
pretensão da
elite financeira
norte-americana
de imposição
da Alca*

É altamente promissor o nosso congresso realizar-se neste momento em que a política de Bush cai no mais profundo descrédito, dentro e fora dos Estados Unidos. A derrota eleitoral de Bush e de congressistas republicanos, representantes do círculo ultra-conservador, é uma exigência categórica pela retirada das forças militares do Afeganistão e do Iraque, bem como do apoio às forças reacionárias de Israel que dia a dia atacam e matam dezenas de vítimas, especialmente mulheres e crianças na Palestina e em outros territórios árabes.

Os círculos governantes dos Estados Unidos fracassam em sua tentativa de se instituírem donos absolutos do mundo, embora saibamos que não renunciaram em continuar a impor o neoliberalismo a qualquer custo e a resolver seus problemas internos por meio de guerra ou intervenção armada.

Na nossa América Latina a unidade de governos oriundos de profundos processos de crise e de luta colocou por terra a pretensão da elite financeira norte-americana de imposição da Alca como única fórmula de integração do nosso continente. Nessa elite domina a máxima ganância para as transnacionais enquanto aumentam os índices de pobreza, desemprego, baixos salários, déficit em educação, saúde, moradia; acentua-se a delinqüência e as drogas; contamina-se o meio ambiente; não são reconhecidos, nem respeitados, os direitos das pessoas, como ocorre com povos nativos, mulheres, crianças, idosos e homossexuais.

Diante dessa expectativa de neocolonialismo, que até hoje assola nosso continente, surge – do fundo do pensamento libertário de nossos pais da pátria, entre os quais ressaltam Bolívar, Martí, Sucre, San Martín, O'Higgins e muitos heróis e ilustres pensadores da nossa independência – uma nova forma de integração dos povos, que coloca acima do interesse puramente mercantil a solução conjunta dos problemas mais agudos dos pobres, explorados e excluídos, que são milhares.

Revela-se o Alba, iniciado com um acordo de colaboração entre Venezuela e Cuba – com adesão da Bolívia – e relacionado de modo não excludente com o Mercosul nos acordos econômicos, culturais, energéticos. O Alba permitiu a mais de 400 mil pobres da América se submeterem à cirurgia de cataratas gratuitamente em Cuba, Venezuela e, agora, na Bolívia, a serem treinados em Cuba e Venezuela milhares de

médicos para atenderem aos setores de menos posses de seus respectivos países. (...)

Desde a derrocada do socialismo no Leste europeu tentam estabelecer não existir possibilidade de uma alternativa ao neoliberalismo. Foi proclamado o fim da história e das ideologias.

Todavia, o marxismo original revive na atribulação de cada batalha por justiça social. Os próprios povos em sua luta contra a exploração do grande capital novamente abrem perspectiva e proclamam o socialismo do século XXI. Atualmente dispomos de novas experiências, enriqueceram-se nossas concepções à luz de diferentes processos revolucionários e de diversas construções a que contribuíram, e contribuem, milhões de seres humanos, especialmente na América Latina e no Caribe, na África e na Ásia.

Ao falarmos de socialismo, devemos nos dispor a encarar a discussão crítica para esclarecer em toda sua magnitude as deformações teóricas e práticas que estão por trás da vulnerabilidade e do enfraquecimento diante da intervenção forânea que, afinal, levaram ao fracasso sua construção no Leste europeu. Hoje surgem novas idéias, novas experiências, numa etapa democratizadora da sociedade para libertá-la do marco autoritário, de submissão e exclusão a ela imposto pelo imperialismo – processo que se ergue vitorioso em vários países do nosso continente.

A construção da concepção teórica e prática do socialismo do século XXI é um processo em que a humanidade progressista prossegue na luta contra a exploração do homem pelo homem, que abrirá caminho à medida que for demonstrado como possibilidade mais concreta e humanitária para a solução dos grandes desafios históricos – concentrando nisso todas as capacidades adquiridas pelo ser humano –, colocando precisamente ao centro o ser humano, ao homem e à mulher, em maiúsculo, sem discriminações ou exclusões, para expandir a um nível superior suas capacidades e iniciativas na busca constante de êxito em suas mais caras aspirações de caráter social, cultural e moral. Este, o grande desafio (a grande tarefa pendente) a ser enfrentado por nós, comunistas do mundo, neste século XXI.

Guillermo Teillier é presidente do Partido Comunista do Chile. Traduzido por Maria Lucília Ruy, mestre em Letras Clássicas.

ARACAJU, 152 ANOS. É ASSIM QUE SE CONSTRÓI UMA CIDADE DE TODOS.



Ao completar 152 anos, Aracaju é uma cidade cada vez mais nova.

Mais moderna. Mais acolhedora. Uma cidade que oferece mais e melhores serviços para o seu povo.

Como o SAMU, serviço de atendimento de urgência que já salvou mais de 200 mil vidas e que se tornou modelo para vários outros Estados em todo o Brasil.

Ou o PAR, um programa de casas populares realizado em parceria com a Caixa Econômica que já entregou mais de 6 mil lares, e foi citado pelo presidente Lula como exemplo a ser seguido pelo Governo Federal.

Tudo isso só é possível porque a Prefeitura inverteu prioridades e levou os serviços públicos para aqueles que mais precisam, fazendo um governo que prioriza os mais pobres, sem esquecer que a cidade é de todos.

O resultado está aí. Uma cidade cada vez melhor, que hoje é a capital nordestina da qualidade de vida. E que mostra ao país como é que se faz uma cidade de todos.



Barreira contra a democracia

FLÁVIO DINO

Nova batalha se instaura no Congresso com apresentação de PEC pelo senador Marco Maciel

Em 7 de dezembro de 2006, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, declarou como inconstitucionais os dispositivos da Lei nº 9096/95 que instituíam a chamada cláusula de barreira. Esta pretendia impedir o funcionamento parlamentar, bem como restringir fortemente o acesso ao Fundo Partidário e à propaganda na TV, dos partidos políticos que não obtiveram, em 1º de outubro de 2006, na eleição para a Câmara dos Deputados “o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles”.

À luz do resultado do pleito de 2006, as seguintes agremiações não sofreriam quaisquer restrições: Par-

tido dos Trabalhadores – PT, com 14,94% dos votos, elegendo 83 deputados federais; Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, com 14,51%, elegendo 89 deputados federais; Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, com 13,76%, e 66 deputados federais; Partido da Frente Liberal – PFL, com 10,88%, 65 deputados federais; Partido Progressista – PP, com 7,11%, 41 deputados federais; Partido Socialista Brasileiro – PSB, com 6,21%, 27 deputados federais; Partido Democrático Trabalhista – PDT, com 5,19%, 24 deputados federais.

Atingidos pela cláusula de barreira estariam 22 partidos, dentre os quais: Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, com 4,72% dos votos, elegendo 22 deputados; Partido Liberal – PL, 4,35%, 23 deputados; Partido Popular Socialista – PPS, 3,99%, 22 deputados; Partido Verde – PV, 3,65%, 13 deputados; Partido Comunista

do Brasil – PCdoB, 2,12%, 13 deputados; Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, 1,23%, 03 deputados.

No Supremo Tribunal Federal, prevaleceu o entendimento de que os constrangimentos previstos na Lei nº 9096/95 feriam a Constituição, tendo em vista que esta não prevê limites à atuação parlamentar de agremiações partidárias. Ademais, as discriminações criadas, no acesso ao Fundo Partidário e à propaganda na TV, foram consideradas incompatíveis com o princípio da proporcionalidade e com a liberdade de organização partidária, protegida constitucionalmente. Contudo, tão logo dirimida a controvérsia, retorna o tema ao debate, por força de Proposta de Emenda à Constituição apresentada pelo senador Marco Maciel (PEC nº 2/2007), que busca acrescentar um parágrafo ao artigo 17 da Constituição, assim escrito:

“Para fins de funcionamento parlamentar, a lei poderá estabelecer distinções entre os partidos que obtenham um mínimo de cinco por cento de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelos menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses Estados na mesma eleição, e os partidos que não atinjam esse patamar”.

O propósito do presente artigo é registrar os principais aspectos do julgamento do STF, preparando o novo período de debates que se avizinha, com a tramitação da PEC acima citada.

As teses contra a cláusula de barreira prevista na Lei nº 9096/95

Um dos principais objetivos da Lei nº 9096/95 era o estreitamento do quadro partidário, supostamente para facilitar a formação de maiorias parlamentares e reforçar a governabilidade. Assim, formou-se um entendimento inicial de que a cláusula de barreira significaria um aperfeiçoamento do nosso sistema político. Contudo, a importação acrítica de modelos de outros países não oferece os melhores caminhos. Por exemplo, a experiência alemã ocorre no âmbito de um regime parlamentarista, no qual a excessiva fragmentação do quadro partidário afeta profundamente, e de maneira imediata, a governabilidade. O mesmo não ocorre no regime presidencialista, em que os governos não são constituídos pelo Parlamento, e sim por vontade direta do povo. Olhando para o Brasil e refletin-

do sobre as características dos nossos processos históricos, constatamos que não são os pequenos partidos que dificultam a formação de maiorias parlamentares no Congresso, mas sim a inexistência de uma clara hegemonia política em uma sociedade extremamente desigual e complexa. Todos os governos, após a redemocratização, construíram maiorias parlamentares, ressalvados os momentos de crises – as quais jamais derivaram da ação exclusiva de pequenos partidos. Logo, a pluralidade partidária não é uma ameaça ao Estado Democrático de Direito, muito ao contrário.

Em outro plano de análise, é fundamental sublinhar não haver em nosso sistema constitucional amparo para a criação de deputados de “segunda classe” ou “zumbis”. Basta analisar os artigos 44 e seguintes da Constituição. Destacamos especialmente o seu art. 58, § 1º, que assegura, na composição das Mesas e das Comissões, a proporcionalidade entre os vários partidos presentes nas Casas Parlamentares. A privação total do funcionamento parlamentar levaria a uma insustentável contradição: um partido não poderia atuar no Congresso Nacional, mas manteria a legitimidade para atuar perante o STF, provocando ações diretas de inconstitucionalidade, ou para exercer a Chefia do Poder Executivo. Ou seja, um partido seria menos representativo do que os demais no âmbito interno do Parlamento, e igualmente representativo no que se refere ao controle concentrado de constitucionalidade ou ao exercício do governo. Tudo isso se resume na conclusão de que “funcionamento parlamentar de acordo com a lei” (art. 17, IV, da Constituição) jamais poderia ser interpretado como proibição ao dito funcionamento.

Ademais, a aplicação da cláusula de barreira implicaria a determinação de institutos de direito parlamentar por uma norma estranha a esse âmbito. Com efeito, é assente na Constituição ser competência privativa da Câmara ou do Senado estabelecer as normas de seu funcionamento no respectivo Regimento Interno, veiculado por Resolução aprovada unicamente no âmbito da Casa, sem ser encaminhada à revisão da outra Casa legislativa, nem à sanção presidencial.

Ressalte-se, ainda, que a cláusula de barreira significaria uma quebra de isonomia entre os parlamentares pertencentes aos quadros dos partidos que a ultrapassaram e aqueles dos partidos que não conseguiram superar a tal cláusula. Entretanto, não havia

qualquer suporte constitucional para tal discriminação, à vista do Estatuto dos Parlamentares veiculado pela Constituição. Essa quebra de isonomia estender-se-ia ao seu eleitorado. Os votos daqueles que sufragaram os deputados “zumbis” teriam um valor menor do que os votos daqueles que sufragaram os deputados eleitos por partidos que alcançaram a cláusula de barreira. Assim, estaria sendo infringido diretamente o mandamento do artigo 14 da Constituição Federal, segundo o qual os votos têm “valor igual para todos”.

Finalmente, lembramos que um sistema político democrático protege os direitos das minorias políticas e preserva a possibilidade de elas se transformarem em majorias, disputando com “igualdade de chances” as sucessivas eleições. Assim sendo, não seria compatível com os princípios da igualdade de chances e da proporcionalidade que determinados partidos ficassem com 99% do Fundo Partidário e tivessem dez vezes mais tempo de propaganda partidária que os demais, uma vez que isso impediria que as minorias de hoje se convertessem nas majorias de amanhã.

Esse conjunto de teses pode ser assim sintetizado:

- O pluralismo político pressupõe a proteção à manifestação das minorias políticas;
- a liberdade de organização de partidos políticos exige um sistema de concorrência partidária compatível com o princípio da igualdade de chances;
- a cláusula de barreira caracteriza quebra da isonomia entre os parlamentares eleitos por partidos que a tenham alcançado e aqueles vinculados a partidos que não a atingiram;
- com a adoção da cláusula de barreira, configura-se distorção da vontade popular à vista da diminuição do valor do voto daqueles que sufragaram parlamentares de partidos que não a alcançaram;
- havia evidente desproporcionalidade na Lei nº 9096/95 ao fixar as cotas do Fundo Partidário e os tempos de propaganda partidária, graduando-as de modo a violar o princípio da igualdade de chances.

O julgamento no STF

O exame da constitucionalidade da cláusula de barreira foi efetuado com o julgamento das ADIns nºs 1351, 1354 e 2677. O relator, ministro Marco Aurélio, ao proferir seu voto, assim fundamentou seu ponto de vista:

“ (...) sob o ângulo do pluripartidarismo, da representatividade dos diversos segmentos nacionais, é dado perceber a ênfase atribuída pela Carta Federal às minorias. No tocante às comissões permanentes e temporárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o § 1º do artigo 58 do Diploma Maior assegura sem distinguir, considerada a votação obtida, o número de eleitos, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa (...).

A Constituição Federal atribui ainda legitimidade aos partidos políticos para provocarem a jurisdição constitucional concentrada, sendo suficiente, contar, para tanto, com um único representante em qualquer das Casas do Congresso. Em última análise, as previsões constitucionais encerram a neutralização da ditadura da maioria, afastando do cenário nacional óptica hegemônica e, portanto, totalitária. Concretizam, em termos de garantias, o pluralismo político tão inerente ao sistema proporcional, sendo com elas incompatível regramento estritamente legal a resultar em condições de exercício e gozo a partir da gradação dos votos obtidos. Aliás, surge incongruente admitir que partido sem funcionamento parlamentar seja, a um só tempo, legitimado para a propositura das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade, não tendo atuação na Casa Legislativa, mas agindo via credenciamento popular no âmbito do Judiciário, tudo acontecendo – repito – sem que existente a restrição constitucional.

(...) Aliás, para aqueles preocupados com a proliferação dos partidos políticos, há de levar-se em conta que o enxugamento do rol é automático, presente a vontade do povo, de quem emana o poder. Se o partido político não eleger representante, é óbvio que não se poderá cogitar de funcionamento parlamentar. (...) Ainda no tocante à razoabilidade, mostra-se imprópria a existência de partidos políticos com deputados eleitos e sem o desempenho parlamentar cabível, cumprindo ter presente que, a persistirem partidos e parlamentares a eles integrados, haverá, em termos de funcionamento parlamentar, o esvaziamento da atuação das minorias. (...) Nos dias de hoje, tem-se exemplo marcante da extravagância da disciplina legal. O histórico e fidedigno Partido Comunista do Brasil logrou obter 2,12% da totalidade dos votos para a Câmara dos Deputados, significando esta percentagem substancial votação – um milhão, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e três votos em noventa e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito votos –, perfazendo a percentagem de dois por cento dos votos em nove Estados – Acre, Amazonas, Piauí, Rio Grande do Sul, Ceará, Maranhão, Bahia, Pernambuco e Amapá – e elegendo 13 deputados. Conta hoje com integran-

te a presidir a Câmara dos Deputados – o deputado Aldo Rebelo. Pois bem, ante a incidência do artigo 13, na próxima legislatura, de duas, uma: ou o deputado Aldo Rebelo migra para outro partido, em condenável polivalência político-ideológica, ou terá que desistir de concorrer à reeleição, esta última admitida pelo Supremo desde que se trate de nova legislatura – muito embora o § 4º do artigo 57 da Carta contenha cláusula vedando “a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente”. Mais ainda: o atual Vice-Presidente da República, José Alencar, é do Partido Republicano Brasileiro – PRB. Foi reeleito. O Partido não veio a atender às exigências legais nas últimas eleições, elegendo 1 deputado. Contará com integrante Vice-Presidente da República, mas com deputado órfão, sem endosso partidário, na Câmara dos Deputados.

(...) Esta Corte é chamada a pronunciar-se sobre a matéria a partir da Constituição Federal. Descabe empunhar a bandeira leiga da condenação dos chamados partidos de aluguel, o preconceito, mesmo porque não se pode ter como a revelá-los partidos, para exemplificar, como o Partido Popular Socialista – PPS, o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, o Partido Verde – PV e o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, sendo que este último, aliás, é condenado a não subsistir sem que tenha experimentado espaço de tempo indispensável a lograr grau de acatamento maior frente ao eleitorado. (...) A dose é cavalgar, implicando a potencialização do objeto visado em detrimento de princípios constitucionais. Possíveis circunstâncias reinantes, possíveis desvios de finalidade hão de ser combatidos de forma razoável, sem a colocação em segundo plano de valores inerentes à democracia, a um Estado Democrático de Direito. Levem em conta ainda que o funcionamento parlamentar não o é apenas nas Assembleias e Câmaras, alcançando o Senado da República e neste os seguintes partidos, da ala excluída, elegeram nas últimas eleições senadores – sem contar aqueles que se encontram em meio ao mandato: Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, 3 senadores; Partido Comunista do Brasil – PCdoB, 1 senador; Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB, 1 senador; Partido Popular Socialista – PPS, 1 senador; e Partido Liberal – PL, 1 senador.

Indaga-se: ter-se-á dois pesos e duas medidas com funcionamento parlamentar no Senado e ausência nas demais Casas Legislativas? Se positiva a resposta, o sistema estará capenga, distinguindo-se onde o legislador não distinguiu. Que fique ressaltado, em verdadeira profissão de fé, em verdadeiro alerta a desavisados, encontrar-se subjacente a toda esta discussão o ponto nevrálgico concernente à proteção dos

direitos individuais e das minorias, que não se contrapõe aos princípios que regem o governo da maioria – cuja finalidade é o alcance do bem-estar público, a partir da vontade da maioria, desde que respeitados os direitos dos setores minoritários, não se constituindo, de forma alguma, em via de opressão destes últimos.

No Estado Democrático de Direito, a nenhuma maioria, organizada em torno de qualquer ideário ou finalidade – por mais louvável que se mostre –, é dado tirar ou restringir os direitos e liberdades fundamentais dos grupos minoritários dentre os quais estão a liberdade de se expressar, de se organizar, de denunciar, de discordar e de se fazer representar nas decisões que influem nos destinos da sociedade como um todo, enfim, de participar plenamente da vida pública, inclusive fiscalizando os atos determinados pela maioria. Ao reverso, dos governos democráticos espera-se que resguardem as prerrogativas e a identidade própria daqueles que, até numericamente em desvantagem, porventura requeiram mais da força do Estado como anteparo para que lhe esteja preservada a identidade cultural ou, no limite, para que continue existindo.

Aliás, a diversidade deve ser entendida não como ameaça, mas como fator de crescimento, como vantagem adicional para qualquer comunidade que tende a enriquecer-se com essas diferenças. O desafio do Estado moderno, de organização das mais complexas, não é elidir as minorias, mas reconhecê-las e, assim o fazendo, viabilizar meios para assegurar-lhes os direitos constitucionais. Para tanto, entre outros procedimentos, há de fomentar diuturnamente o aprendizado da tolerância como valor maior, de modo a possibilitar a convivência harmônica entre desiguais. Nesse aspecto, é importante sublinhar, o Brasil se afigura como exemplo para o mundo.

Democracia que não legitima esse convívio não merece tal status, pois, na verdade, revela a face despótica da inflexibilidade, da intransigência, atributos que, normalmente afetos a regimes autoritários, acabam conduzindo à escravidão da minoria pela maioria.

Alfim, no Estado Democrático de Direito, paradoxal é não admitir e não acolher a desigualdade, o direito de ser diferente, de não formar com a maioria. Mais: o Estado Democrático de Direito constitui-se, em si mesmo – e, sob certo ponto de vista, principalmente –, instrumento de defesa das minorias. Esse foi o entendimento adotado, levando o Supremo a garantir a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito pela vontade de um terço – e não da maioria – dos parlamentares, no julgamento do Mandado de Segurança nº 24.831-9/DF, relatado pelo ministro Celso de Mello e cujo acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 4 de agosto de 2006.

É de repetir até a exaustão, se preciso for: Democracia não é a ditadura da maioria! De tão óbvio, pode haver o risco de passar despercebido o fato de não subsistir o regime democrático sem a manutenção das minorias, sem a garantia da existência destas, preservados os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente”.

Com variações de ênfase e/ou agregando outros argumentos, os demais ministros do STF trilharam o mesmo caminho, resultando na preservação do funcionamento parlamentar de todos os partidos que elegeram deputados e/ou senadores, bem como na manutenção das regras antes vigentes para acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda na TV.

As novas batalhas

A decisão do STF representou uma grande vitória para os que crêem em um sistema partidário verdadeiramente plural, que não esmague as minorias políticas. Contudo, as forças hegemônicas no Congresso Nacional reiniciaram, logo no começo de 2007, a batalha pela consagração de suas concepções. Obtiveram importante vitória no último dia 15 de fevereiro, quando, apesar da resistência do bloco PCdoB-PSB-PDT-PAN-PMN e do PSOL, conseguiram aprovar, na Câmara, em regime de urgência, nova sistemática de partilha do Fundo Partidário, por intermédio do PL 84/2007:

Artigo 1º. Inclua-se o artigo 41-A na Lei nº 9.096/95, com a seguinte redação:

“Art. 41-A. Cinco por cento do total do Fundo Partidário será destacado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e noventa e cinco por cento do total do Fundo Partidário serão distribuídos aos mesmos, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados”.

Artigo 2º. Revogam-se o inciso V do artigo 56, e o inciso II do artigo 57 da Lei nº 9.096/95.

Como se constata, manteve-se a insistência em um caminho já refutado pelo STF, com uma enorme assimetria na distribuição dos recursos do Fundo (95% a 5%). Provavelmente, após o debate no Senado e sobrevivendo a sanção presidencial, novamente os partidos prejudicados irão ao STF, repisando as teses já ali apresentadas.

Todavia, a batalha mais expressiva ocorrerá com

a tramitação da PEC nº 02/2007, de autoria do senador Marco Maciel, transcrita no início deste artigo. A proposição, além de padecer dos mesmos pecados políticos cometidos pela Lei nº 9096/95, é juridicamente equivocada. Com efeito, ao admitir a possibilidade de partidos serem privados de funcionamento parlamentar, reproduz a idéia de ser cabível a existência de parlamentares de “primeira e de segunda classe”, rechaçada pelo STF. Com isso, admitir-se-ia a caracterização de eleitores de segunda classe ou, no caso do Senado, de até mesmo Estados de segunda classe – quando representados por senadores privados da plena atuação parlamentar.

O fato de agora buscar-se a mudança da Constituição não altera, em essência, o debate já efetuado a propósito da Lei nº 9096/95. Se aprovada a PEC em exame, haverá a necessidade de cotejá-la com outras regras constitucionais, detectando-se contradições (inclusive com cláusulas pétreas) que, seguramente, serão levadas ao STF. Assim, longe de resolver a questão e estabilizar a organização partidária, a PEC causará mais tensões e poderá inviabilizar a tramitação de partes mais substantivas da reforma política. Neste contexto, é importante iniciar desde logo o movimento de resistência contra a PEC em foco. Isso abrange a apresentação de alternativas que melhorem o sistema partidário, sem eliminar virtudes imprescindíveis em uma democracia, tais como o pluralismo, a proteção à representação das minorias e a possibilidade de estas se transformarem em majorias.

Neste passo, considero que o primeiro tema a ser discutido, no âmbito de uma reforma política democrática, deva ser a fidelidade partidária que, entre outros efeitos, conduz a uma progressiva diminuição do número de partidos, atingindo as “legendas de aluguel” (grandes ou pequenas) – destituídas de história, de identidade e de ideário. Movido por essa visão, apresentei à Câmara dos Deputados a PEC nº 04/2007, dispondo sobre a perda de mandatos por infidelidade partidária. Acredito ser esta a via adequada para obtenção de uma reorganização dos partidos políticos, sem erguer barreiras contra a democracia.

Flávio Dino, deputado federal (PCdoB/MA), membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, professor de Direito (UFMA e IDP).

*O Programa de
Aceleração do
Crescimento: um
avanço a festejar,
mas com limites*

LECIO MORAIS

O PAC não tem objetivos globais, seja para a economia ou para o país. Ele é apenas um programa de investimento contido nos marcos das mesmas políticas macroeconômicas vigentes desde o primeiro governo

O novo Programa econômico do governo Lula – o PAC – tem por objetivo elevar a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no quadriênio 2007-2010. O governo parte da avaliação de que o modelo de desenvolvimento implantado no primeiro governo, apesar de ter melhorado a vida do povo, distribuindo renda e aumentando a inclusão social, não logrou alcançar um nível de crescimento desejável. Pretende-se alcançar o objetivo de uma taxa de 5% ao ano pela expansão do investimento em infra-estrutura, incentivos fiscais e inovação na área de regulação de investimentos. Porém, essas medidas deverão preservar, ao mesmo tempo, a estabilidade monetária (sem elevação da inflação) e a chamada responsabilidade fiscal (redução da dívida líquida frente ao PIB e contenção da expansão da despesa pública da União).

Na verdade, o PAC é uma iniciativa limitada que não pode ser confundida com um plano de desenvolvimento nem com um programa de governo. Não tem objetivos globais, seja para a economia, seja para o país. Ele é apenas um programa de investimento contido nos marcos das mesmas políticas macroeconômicas vigentes desde o primeiro governo. E o próprio volume de investimentos que propõe deixa claro que não se pode esperar dele a solução de todos os gargalos de infra-estrutura por um horizonte maior, de uma década ou mais. Os gargalos que ele pretende resolver praticamente se circunscrevem a evitar “apagões” energéticos ou viários nos próximos quatro ou cinco anos.

Mas por essa mesma razão, o PAC também é diferente de todos os programas governamentais similares anteriores. Ao contrário de programas como o “Avança Brasil” de FHC, por exemplo, o PAC não é uma declaração de intenções: todos os projetos nele

contidos estão prontos para serem executados – ou em vias de receber as autorizações dos órgãos reguladores – ou mesmo já foram iniciados.

A ampliação do investimento em infra-estrutura se fará com ampliação dos gastos orçamentários federais (em cerca de 1% do PIB, ao ano), acelerando o investimento das estatais (principalmente na área energética) e o investimento privado em iniciativas de parceria (concessões e parcerias público-privadas – PPP). Secundariamente, ainda participarão desses investimentos os governos estaduais e municipais em associação com o governo federal, especialmente nos investimentos sociais: saneamento e habitação popular.

O Programa e o seu efeito no crescimento

O PAC terá três eixos de investimento, totalizando, no quadriênio, um dispêndio de 503 bilhões de reais:

Logística: infra-estrutura de transportes rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário.

Sistema energético: energia renovável e não-renovável (petróleo, hidrelétrica, biomassa e outras energias alternativas), tanto na geração como em transmissão e transporte.

Infra-estrutura urbana e social: Programa Luz para Todos, saneamento, recursos hídricos e habitação.

Metade do investimento do PAC está alocada no eixo energético, que tem como grandes investidores as estatais federais (Petrobras e empresas do grupo Eletrobrás) e, em menor parte, a iniciativa privada (concessões). A maior participação direta de recursos orçamentários da União será no “eixo” transportes, mais concentrado na recuperação de estradas do que em obras novas.

O volume de recursos para o “eixo” do investimento social é um dos destaques do Programa. Nesse “eixo”, juntam-se aos recursos orçamentários federais os recursos de governos estaduais e municipais em boa parte financiados pelo BNDES e Caixa Econômica. Para viabilizar esse financiamento, o Conselho Monetário Nacional (CMN) acaba de multiplicar por oito o limite de endividamento desses entes, passando dos atuais um bilhão de reais para oito bilhões. Esses investimentos representarão uma melhoria imediata das condições de vida do povo pobre pelo acesso a importantes serviços públicos e melhoria do meio ambiente: mais 5,5 milhões de domicílios com energia elétrica, e mais de 20 mi-

Tabela 1 - PAC: previsão de investimento em infra-estrutura

Eixos	em R\$ milhões		
	2007	2008-10	Total
Logística	13,4	44,9	58,3
Energética	55,0	219,8	274,8
Social e urbano	43,6	127,2	170,8
Total	112,0	391,9	503,9

Fonte: Presidência da República - www.brasil.gov.br

lhões de pessoas com abastecimento de água tratada e serviço de esgotos, até 2010.

O objetivo precípua do PAC – aceleração do crescimento para 5% ao ano a partir de 2008 – será alcançado por meio do aumento médio do investimento público federal (orçamentário) de 1% do PIB ao ano. Como se estima que para cada unidade de acréscimo de investimento público gera-se 1,5 unidade de investimento privado e de estatais, espera-se mais 1,5% do PIB desses investidores. Com isso, o PAC representa praticamente o dobro do investimento médio em infra-estrutura dos últimos anos, o que garante elevar a taxa média de crescimento dos atuais 2,5%-3% para os 5% almejados.

Espera-se atrair o investimento privado necessário por meio de três mecanismos: concessão de benefícios fiscais às despesas de investimento fixo (sob a forma de amortização acelerada ou crédito de PIS e Cofins); ampliação e redução do custo de crédito de longo prazo, tendo como principal agente o BNDES que, além da manutenção de uma TJLP bem abaixo da taxa Selic (1), fará expressiva redução do *spread* cobrado; e a melhora das normas dos setores regulados, visando dar ao investidor segurança jurídica e estabilidade de regras.

O financiamento

A maior parte dos investimentos anunciados no PAC já está prevista, tanto no orçamento da União como das estatais (Petrobras e grupo Eletrobrás). O acréscimo relativo mais notável ocorrerá no orçamento fiscal – cuja previsão de gastos praticamente duplicará no quadriênio em relação ao primeiro governo – e na aposta do governo nas parcerias com o capital privado.

O financiamento da parte fiscal do investimento (total de 67 bilhões de Reais) e mais as renúncias fiscais concedidas (cerca de 6,5 bilhões anuais) serão viabilizados de três maneiras:

pela ampliação do próprio crescimento do PIB, que fará com que o mesmo valor proporcional de receita do PIB valha mais em termos absolutos;

pelo estabelecimento de regras de contenção ao crescimento de duas importantes despesas correntes: o valor total da folha da União e o valor dos benefícios da Previdência vinculados ao salário mínimo. A

Tabela 2 - PAC: distribuição regional dos investimentos

	Eixos			Total
	Logística	Energética	Social e urbano	
	em R\$ milhões			
Norte	6.3	32.7	11.9	50.9
Nordeste	7.4	29.3	43.7	80.4
Sudeste	7.9	80.8	41.8	130.5
Sul	4.5	18.7	14.3	37.5
Centro-Oeste	3.8	11.6	8.7	24.1
Nacional*	28.4	101.7	50.4	180.5
Total	58.3	274.8	170.8	503.9

* Projetos de característica nacional, que não estão localizados em uma única região
Fonte: Presidência da República: www.brasil.gov.br

primeira dessas regras de contenção determina que a folha total da União não poderá crescer anualmente (até 2016) mais do que a variação do INPC, acrescida de 1,5% (Projeto de Lei Complementar, Mensagem nº 38/2007) (2). A segunda é quanto ao ganho real máximo do salário mínimo (piso dos benefícios da Previdência Social), até 2010, que será sempre igual à variação do PIB real de dois anos antes (3). Essa regra para o salário mínimo foi objeto de um acordo com as centrais sindicais em dezembro passado, mas é objeto de contestação por parte de vários setores sindicais, inclusive da Corrente Sindical Classista; e pela dedução das despesas do Projeto Piloto de Investimento – PPI (estimada em 0,5% do PIB) da meta de superávit primário que se manterá em 4,25% do PIB no segundo governo.

O mecanismo do PPI como fonte de financiamento fiscal é a grande inovação do Programa. A possibilidade de investimentos públicos de alta rentabilidade no curto prazo serem deduzidos do superávit primário já existe desde 2003 (4). Porém, até o ano passado, a Fazenda não concordava em utilizá-la, de fato, ampliando esses gastos e contabilizando-os na meta de superávit primário.

Quanto à questão dos cortes de despesa, merece atenção também a decisão do governo de criar um fórum para discutir a possibilidade de reforma da Previdência Social. No caso, vale ressaltar a opinião expressa pelo presidente Lula, na primeira reunião do Conselho Político, quando afirmou considerar, acertadamente, que o chamado déficit da Previdência Social

constitui-se, na verdade, em “um déficit do Tesouro”, pois, quando se leva em conta apenas as receitas dos que contribuem (patrões e empregados) e as respectivas despesas com benefícios, o déficit é quase nulo. A declaração mostra que o presidente da República entende que o chamado déficit previdenciário não decorre do regime previdenciário existente, mas da execução de programas sociais incluídos em sua contabilidade (como a aposentadoria rural), e também pela concessão de isenções de contribuições patronais como forma de incentivo a certas atividades empresariais, que devem ser bancadas pelo Tesouro. Daí decorre que tal “déficit” deve ser financiado por todos os contribuintes e não à custa da perda de benefícios previdenciários dos trabalhadores segurados.

A iniciativa de evitar o corte de despesas correntes como forma de financiar o aumento do investimento público tem, portanto, além do significado fiscal, uma natureza política importante: representa uma pequena ruptura senão com a ortodoxia da política fiscal, pelo menos com a prática de seus gestores.

As estatais federais participam com quase metade dos 503 bilhões investidos, cabendo à Petrobras cerca de 196 bilhões de reais. Esses recursos são próprios ou oriundos de financiamentos do BNDES e, em menor conta, de empréstimos externos. Quanto aos investimentos privados e dos estados e municípios, seu financiamento terão por base linhas de crédito do BNDES, da Caixa Econômica e de um novo fundo de investimento criado com parte dos recursos do FGTS.

A consistência fiscal

Como o Programa tem compromisso em manter as metas fiscais já estabelecidas, há uma preocupação de demonstrar sua compatibilidade com o objetivo de redução da relação dívida/PIB até 2010. Para tanto, o governo defende agora que a redução do superávit primário será mais que compensada pelo acréscimo no crescimento do PIB. Assim, partindo da hipótese de que a meta de crescimento estabelecida será alcançada (4% para 2007 e 5% anual no triênio seguinte), a estabilidade da inflação em 4% ao ano e uma discreta queda na taxa real básica, realizar-se-á uma redução na participação da dívida líquida federal frente ao PIB, que cairá dos atuais 50% para um pouco menos de 40% em 2010.

A preocupação com a consistência fiscal – entendida como a condição de manter cadente a dívida líquida proporcional ao PIB – revela a continuidade dos objetivos da política fiscal e monetária predominante no primeiro mandato. Esses objetivos – contraditoriamente com a intenção do PAC – têm como pressuposto a necessidade estratégica de reduzir a participação do Estado no financiamento global da economia, que se revela no objetivo de diminuir a participação absoluta e relativa da dívida estatal no montante de crédito da economia nacional.

As mudanças de gestão no investimento federal

Há um esforço para alterar a gestão dos investimentos federais. Haverá uma centralização das decisões de acompanhamento, controle da execução dos projetos (e até de sua autorização) em um comitê gestor formado pela Casa Civil e Ministérios da Fazenda e Planejamento. A idéia é reduzir a dispersão da gestão dos projetos por ministérios e reduzir os choques administrativos naqueles cuja execução envolve diferentes órgãos.

Um ponto importante nas mudanças administrativas é a alteração proposta na regulamentação ambiental, especificando as instâncias responsáveis pelos licenciamentos ambientais nas diversas esferas de governo.

O impacto desta centralização da gestão pode até resultar em ganhos mais concretos na efetiva realização dos projetos do Programa do que a maior disponibilidade de recursos.

Um programa importante, mas limitado pelas políticas macroeconômicas

O PAC é a primeira grande iniciativa estratégica do governo Lula desde 2003. As hipóteses em que se baseiam as projeções do Programa parecem-nos, a princípio, razoáveis e realistas.

Porém, sua execução e o efeito multiplicador de seus investimentos no PIB podem ser severamente limitados, frustrando seu objetivo de acelerar o desenvolvimento. A causa dessa limitação não se encontra no próprio Programa, mas no ambiente macroeconômico em que ele será executado. Esse ambiente é ca-

racterizado por uma política fiscal e uma política monetária fortemente restritivas, cujo objetivo é restringir a capacidade devedora do Estado e o uso da taxa de juros como instrumento único de controle de preços, determinando uma taxa real elevadíssima e uma taxa de câmbio valorizada para o real.

Para atingir seu objetivo, o PAC precisa necessariamente que o investimento privado ocorra. E as decisões do investidor privado não dependem apenas de oportunidades de negócios, de boas condições de financiamento ou de segurança das normas. O investimento depende fundamentalmente de um baixo custo de oportunidade (5), ou seja, de uma taxa de juros básica que incentive a atividade produtiva ou, pelo menos, não torne caros os serviços de infra-estrutura (já que estes custos serão difundidos por toda a economia, prejudicando sua produtividade global). E, infelizmente, a atual política monetária e fiscal de juros reais elevados não permite esse baixo custo de oportunidade.

Por outro lado, a valorização da moeda nacional, ao incentivar a importação e prejudicar a exportação, pode gerar o fatal efeito de “substituição da produção”. O crescimento desproporcional das importações, como já vem ocorrendo, tende a deprimir – ou mesmo destruir – a atividade industrial de certos setores mais expostos da economia – como calçados, têxteis, eletroeletrônicos e bens de capital –, reduzindo a produção e comprometendo mais divisas exter-

Tabela 3 - Importações industriais e produção industrial

Evolução do valor em números-índices (ano de 2002 = 100)			
<i>Importações industriais - itens selecionados</i>	2002	2004	2006
Total	100	133	196
Bens de capital	100	104	163
Equipamento móvel de transporte	100	101	225
Máquinas e ferramentas	100	353	220
Bens de consumo	100	116	203
Duráveis	100	127	242
Não duráveis	100	108	173
<i>Produção industrial nacional</i>			
Indústria de transformação - total	100	108	122
Bens de capital	100	122	134
Bens intermediários	100	109	113
Bens de consumo	100	104	115
Duráveis	100	125	150
Não duráveis	100	99	107

Fonte: Boletim do Banco Central, fev/2007.

nas (ver na tabela 3 a evolução da produção e da importação de produtos industriais). Ao contrário do que pretende o PAC, essa “substituição da produção” pela valorização do real reduz diretamente a taxa de crescimento do PIB – como aconteceu em 1997-98. Caso o real forte persista pode acontecer de o Programa de Aceleração do Crescimento acabar se transformando, no máximo, em um “programa de compensação da redução do crescimento”.

Lecio Moraes é economista, mestre em Ciência Política e assessor técnico da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

Notas

- (1) Principal taxa de juros dos títulos públicos federais (Divida interna).
- (2) Dado o longo período de vigência da restrição, dez anos, a regra pretendida pode levar a um considerável risco de engessamento da máquina pública. Em dez anos, a população crescerá quase 15% e a economia, mais 50%, enquanto a despesa com pessoal não poderá ultrapassar 16%.
- (3) Esse modo, a variação real do salário mínimo em 2008 será igual ao crescimento real do PIB de 2006 (2,5% a 3%) e assim por diante. O valor de 2007 já foi fixado, o ganho real está estimado em 5,41%.
- (4) A possibilidade de incluir certo tipo de investimento como superávit primário foi acertada com o FMI em 2003, em caráter experimental, assumindo a forma de um projeto-piloto (daí o nome do programa no orçamento: Programa Piloto de Investimento – PPI). De 2004 a 2006, o valor reservado ao PPI era de 0,25% do PIB, agora ele foi elevado para 0,5%. Um projeto de investimento para integrar o PPI tem de atender a duas condições: alta rentabilidade e retorno de curto prazo. Essas condições fazem com que apenas investimentos que podem ser realizados em um único exercício fiscal ou que signifiquem reparos de infra-estrutura (alta rentabilidade em relação ao montante gasto) possam ser integrados ao PPI, limitando muito a natureza estratégica desse tipo de projeto de investimento.
- (5) O custo de oportunidade é definido como o menor rendimento seguro de que dispõe uma economia, no caso, a taxa de juros da sua dívida pública, a inversão de capital teoricamente mais segura disponível.

As eleições presidenciais na França

OBEY AMENT

**A unidade da esquerda popular e antiliberal
continua a ser um desafio.
Sem ela a transformação progressista
da sociedade francesa não será possível**

A França entra na reta final da sua eleição para um novo presidente. O primeiro turno será em 22 de abril. E o segundo – se houver –, em 6 de maio, enfrentarão os que obtiverem os primeiros lugares na contenda. Desde 1981 os eleitores franceses vêm sistematicamente entregando a vitória aos partidos da oposição, com exceção da reeleição de François Mitterrand, em 1988.

Não se trata de uma opção patente dos franceses pela alternância, mas de uma manifestação de descontentamento: no governo, os partidos – tanto de esquerda, quanto de direita – acabaram por decepcionar. E, como resultado desse descontentamento, observa-se aumento das abstenções e de votos na extrema-direita.

Os franceses esperam por respostas a suas aspirações e aos problemas do país.

Depois de um longo período de domínio da di-

reita, a esquerda governou a França de 1981 a 1984. Socialistas, comunistas e radicais de esquerda nacionalizaram uma parte considerável da economia e realizaram reformas importantes para os direitos dos trabalhadores. No entanto, a partir de 1983 a decisão de preparar o país para a criação de uma moeda única européia impôs políticas de austeridade e de reestruturações industriais que levaram ao desemprego e criaram desilusões. Os comunistas saíram do governo em 1984, em desacordo com o rumo tomado, e não retornaram até a formação do governo de Lionel Jospin, em 1997. Nesse meio tempo, o Partido Socialista governou com parte da direita e acabou sofrendo uma derrota sem precedentes para a direita, em 1993. O período de 1993 a 1997 caracterizou-se pelo retorno das mobilizações populares contra as leis racistas e as tentativas do governo direitista de acabar com os sistemas de proteção social.

Em 1997 a esquerda chegou ao governo do país graças a uma forte dinâmica popular, que depositou toda a sua confiança no Partido Socialista, no Partido Comunista, nos partidos Verde e radicais de esquerda, esperando uma mudança real nas políticas reacionárias e antipopulares da direita.

O governo do socialista Lionel Jospin realizou algumas reformas, mas sem fazer modificações estruturais que indicassem mudança de rumo em benefício das classes populares. Em 2002 a esquerda foi varrida numa eleição em que os menos favorecidos se abstiveram, deixando de fora do segundo turno um candidato de esquerda. E, então, Jean Marie Le Pen, herdeiro das piores tradições petanistas e de extrema-direita, concorreu com Jacques Chirac. No primeiro turno, nenhum dos candidatos obteve 20% dos votos. O próprio Lionel Jospin conseguiu apenas 16% e o representante do Partido Comunista não chegou nem a 4% – o pior resultado na história desse partido que um dia foi o primeiro da França. A extrema-esquerda, que não apoiava o governo, conquistou 10% se somarmos os votos das duas candidaturas trotsquistas.

O trauma deixado por esses resultados está, todavia, vivo no eleitorado francês e sem nenhuma dúvida influenciará nas eleições deste ano. A necessidade de uma crítica às estratégias daquele momento e a maneira de a esquerda governamental relacionar-se

com o movimento popular e os movimentos sociais não podem ser ignoradas.

Essa última derrota deveu-se à ausência de reformas profundas que pudessem ter ocasionado mudanças na vida do povo francês. O governo teve uma postura muito conciliadora com os grandes capitalistas e, dentre a maioria, o Partido Socialista adotou uma conduta hegemônica que levou muito pouco em consideração as posições de seus aliados da “esquerda plural”. Não foi feito o necessário para organizar mobilizações populares capazes de impor uma correlação de forças favorável às reformas.

Naturalmente, seria injusto afirmar que a política de esquerda é a mesma que a praticada pela direita. Existe uma diferença de fundo, mas o alcance das reformas adotadas foi, nas experiências passadas, insuficiente para ser política e economicamente eficaz. O número de desempregados diminuiu, é fato. No entanto, isso ocorreu com a criação de postos de trabalho não correspondentes ao nível de formação de quem os ocupava. Exemplo disso é a criação de empregos em escolas. Os cargos de assistentes de professor foram ocupados por jovens que, apesar de diplomados, viram-se obrigados a aceitar esses postos de trabalho que desvalorizavam o nível de sua educação. Ao mesmo tempo, isso impediu que os professores auxiliares – preparados para isso – pudessem trabalhar.

Outro exemplo é a lei das 35 horas semanais, que respondia a uma das principais reivindicações dos trabalhadores. Essa lei que reduzia o tempo de trabalho sem redução de salário não teve caráter nacional, e sua aplicação tinha de ser negociada por todos os ramos de atividade separadamente; além disso, os salários foram congelados. Em contrapartida, os patrões obtiveram maior flexibilização anualizando o tempo trabalhado e, como resultado, não foram criados os empregos previstos. No entanto, a produtividade exigida de cada assalariado, sim, aumentou.

Ainda outro exemplo: o setor público. O governo, seguindo as decisões adotadas na Cúpula Européia, de Lisboa, abriu as portas à privatização ao conceder capitais da Air France e da France Telecom, violando assim o compromisso de interromper as privatizações em curso, firmado entre PS e PCF em 29 de abril de 1997.

O retorno da direita

Com a eleição de Jacques Chirac em 2000, a direita revanchista e agressiva voltou decidida a implementar o programa coordenado pelo MEDEF – organização dos donos de empresas – com o objetivo de destruir as conquistas sociais obtidas pelo povo francês. Tais políticas estão acabando com o modelo social criado pelo Conselho Nacional da Resistência após a derrota do nazismo e, como consequência, aproximam a França do modelo liberal anglo-saxão.

O processo de privatização total da maior parte das empresas públicas continua avançando e os últimos exemplos são as companhias de eletricidade e de gás. O sistema de reforma da previdência e o código trabalhista estão sendo aniquilados; a precariedade prossegue. Atualmente 71% dos contratos de trabalho firmados são temporários e o Contrato de Novas Contratações implementado permite ao empregador, nas pequenas empresas, despedir os novos funcionários sem justificativa durante um período de dois anos.

Ao lado disso, as cotizações fiscais patronais diminuíram a ponto de em dois anos o Estado ter deixado de receber 29 bilhões de euros, enquanto os lucros do capital aumentaram em 33% em 2005. A baixa dos salários é tal que 85% dos trabalhadores recebem menos de dois salários mínimos; o número de pobres não pára de aumentar, chegando de 7 a 11 milhões, segundo as fontes.

Nicolas Sarkozy, candidato da coligação por um Movimento Popular – entusiasta da direita no poder – anunciou sua intenção de, no entanto, ir mais longe: prometeu acabar de uma vez por todas com o modelo social francês. A França corre o risco – caso esse candidato ganhe – de adotar uma política exterior atlantista próxima às orientações de George Bush.

Nicolas Sarkozy apresenta-se como homem de autoridade, decididamente favorável aos métodos repressivos, e intolerante com a imigração, mas sempre disposto a aprovar aos representantes do capital todas as liberdades necessárias. O representante da direita se autodenomina candidato daqueles que “acordam cedo, trabalham duro e amam a liberdade de trabalhar”. Maneira confusa e desonesta de se dizer favorável ao fim das 35 horas semanais – que os assalariados, apesar de tudo, preferiram conservar. Ni-

colas Sarkozy é o candidato do liberalismo selvagem.

Já o candidato da direita veicula suas proposições – todas realizáveis graças à magia do mercado – com um discurso populista, buscando atingir um eleitorado de direita radicalizado que vota em candidato de extrema-direita.

Diante disso, o Partido Socialista propõe a candidatura de Segolene Royale, governadora da região Poitou-Charentes e ex-ministra. Ela iniciou sua campanha mostrando suas afinidades com o modelo social-liberal aplicado por Tony Blair no Reino Unido. A reação contrária a esse anúncio, mesmo dentro de seu partido, a fez renunciar a tal discurso. No entanto, no momento suas intenções continuam vagas. Ela nem sequer retomou o programa adotado por seu partido há alguns meses. É angustiante ver como Segolene Royale trata de invadir o terreno da direita ao se referir em seus discursos a temas como “ordem justa”, “família” e ao se autoproclamar “candidata da moral”.

O debate europeu na campanha eleitoral

Os franceses, e os setores populares, novamente esperam a contingência de um governo que detenha a ofensiva da direita. A esquerda é capaz de impor uma mudança real que responda às expectativas populares? Qual seria a configuração dessa esquerda? Os êxitos eleitorais da esquerda não representam por si mesmos garantia de mudança, mas acabam demonstrando que a esquerda é capaz de apresentar uma alternativa real às políticas liberais. Cada vez que a esquerda, no governo, frustra as esperanças populares deixa a impressão de que afinal não há muita razão para nela se votar. E, desse modo, a extrema-direita avança.

Segundo pesquisas, emprego, salário, pobreza, precariedade, educação e proteção social são os temas que mais interessam ao eleitorado nestas eleições. Todos eles foram determinantes para o resultado do referendo de 29 de março de 2005 em que foi rejeitado o projeto do Tratado Constitucional Europeu. Dessa forma, o respeito ao voto, emitido pelos franceses, deverá fazer parte da campanha eleitoral.

Nesse referendo o “Não” venceu com 54,68%, com grande participação dos setores populares. O

“Não” foi um voto popular (79% de operários, 71% de desempregados, 70% de agricultores, 67% de trabalhadores) e de esquerda (59% do eleitorado socialista, 64% dos Verdes e mais de 80% dos comunistas). Foi uma recusa não à União Europeia, mas às orientações que marcaram sua organização: privatizações e fim dos sistemas de proteção social. Foi uma recusa ao reinado da “concorrência livre e deturpada” entre empresas, territórios, sistemas de proteção social e entre os trabalhadores.

Ainda hoje, autoridades europeias e governos nacionais queriam impor novamente uma Constituição, ignorando o voto da França e dos Países Baixos. Segundo José Manuel Barroso, presidente da Comissão Europeia, o essencial é fazer avançar os conteúdos reais, as políticas previstas: privatização dos serviços de correio, da energia e das telecomunicações.

Ângela Merkel, chanceler alemã, presidente da UE, admitiu como objetivo ter uma Constituição em 2009. Nicolas Sarkozy é favorável a um novo tratado que seria legitimado não mediante referendo, mas pelo parlamento francês. Já Segolene Royale declara-se a favor da idéia de um novo texto em 2009. Por isso, as eleições deste ano na França também terão repercussão no futuro da UE.

Uma perspectiva política

A vitória de 2005 foi possível graças a uma dinâmica popular, criada a partir da base local pelos “Coletivos pelo Não” abertos a toda a população. Nesses coletivos, militantes oriundos de diferentes organizações da esquerda política e social discutiam os conteúdos do TCE e a estratégia comum. Apesar da posição favorável ao “Sim” da direção de seus partidos, militantes socialistas e verdes participaram ao lado de comunistas, trotsquistas, de sindicalistas e defensores dos direitos humanos, de feministas e de outros cidadãos, na construção de tal dinâmica.

Após a vitória do “Não” foi elaborada a questão de como fazer o voto ser respeitado e como transfor-

mar as aspirações expressas durante a batalha pelo “Não” em alternativa política de esquerda antiliberal majoritária.

As lutas destes últimos anos reforçaram essa aspiração popular e questionam a esquerda em seu conjunto. Já em 2004 a direita foi derrotada nas eleições regionais sem que isso significasse que a esquerda tivesse uma proposição claramente alternativa. A vitória do “Não” indicou quais podiam ser os conteúdos de uma alternativa vencedora.

A esquerda do “Não” decidiu concorrer nas eleições de 2007 a partir dos Coletivos Unitários locais onde foram elaborados uma estratégia e um programa. Foi criado um Coletivo Nacional com representantes das forças políticas e com militantes cidadãos com a missão de *coordenação*. Co-

mo em 2005 foi perseguida a criação de uma dinâmica participativa cidadã, a diversidade de autores contribuiu em muito para envolver toda a sociedade.

Deliberou-se por funcionar com um duplo consenso na tomada de decisões: o dos coletivos unitários locais e o das organizações participantes. Ou melhor, tratou-se de dar prioridade à busca ativa da concordância.

Decidiu-se por não aceitar uma participação em governo social-liberal, que seria incoerente com as aspirações populares, sem descartar o voto no segundo turno contra a direita. No entanto, a direção da Liga Comunista Revolucionária (trotsquista) não aceitou nem a estratégia definida nem tampouco foi suficiente o compromisso firmado em relação à questão governamental. A Liga apresentou seu próprio candidato, embora representantes de sua minoria pró-unitária continuasse a participar dos coletivos unitários locais e do nacional.

Os coletivos unitários adotaram um programa de 125 pontos e o debate sobre a candidatura – que havia sido adiado, dando-lhes prerrogativas para buscar um acordo sobre os conteúdos e proposições – que, então, foi lançado.

O Partido Comunista, que fez da questão do re-

A esquerda do “Não” decidiu concorrer nas eleições de 2007 a partir dos Coletivos Unitários locais onde foram elaborados uma estratégia e um programa

agrupamento da esquerda antiliberal e cidadã o centro da sua estratégia a partir do seu congresso de 2003, após votação interna decidiu propor a pré-candidatura de Marie Georges Buffet, sua secretária nacional.

Surgiram, ainda, outras quatro candidaturas: José Bové, dirigente camponês; Yves Salessse, da Fundação Copernic; Clementeine Autain, independente, membro do grupo de conselheiros comunistas da prefeitura de Paris; e Patrick Braouzec, prefeito comunista de Saint Denis.

Então, os velhos fantasmas, que se escondem na história da esquerda francesa, apareceram: a desconfiança em partidos políticos – que parecia superada pela ação comum – e as divergências entre os agrupamentos políticos em relação a quem poderia representar essa esquerda antiliberal. Esses fantasmas impediram que se chegasse ao consenso buscado. Houve também um enfoque diferente sobre a perspectiva pós-eleitoral. Para alguns, seria criada uma nova organização política em curto prazo, quando no PCF pensava-se mais na configuração de uma união popular e majoritária em que a diversidade não fosse assimilada numa nova estrutura.

Tratando de desobstruir a situação, os coletivos realizaram um voto indicativo que permitiria perceber qual dos candidatos tinha a preferência dos militantes. Marie Georges Buffet obteve o maior número de votos, mas os membros do Coletivo Nacional permaneceram em desacordo.

Ao constatar essa situação, os militantes do Partido Comunista, em votação interna, confirmaram sua preferência por Marie Georges Buffet, e o Conselho Nacional do PCF decidiu lançar sua candidatura. O tempo se consumia em intermináveis discussões, deixando o campo livre para as candidaturas da direita e do social-liberalismo – e se fazia urgente lançar-se na batalha pelo rompimento de fato com o bipartidarismo que se impõe na França.

O PCF levou adiante uma reflexão coletiva que levava em consideração a crise atual da democracia

representativa e a dos partidos e adotou uma linha baseada na relação de igual para igual com os movimentos sociais, sem a pretensão de posicionar-se como um tipo de vanguarda autoproclamada. Para os comunistas, a transformação social significa a construção comum popular e cidadã, e não uma justaposição de organizações e militantes. Por isso, a candi-

datura de Marie Georges Buffet não podia ser rejeitada a pretexto de que se tratava da primeira responsável do principal partido da esquerda do “Não”.

Marie Georges Buffet apresentou sua candidatura como a do PCF, mas colocando-a à disposição de um reagrupamento de toda a esquerda antiliberal, levando em consideração que as 125 proposições são um bem comum que deve ser defendido nesta campanha. Não se trata de ajustar uma candidatura, ou um programa, mas de continuar o esforço pela união popular majoritária.

Esta eleição é uma primeira etapa; a segunda será a eleição legislativa de junho. Por esse motivo, a unidade da esquerda popular e antiliberal continua a ser um desafio. Sem ela a transformação progressista da sociedade francesa não será possível.

A França de hoje não é a mesma da que viu nascer a esquerda socialista e comunista no início do século XX. A classe operária, a de trabalhos manuais, já não é majoritária. O setor terciário ocupa uma massa crescente de assalariados e, ao mesmo tempo, o capitalismo financeirizado cria precariedades e marginalização. A esquerda compreendeu a necessidade de união hoje com todos aqueles que sofrem as diferentes formas de dominação, que podem se transformar em atores da mudança. Sem dúvida, o próximo capítulo, a se viver nestes meses, não é o último. Outras batalhas comuns ainda estão por vir...

A esquerda compreendeu a necessidade de união hoje com todos aqueles que sofrem as diferentes formas de dominação, que podem se transformar em atores da mudança

Obey Arment é membro do departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista Francês (PCF). Traduzido por Maria Lucília Ruy, mestre em Letras Clássicas.

O Fórum Social Mundial e os movimentos sociais

RICARDO ABREU (ALEMÃO) E RUBENS DINIZ

Pela primeira vez, a edição mundial do Fórum foi realizada na África. E, nele foi discutida sua relação com os movimentos sociais

Aviões e helicópteros militares estadunidenses sobrevoam Nairóbi em direção à vizinha Somália, em ação que faz parte de mais uma agressão imperialista. Embaixo, com os pés em território africano, milhares de ativistas e intelectuais discutem os caminhos da luta antiimperialista e as alternativas ao neoliberalismo. Trata-se da sétima edição do Fórum Social Mundial (FSM/2007). Realiz-

zado em Nairóbi, de 20 a 25 de janeiro na capital da República do Quênia, ele contou com 46 mil inscritos e mais de mil e duzentas atividades.

Em 2006 o FSM experimentou um formato policêntrico, e aconteceu em três continentes: América Latina, África e Ásia. Mais precisamente em Caracas (Venezuela), Bamaco (Mali) e Carachi (Paquistão). Com exceção de Bamaco, nas edições de Porto Alegre em 2001, 2002, 2003 e 2005 (Brasil) e de Mumbai (Índia) em 2004, a presença africana nos fóruns

mundiais unificados não foi grande. No 1º FSM havia somente três dezenas de pessoas, mas nunca passou de 500. Em Bamaco, havia 30 mil e em Nairóbi um número ainda maior. Mais de dois terços dos países africanos participaram do Fórum em Nairóbi.

O FSM na África

A grande marca vitoriosa do FSM/2007 é o fato de ter sido realizado no continente africano, ampliando a mundialização iniciada em Mumbai. Não obstante a África ter feito o Fórum de Bamaco e fóruns nacionais em mais de vinte países, a realização do FSM unificado na África foi importante, pois o FSM nasceu euro-americano e precisa radicar-se em todos os continentes. Os movimentos sociais, as campanhas e redes internacionais puderam fortalecer seus laços com as organizações africanas. Nesse sentido, pode-se dizer que o FSM se fortalece a cada ano. Assim como em Mumbai, onde aconteceram belíssimas demonstrações político-culturais indianas e asiáticas, as expressões culturais africanas foram parte do exuberante espetáculo, com muitas marchas e protestos combativos, animados com música, dança, tecidos coloridos e miçanga.

Quem mais ignora tudo isso é a mídia em geral, mas especialmente a brasileira. O interesse deveria ser natural, pois o FSM nasceu no Brasil, mas é revoltante a (falta de) cobertura. E quando há notícia é para desinformar e distorcer o sentido da luta dos povos que se expressa no FSM.

De outro lado, houve uma queda no número de participantes, que vinha crescendo ano a ano até 2005, quando atingiu os 200 mil. No Fórum de Nairóbi houve debates de qualidade, mas menos politização que os anteriores, e menos gente participando. No Acampamento Intercontinental da Juventude somente alguns jovens pingados, muito poucos. O desafio de popularizar o FSM ainda é vigente. Ainda não há dados sobre Nairóbi, mas quem viu sabe que o desafio permanece. Segundo uma pesquisa do Ibase sobre o FSM/2006, um quarto dos participantes em Bamaco havia cursado – ou estava cursando – mestrado ou doutorado. Em Caracas, 79,4% cursavam ou já haviam completado o ensino superior (1).

No Quênia os movimentos sociais e as forças políticas de esquerda e progressistas, se comparadas com o Brasil ou a Índia, são fracos. Destacaram-se as

ONGs de cooperação internacional e as entidades ligadas às igrejas católica e evangélica, como a Cáritas Internacional. Havia mais de 4 mil igrejas locais africanas presentes.

As diferenças políticas e de concepção existem e fazem parte da amplitude e da diversidade do processo FSM. O Fórum de Mumbai e o Fórum de Caracas – realizado em conjunto com o Fórum Social das Américas – foram mais politizados e levantaram com força a nova luta antiimperialista e a alternativa socialista para o século XXI. Talvez, pelo mesmo motivo, não contaram com os dólares e euros das agências e fundações de cooperação internacional. Não foi o que ocorreu com o Fórum de Nairóbi, no qual certo tipo de ONGs e seus financiadores compareceram, física e financeiramente falando. Segundo Cândido Gribowski, do Ibase, essas ONGs quenianas “formaram uma elite que circula nas Nações Unidas, Banco Mundial, agências de cooperação etc (...) e sofrem uma crítica muito dura” em seu próprio país. Para Cândido, nem todas as ONGs são desse tipo. Há outras, como as “ONGs de militância” (2).

Algumas polêmicas do processo FSM

Há quem diga que o FSM está ou pode entrar em crise. São dois os perigos identificados: transformar-se apenas em mais um evento rotineiro e/ou entrar em decadência por não ser capaz de unificar-se em torno de alternativas concretas para construir um “outro mundo possível”.

Para Francisco Withaker, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, “alguns que afirmam que o alteromundialismo está em refluxo, estão fazendo referência ao estado dos movimentos sociais que defendem essa visão”, mas o FSM “não está em refluxo” (3). Ele tem certa razão, se se levar em conta uma certa corrente política, os autonomistas. Na virada do século, os movimentos liderados pelos autonomistas, especialmente na Europa e na América do Norte, tiveram grande protagonismo e foram a face mais visível do complexo “movimento antiglobalização”. Mas, apesar do refluxo relativo dos autonomistas, o movimento antiimperialista e de contestação à globalização neoliberal se desenvolveu – e está em ascensão.

De fato, desde 2001 – quando surge o FSM – a si-



Atividade cultural do FSM em Nairóbi.

tuação internacional vem mudando, e o FSM espelha o contexto em que está inserido. Portanto, o FSM também está em mutação, discutindo alternativas concretas, indo além da resistência. Ele cresceu, não é mais apenas o anti-Davos, passa agora a realizar encontros mundiais bienais. É um verdadeiro processo de âmbito internacional, mas também continental, nacional e local. Justamente aí pode estar a sua contradição, se ele não acompanhar essa evolução, essa onda antiimperialista, a nova situação da América Latina e os novos debates sobre o socialismo do século XXI. Se o FSM deixar de refletir essa nova realidade da luta dos povos, pode, sim, entrar em crise.

Outro debate importante presente em todos os FSM é sobre o poder. Ao contrário do que pensa John Holloway – sociólogo escocês radicado no México e ideólogo dos autonomistas –, não é possível mudar radicalmente o mundo sem conquistar o poder. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, durante uma reunião de movimentos sociais no Fórum de Caracas, disse que o FSM deve debater, discutir, estudar e fazer propostas, mas que somente isso não é suficiente. Chávez defendeu a unidade entre governos revolucionários e progressistas, partidos e movimentos sociais para fazer o principal: “conquistar poder, acumular poder, ter estratégia de poder, pois só com poder revolucionário se transforma o mundo” (4). Politizar é discutir o poder político, econômico, militar, midiático etc, e lutar pelo poder dos trabalhadores e do povo.

Outra polêmica: o papel do FSM e sua relação com os movimentos sociais. Segundo Irene Leon e Sally Burch, do Conselho do Fórum Social das Américas, o FSM, para não se limitar a eventos desconectados entre si, precisa ser um processo em que “o acúmulo obtido até agora sirva de plataforma ampla para novas iniciativas, e siga contribuindo para a construção de um ator social e político plural que encaminhe as mudanças de fundo e as alternativas” (5). E, para Rafael Alegria, hondurenho da Via Campesina, “não é o objetivo, nem corresponde ao FSM definir as estratégias. O movimento social, em nível local, nacional, regional e mundial, é quem deve impulsionar suas lutas e reivindicações. Não é o FSM que luta pelas mudanças, mas os movimentos que o integram” (6).

A participação dos movimentos sociais no FSM contribui para que este tenha uma marca mais combativa, mais dinâmica e politizada. Eles levam a vivacidade das ruas para os debates do fórum e contribuem para que este seja um grande espaço de elaboração de propostas programáticas e de articulação de organizações de distintas naturezas.

Os movimentos sociais no FSM

Na última edição do Fórum Social Mundial realizado no Quênia, a articulação dos movimentos sociais teve destaque e trouxe novidades. Fora o rico con-

tato com os movimentos sociais africanos, um evento de grande significado foi um encontro sobre trabalho e globalização, que reuniu o movimento sindical, outros movimentos sociais e centros de pesquisa para retomar a temática do trabalho. Nele se constituiu uma rede internacional para discutir o trabalho, importante iniciativa, pois reforça um tema muitas vezes ausente no Fórum. Esta rede pode contribuir para resgatar o protagonismo das lutas dos trabalhadores contra a globalização neoliberal. Trabalhadores estes que são a força-motriz das revoluções sociais.

De igual maneira merecem destaque: a assembléia dos movimentos contra a guerra e a Assembléia dos Movimentos Sociais, uma das maiores já realizadas, que, em sua declaração, destaca o novo cenário existente na América Latina e o papel dos movimentos sociais na implementação de alternativas concretas à ordem neoliberal.

Há algumas novidades na metodologia e no programa que nos fazem refletir sobre os movimentos sociais no processo FSM. A primeira incluiu no quarto dia de programação assembléias por áreas temáticas para que os movimentos pudessem organizar suas agendas e suas campanhas; a segunda, o fato de que em 2008 o FSM terá o formato de uma jornada mundial de mobilizações e ações visíveis.

No que diz respeito à primeira, tal iniciativa até pode contribuir para melhorar a metodologia do FSM, mas cabe refletir se é realmente papel do Fórum programar tais iniciativas, ou se são os próprios movimentos que, a partir da sua necessidade, devem se organizar. Independente disto é necessário afirmar que tais encontros por área temática não substituem uma grande assembléia geral dos movimentos sociais, que proporciona um espaço de convergência de lutas, alianças entre campanhas; convoca mobilizações; posiciona-se; e organiza ações durante o ano. Este espaço é a Assembléia dos Movimentos Sociais, que vem sendo organizada desde a primeira edição do FSM.

É preciso fortalecer a Assembléia dos Movimentos Sociais

A Assembléia dos Movimentos Sociais “é um processo destinado a romper o isolamento das lutas, e acumular forças e a construir articulações (...) com

o fim de, respeitando a autonomia de todos, definir eixos de trabalho comuns, acordos, agendas, calendários e campanhas concretas” (7). Foi sempre a partir do espaço gerado pela Assembléia que os movimentos organizaram lutas e se posicionaram com declarações como as que convocaram as vitoriosas jornadas de luta contra a Alca, ou como a histórica manifestação contra a guerra em 15 de fevereiro de 2003, que reuniu milhões de pessoas nas ruas de todo o mundo.

Principalmente para enfrentar a segunda novidade metodológica – a realização em 2008 no lugar do FSM unificado de uma jornada mundial de mobilizações e ações visíveis – é que é necessário pensar o papel a ser jogado pela Assembléia dos Movimentos Sociais.

A jornada de mobilizações de 26 e 27 de janeiro de 2008 será exitosa se os movimentos sociais dedicarem esforços a esta iniciativa. É notória a necessidade da existência de um nível maior de coordenação entre os movimentos sociais em nível mundial. A Assembléia dos Movimentos Sociais deve superar seus limites e enfrentar os debates existentes no seu interior para contribuir com este desafio. Não será possível desenvolver tão ousada iniciativa se não existir um envolvimento maior dos movimentos sociais, bem como uma forma de articulação entre eles que não se resume a encontros esporádicos.

No início de outubro de 2006 aconteceu em Bruxelas (Bélgica), um importante seminário de movimentos sociais participantes do FSM, que constroem a Assembléia de Movimentos Sociais. O debate passou pela necessidade de constituir um espaço permanente de coordenação dos movimentos e pela questão de qual a relação existente entre este e o Fórum Social Mundial.

Não se trata de querer construir um outro espaço ou estrutura para substituir o FSM, pois a Assembléia somente existe porque existe o FSM, e este último não necessita se transformar em um movimento com um programa ou uma agenda de mobilizações, ele deve continuar sendo o que é: “um espaço aberto e em expansão”. Mas os movimentos devem analisar a possibilidade de constituir uma articulação permanente entre si. Isto somente tem a agregar na dinâmica do FSM, e inclusive está previsto em sua Carta de Princípios, quando esta diz: [o FSM é um] “espa-

ção de articulação, busca fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade civil” (8).

A Assembléia dos Movimentos Sociais – que já passou por uma experiência inicial de se articular como uma Rede Mundial dos Movimentos Sociais – ainda é, com todas as limitações existentes, o principal ponto de convergência e coordenação entre os diversos movimentos sociais em nível mundial. Tal iniciativa não é fácil, pois se busca encontrar uma forma aberta, democrática, e flexível de organização e coordenação, respeitando o tempo e a dinâmica de cada movimento participante, dado que existe uma grande diversidade de organizações, lutas e orientações políticas que requer um tempo para conseguir estabelecer uma relação de unidade e de confiança.

Uma experiência similar de convergência de movimentos de distintas naturezas é a Aliança Social Continental (ASC). Nascida das lutas contra o “livre comércio”, cresceu embalada na articulação da campanha contra a Alca. Há mais de 10 anos ela se encontra em atividade constante e se torna hoje uma experiência inédita na unidade de ação entre os movimentos sociais das Américas. Nos marcos da luta em conjunto produziu-se um amadurecimento na relação entre os movimentos e ONGs que compõem a ASC que permite hoje uma trabalho coeso entre seus membros. Sua agenda de ações passou pela liderança da vitoriosa campanha de lutas contra a Alca. E hoje a ASC é a principal referência dos movimentos sociais na interlocução com os governos progressistas da região no debate sobre o processo de integração latino-americana.

Claro, não poderíamos transpor realidades, mas

a existência hoje da ASC demonstra ser possível construir uma aliança internacional de movimentos que, mesmo com naturezas distintas, tenham em comum uma agenda de lutas antineoliberais e antiimperialistas, e uma coordenação estável. Esta seria uma grande contribuição do processo do FSM para a luta dos povos.

O processo FSM nos próximos anos

Logo após o Fórum de Nairóbi, houve uma reunião do Conselho Internacional do FSM em que se decidiu realizar a próxima edição mundial do Fórum somente em 2009, em local a ser definido. Nela, foi apresentada e defendida pela UNE, pelo Cebrapaz e a Clacso, a proposta de realizar o FSM/2009 no Brasil, trazendo novamente o Fórum para a efervescente América Latina.

Em 2008 haverá mobilizações, eventos e fóruns no período do Fórum Econômico de Davos e em 26 e 27 de janeiro uma grande manifestação mundial, que provavelmente no Brasil ocorrerá durante o 3º Fórum Social Brasileiro. Antes disso, ainda em 2007, acontecerão o inédito Fórum Social dos EUA, o 2º Fórum Social Nordestino e está para ser marcado o 3º Fórum Social da Tríplice Fronteira, envolvendo Argentina, Paraguai e Brasil, entre outras atividades do processo FSM.

Ricardo Abreu (Alemão) é economista, membro do Conselho Diretor do Instituto Maurício Grabois (IMG) e do Comitê Central do PCdoB. Rubens Diniz é psicólogo, diretor do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz) e da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB.

Notas

- (1) “Raio X da participação no Fórum Policêntrico 2006”, pesquisa realizada pelo Ibase.
- (2) Entrevista de Cândido Gribowski, do Ibase, a Renato Rovai, da revista *Fórum*, em 21/01/2007.
- (3) Entrevista de Francisco Whitaker, da CBJP da CNBB, a Sergio Ferrari, da RECOSUR.
- (4) Intervenção de Hugo Chávez em reunião com movimentos sociais durante o Fórum de Caracas, em janeiro de 2006.
- (5) “Ecos do Fórum Social de Nairóbi”, artigo de Irene León e Sally Burch publicado pela ALAI.
- (6) “Qual o futuro do FSM?”, entrevista com Rafael Alegria, da Via Campesina, publicada pela Adital.
- (7) Síntese de Seminário dos Movimentos Sociais, realizado em Bruxelas, em outubro de 2006.
- (8) *Carta de Princípios* do Fórum Social Mundial.

Participação política e nos espaços de poder

ELINE JONAS

Há muitos desafios para as mulheres conquistarem a cidadania plena, rumo à sociedade de igualdade e de justiça social

A luta pelo *empoderamento* das mulheres é uma forma de enfrentar a desigualdade nas relações de gênero no acesso ao poder. Está presente nos debates feministas e, de forma reiterada, refere-se à idéia do Estado patriarcal como expressão política de dominação nas sociedades. O Estado, através de suas instituições, impôs uma opressão milenar, especialmente às mulheres, por meio da ideologia que as inferioriza. Na Idade Média, a vida de homens e mulheres era controlada pelo Estado, sobretudo pela Igreja Católica: nas relações fora do casamento, desonra feminina, e nas hierarquias sociais. Hoje, ainda persistem os traços dessa cultura construída pelo poder e assimilada no ocidente.

Nos últimos trezentos anos, especialmente no marco histórico da Revolução Francesa, algumas mulheres passaram a ter visibilidade social por estarem integradas às lutas por direitos humanos e por cidadania. A burguesia se efetiva no poder de Estado e a ideologia burguesa incorporou as múltiplas dominações e discriminações reforçando a nova ordem econômica, política e social que interferiu diretamente na vida das mulheres – em períodos autoritários são as mais reprimidas e violentadas e fortemente excluídas da vida pública.

Na América Latina e no Brasil, esses traços se manifestam como uma herança cultural do processo de exploração colonial e na forma tradicional de exercício do poder “feminino” através da influência exercida pelos homens do poder, principalmente

quando se tratava daquelas mulheres com certo poder econômico. Destaca-se o poder por hereditariedade que consistia em outra forma pela qual as mulheres exerciam um papel político importante. Era exercido por elas somente quando não tinham irmão – se houvesse, era indicado o filho mais velho.

No entanto, hoje, esta história nos referencia para outro rumo: a organização e luta das mulheres garantindo sua presença e representatividade em igualdade de condições para consolidar o processo democrático e romper as amarras da desigualdade rumo à plena emancipação, alterando o caráter do Estado.

O Estado neoliberal e a reivindicação por cidadania

A percepção inicial dos feminismos sobre o Estado como uma entidade homogeneamente patriarcal tem se tornado cada vez mais complexa. O Estado, além de significar aparato de poder ou setor público, é também um conjunto de relações sociais que estabelece legal e legitimamente uma determinada ordem em um território determinado, com garantia coercitiva centralizada, não imparcial nem igualitária, contribuindo para reproduzir situações de poder desiguais e, ao mesmo tempo, legitimadas pela dimensão ideológica da unidade nacional (O'Donnell, 1993, apud VARGAS, 2000).

O Estado nacional tem sofrido profundas erosões e debilitamento no modelo de globalização neoliberal. Prevalece a ideologia de mercado que substitui a ideologia da Nação. E os Estados Nacionais estão sob a égide das orientações e prioridades do modelo neoliberal que tem o mercado como regulador das relações e interações sociais. Neste modelo econômico, as mulheres, mesmo amparadas por conquistas jurídicas e formais – concebidas desde a Ilustração, numa democracia erigida sobre a igualdade legal –, vivem cotidianamente situações de desrespeito a seus direitos e de imposição de limites ao exercício de sua cidadania plena.

Trata-se de uma dimensão política da cidadania, enfocada na perspectiva de gênero e importante para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Aqui, "cidadania é entendida no sentido estrito de pertencimento à comunidade política, pela possibilidade de exercer o poder político por meio de procedi-

mentos eleitorais (eleitor/a ou candidato/a) e de interferir nos processos de decisão".

Neste momento histórico, no campo político e de economia neoliberal, podemos resgatar traços sociais que interferem na questão da cidadania, principalmente das mulheres as mais pobres dentre os pobres, a sofrer duplamente: a exploração de classe e a opressão de gênero:

"Duas décadas de predomínio da visão hegemônica da globalização como um processo econômico que subordina e determina todas as esferas da vida, amplia a pobreza e a exclusão de modo inevitável, a preocupação do pensamento atual começa a se voltar para as dimensões sociais e culturais do processo, repondo na agenda o debate sobre os direitos sociais e a cidadania no contexto da globalização" (BARROS, 1997, p.15).

Trata-se de uma realidade política que, de um lado, impõe a internacionalização econômica, da competência e da eficiência financeiras. E, de outro, enfrenta como resposta social a resistência com a reivindicação por cidadania – com as mulheres presentes nesta luta. São grandes as pressões e exigências feitas ao poder público no sentido de reconhecer a autoridade e a capacidade de decisão dos setores sociais que reivindicam a democratização dos processos de tomada de decisão política, principalmente através do controle social – campo complexo chamado por Espinosa (1998) de "cultura da globalização", expressa por duas óticas diversas: a dos globalizadores e a dos globalizados. Neste campo estão colocadas as reivindicações das mulheres para se fazerem presentes nos espaços de poder. Demandam medidas que possibilitem efetivar a conquista legal de "cotas" e avaliar suas limitações, tanto para o parlamento quanto para as posições ou cargos de decisão.

Uma história de participação política na América Latina – a presença das mulheres

Na América Latina, a presença das mulheres no espaço público e com participação política se amplia nos governos dos anos 2000. No entanto – ressaltamos –, no último século, enquanto a Europa produziu o avanço da modernidade com o capitalismo, na América Latina houve um vazio entre as reivindicações da modernidade e o estancamento econômico,

dando lugar a ditaduras e sistemas democráticos débeis, segundo Bareiro (2000), com conseqüências para as mulheres.

Nos anos 1990-2000, a conquista de governos populares na AL altera a correlação de forças políticas: os movimentos sociais e de mulheres reivindicam políticas públicas e sua participação nos espaços de controle social. Merece destaque o caso da revolução sandinista da Nicarágua que, apesar da resistência popular com a participação ativa das mulheres,

[...] já estavam se organizando nas entidades autônomas e já possuíam uma pauta própria de reivindicações, foi um processo que não chegou a satisfazer um mínimo das necessidades básicas do povo e menos ainda à igualdade de oportunidades para as mulheres. (BAREIRO, 2000).

Isto deve ser considerado na reflexão a ser feita, pois mesmo os setores progressistas e populares assumindo o poder político, as questões de gênero devem ser tratadas como ações afirmativas no âmbito das diferentes esferas com políticas específicas de governo. Cabe destacar que as mulheres avançaram como resultado de sua organização e pressão junto ao poder.

A partir do surgimento de partidos políticos nacionalistas a sociedade assumiu outra configuração. Eles se vincularam ao poder de Estado e, em muitos casos, organizaram a sociedade corporativamente, como na Argentina com o peronismo, que criou um braço sindical e um feminista. Esse momento possibilitou a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a garantia de benefícios sociais pelo Estado, mas sem possibilitar a organização autônoma e a participação real nas decisões de poder.

As reformas redistributivas realizadas nos Estados democráticos de tipo liberal nos anos 1960 caracterizaram os governos reformistas, como em Uruguai, Argentina, Chile e Brasil. Nestes últimos dois países, foi implementado o modelo desenvolvimentista que, no período posterior, assumiu um novo contorno. Ele concebia as mulheres como receptoras dos programas das políticas de bem-estar do Estado e não como propulsoras do desenvolvimento e como cidadãs com plenos direitos. Ressalta-se ainda não estarem estruturadas as organizações de mulheres e nem o movimento feminista latino-americano e brasileiro.

Tal modelo foi derrotado pelas ditaduras milita-

res na América Latina, que negaram os direitos básicos de cidadania, cuja tradição política durava dois séculos. Em períodos de ditaduras militares aprofundam-se o caráter repressivo, o desconhecimento dos direitos humanos, o sistema jurídico discriminatório e a administração "sexista" da justiça, prolongados na educação, na ausência e não-efetivação dos direitos das mulheres, assim como na ausência de mulheres nos espaços de poder e decisão (BAREIRO, 2000).

Neste período as mulheres dos setores populares não tiveram participação no poder, com exceção das pertencentes aos setores que davam sustentação à ditadura. As mulheres eram vistas, de um lado, como receptoras de caridade e, de outro, como participantes da resistência a este poder, pois integravam, com destaque, os vários movimentos armados de resistência popular que foram massacrados. A elas foram impostas pesadas torturas, banimento e extermínio ocorrido em Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil etc.

No Brasil, se destaca a resistência da guerrilha do Araguaia (1970-1972), movimento contra a carestia e a Campanha por eleições diretas com a notória presença das mulheres. Este foi um momento propício para o surgimento dos movimentos por direitos humanos e pela anistia, nos quais as mulheres estavam presentes. Inicialmente, elas se reuniam em grupos, dentro de outras organizações, até que fossem incorporadas suas reivindicações pelos partidos políticos, pela igreja e por outras instituições. Continua o desrespeito aos seus direitos e de imposição de limites ao exercício da cidadania plena com dificuldades de se integrarem nos espaços do "mundo público" a elas ainda não designados.

Consolidar a democracia para ampliar a participação das mulheres

É clara a necessidade de se garantir e fazer avançar a democracia conquistada pelo conjunto da sociedade e dos movimentos sociais organizados. No entanto, nos últimos 30 anos continuam existindo segmentos sociais, impulsionados por setores de poder, cujas atitudes refletem os resquícios da cultura de alienação promovida pelos anos de ditadura militar e que claramente desqualificam a participação política da população, especialmente das mulheres e da juventude.

Esses setores enfrentam a resistência de forças políticas e organizações sociais que reivindicam organismos institucionais, novos direitos e políticas que tratem de questões específicas com controle social. Dentre eles, os movimentos feministas, amplos segmentos do movimento de mulheres, de trabalhadoras e dos novos movimentos sociais, além de partidos políticos que, historicamente, têm defendido a democracia e um mundo de igualdade e emancipação social.

A partir dos anos 1970 e 1980, o movimento de mulheres avançou nas reivindicações da anterior luta sufragista, iniciada no liberalismo, para a discussão de situações e direitos específicos das mulheres, dando origem às organizações de mulheres e à construção do novo feminismo latino-americano. Dentre eles, a corrente emancipacionista que, além de outras bandeiras, reforça a importância da participação política das mulheres e de sua inserção nas instâncias de poder e de decisão para superar a sociedade de classes, a discriminação de gênero e racista para uma sociedade fundada na igualdade e na liberdade.

Destaca-se a contradição do papel do Estado, entre o que o Estado se propõe em decorrência da pressão social e o que efetivamente viabiliza. Diante desta contradição e enfrentando este desafio, os movimentos sociais, feministas e de mulheres, sobretudo a partir dos anos 1980, reivindicam que as mulheres sejam, tanto quanto os homens, sujeitos das políticas públicas. Desta forma, neste novo momento, constatamos certas questões antes tratadas como de caráter privado, já sendo reconhecidas como questões sociais que devem ser abordadas pelo Estado.

Na América Latina, governos recentemente instalados em Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador e, em especial, no Brasil, desejam a participação e representação efetiva dos setores populares no processo democrático e a incorporação das propostas de igualdade, equidade e "transversalidade" de gênero e raça em suas políticas. No Brasil, no campo da participação política, as mulheres conquistaram o direito de votar e ser votadas em 1932 e, em 1995, a política afirmativa de "cotas" para as eleições, que significa o reconhecimento social de seu direito à cidadania.

No que se refere à legitimidade dessas "cotas", os números da representação política no Brasil demonstram esta situação. A partir dos anos 1990,

apesar de reduzida presença das mulheres no parlamento, houve um aumento maior das bancadas em função da "política de cotas" aprovada: em 1970, as mulheres representavam 3% dos integrantes do Congresso Nacional. De 1991 a 1994, passou para 5,2%, em 1994 (6,7%), em 2002 8,8% e em 2006 9,4% do total dos deputados. Nas Assembleias Legislativas estaduais, em 1978, as mulheres representavam 2,4%; em 1990, 4,7% do total de eleitos e, em 1999, 9,92%.

Nas Prefeituras Municipais, de 1972 a 1988, houve um aumento da participação das mulheres, com exceção do Nordeste e do Centro-Oeste. Nos anos 1990, houve um aumento maior, especialmente na eleição de mulheres prefeitas e parlamentares do poder local. O número de vereadoras passou de 3.085, em 1992, para 6.536 em 1996, significando um aumento de 111,86%. Neste mesmo período, o número de prefeitas passou de 171 para 301, representando um aumento de 76,61% (MORAES, 2000). Em 2000, as mulheres passaram a ocupar 5,6% das prefeituras do país, 11,25 das Câmaras nos estados, 6% do Congresso Nacional e 10% das Assembleias Legislativas (CF MEA, 2000). No entanto, ainda é pequena a participação das mulheres em cargos legislativos e executivos, apesar de ter havido um crescimento em relação aos anos anteriores. Já em 2006, aumentou o número de candidatas, mas poucas foram eleitas.

Ainda a título de ilustração, se observarmos os cargos de chefia na esfera do governo federal, onde houve uma iniciativa de política de empoderamento das mulheres, ocorreu uma ampliação na participação feminina e uma redução do número de homens em todos os níveis, de 1998 a 2005. Em 1998 as mulheres estavam lotadas representando 42% (DAS 1-3) e em 2005 eram 47%, enquanto os homens eram 58% e foram reduzidos para 53%. As mulheres (DAS4) eram em 1998, 29% e em 2005 36% e os homens de 71% passaram para 64%. Se observarmos os mais altos cargos (DAS5-6), a proporção de mulheres é bem menor, ou seja, em 1998 as mulheres representavam 1/5 dos homens (16% para 84% homens) e em 2005 a proporção de mulheres aumentou, representando 3 e ? vezes, ocorrendo portanto uma significativa ampliação da participação das mulheres nesta faixa de gratificações de valor mais alto.

Segundo Vargas (2000), nestes novos ares democráticos, a cidadania é fundamental e vai além da dimensão político-eleitoral, concretiza-se no exercício dos direitos já existentes e no reconhecimento de novos direitos. O Estado, que se pretende agente da promoção humana, deverá ser o promotor do bem-estar social e ter força suficiente para, nos parâmetros colocados pelo Estado mínimo, reverter o que for de interesse nacional valendo-se de suas forças políticas internas. Para isso, torna-se necessária sua aproximação com setores populares, garantindo-lhes participação nas diferentes esferas de poder – aí está colocada a necessidade do *empoderamento* das mulheres, metade da população, presentes nos movimentos sociais organizados e nos espaços de controle social.

**Efetivar a “política de cotas”
e conquistar a paridade com “mixitud”
rumo à transformação social**

É importante resgatar aqui o reafirmado nas várias Convenções e Ações, na década de 1990, indicando a eliminação das desigualdades e das discriminações contra as mulheres mediante políticas a serem adotadas pelos diferentes governos. Cabe, portanto, ao Estado e à sociedade cumprirem os mecanismos de superação das desigualdades, dentre eles, a política de cotas por constituir um importante mecanismo construtor de igualdade. Avançaremos para o que reivindica Victoria Camps (1998) sobre esta realidade:

“São lentas as mudanças na divisão tradicional do trabalho, assim como são lentos os avanços das mulheres quanto à ocupação dos cargos e postos de maior responsabilidade e poder. A situação de desigualdade dificulta e reduz a possibilidade de inserção das mulheres em certos espaços e áreas de trabalho, definindo, assim, sua escassa presença no poder político e nos postos de decisão”.

Não obstante essa lentidão referida por Camps (1998), em que certas ações históricas do movimento feminista garantiram às mulheres a adoção de uma voz internacional com conteúdos e formas de luta específicas, torna-se urgente viabilizar não só a ampliação das oportunidades, mas também o combate à educação discriminatória e medidas para maior participação e representação política das mulheres.

A política de cotas, por um lado, responde parci-

almente e esta preocupação, pois ela é importante para superar as desigualdades e a exclusão histórica das mulheres, mas apresenta limitações. Por outro, ela por si só tem sua eficácia quando levada para a sociedade e para os partidos políticos. Contribui para a inclusão das mulheres nas listas eleitorais, que nem sempre reflete a proporcionalidade das mulheres eleitas. Fica evidente a necessidade de os partidos políticos não só garantirem a inscrição das mulheres em período eleitoral, mas de incluírem sua efetiva participação na vida partidária e uma sustentação financeira com equidade nas campanhas eleitorais. Além disso, valem outros mecanismos de inclusão política a serem criados para que, efetivamente a metade da população seja representada com mais igualdade no parlamento brasileiro com vistas a ampliar para os postos de decisão.

Para esta discussão, segundo Camps (1998), o sistema de cotas poderá continuar contribuindo para avançar a democracia paritária, que significa olhar a política como uma metáfora da tomada de decisões. Exige ir além da política ou de políticas, inclui a presença nos órgãos diretivos de todos os poderes e deve ser tratado no âmbito da com participação política das mulheres.

Já Agacinski (1999) se refere à “política dos sexos”, a nova etapa da “política das mulheres” enfatizada por Valcárcel (1997), e fundada numa nova concepção de igualdade e democracia: “dividir o poder com os homens” significa o “funcionamento comunitarista” da democracia. Sua proposta é a paridade com *mixitud*, a soberania repartida, porque a nenhum dos dois sexos se atribuiria o exercício dessa soberania. Isto significaria a representação equitativa de homens e mulheres, fato que refletiria nas diversas composições da população.

A representação política é identificada por Agacinski (1999) como a *mixitud* das Assembléias, poderia significar a dupla figura do povo, da mesma forma que o homem e a mulher são as duas caras do humano. Para ela, este é um problema da democracia, pois nela sempre se concilia a necessidade de representação com a da preservação da vida política quando se expressam pública e politicamente as diferenças, as divergências e as contradições – seria o mesmo que a representação da pluralidade humana e política.

As mulheres, ao fazerem parte desse processo, vão protagonizando sua história por meio de distintos mecanismos, resistindo à opressão e construindo novos espaços para sua individualidade que, no dizer de Valcárcel (1997), está conformada por aspectos contraditórios, submetidos à igualdade e à diferença. No contexto da democracia burguesa, para esta perspectiva, existem limites, pois ela se delinea a partir de um referencial de poder econômico baseado na propriedade que, por si só, é excludente e que condiciona os aspectos da vida coletiva (MORAES, 2000). Isto leva à busca de outras mudanças para uma nova sociedade que possibilite a emancipação social de mulheres e homens, rompendo com a lógica do poder que prevalece hoje.

As lutas sociais vão conformando a necessidade deste outro projeto social que se consolidará se efetivamente incorporar as mulheres. A história mostra que as mulheres constituem um potencial importante para as mudanças, pois sempre compuseram o conjunto dos sem-propriedade e dos mais pobres da população, ou seja, em sua maioria, sempre estiveram entre os excluídos principalmente por "serem mulheres". Hoje tem teorizado sobre esta situação e daí a sua luta por igualdade e respeito às diferenças. Portanto, a demanda pela prática igualitária é legítima para tornar efetiva a inclusão da

metade mulher, onde o poder está organizado por influência do capital fazendo avançar para romper estas estruturas.

Nesta perspectiva de transformação social, é necessário muito mais que uma política voltada para a igualdade, exige-se uma democratização nas estruturas administrativas traçadas pelo Estado, inclusive no que se refere a seus objetivos políticos de representação, de distensão social e os econômicos. As condições de intervenção das mulheres deverão ir além de sua inserção no mercado de trabalho, devendo ser garantida sua representação para a conquista da paridade, tendo em conta sua presença no parlamento e em todas as esferas de poder. Cabe ressaltar tratar-se daquelas mulheres que assumem a defesa das pautas que interessam às próprias mulheres e que contribuirão para a construção de uma sociedade mais justa, que se desenha todos os dias no enfrentamento e superação das contradições.

Eline Jonas é professora Titular de Sociologia da UCG e doutora em Ciências Políticas e Sociologia/Universidade Complutense de Madrid (UCM), Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres – UBM e integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM/SPM. E-mail: eline_jonas@yahoo.com.br

Referências

- AGACINSKI, Sylviane. *Política de Sexos*. Madrid: Taurus, 1999.
- BAREIRO, Line. "El Estado, las mujeres y la política a través de la historia latinoamericana". In: *De poderes y Saberes – Debate sobre a reestructura Política e transformación social*. REPEM/DAWN, 2000, p.11-32.
- BARROS, Elizabeth. "Saúde, responsabilidade do Estado contemporâneo". In: *Anais do V Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997, p.15-24.
- CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Assessoria, ANO IX, nº 151, agosto-dezembro, 2006, p. 10-11.
- ESPINOSA, Maria Fernanda. "Tendencias globales en el mundo contemporáneo y los impactos en las sociedades andinas". In: NUÑEZ, Rubén Velen, SÁNCHEZ, Liliana Rodríguez. (Comp.). *Mujeres del area Andina*. Equador: Parlamento Andino, 1998, p.31-35.
- JONAS, Eline. "A participação política das mulheres". *Revista Presença da Mulher*. São Paulo: Anita Garibaldi, ano XVI, n. 43, set./dez. 2005, Encarte Teórico, p.1-6.
- MORAES, Jô. *Esta imponderável Mulher*. MG, Belo Horizonte: Maza, 2000.
- VALCÁRCEL, Amélia. *La política de las Mujeres*. Madrid: Cátedra, 1997.
- VARGAS, Virginia. "Institucionalidad democrática y estrategias feministas nos años 1990". In: *De poderes y Saberes – Debate sobre a reestructura Política e transformación social*. Uruguay. REPEM/DAWN. Doble clic-editores, 2000, p. 33-95.

A tendência do jornal

RODRIGO DE CARVALHO

Análise da cobertura jornalística na eleição presidencial de 2006

As eleições de 2006 provocaram intenso debate sobre o papel e as características da imprensa brasileira. A cobertura jornalística dos principais veículos de comunicação foi considerada tendenciosa por diversos instrumentos de aferição, como o Laboratório Doxa-Iuperj e o Observatório de Imprensa. Além de diversos especialistas e jornalistas que cobriram e participaram do processo de investigação das notícias e elaboração das informações.

O episódio do Dossiê Tucano, evento crucial que levou a eleição presidencial para o segundo turno e enterrou a possibilidade de vitória petista em São Paulo, foi um dos momentos de acirramento do debate sobre a cobertura tendenciosa da imprensa nas eleições. As matérias publicadas por Raimundo Pereira na revista *Carta Capital*, demonstrando o conluio entre jornalistas ligados aos principais meios de comunicação – em especial, a Rede Globo e o delegado da Polícia Federal que vazou as principais informa-

ções e imagens da operação das prisões dos petistas envolvidos – são uma demonstração do funcionamento das grandes redações.

A partir da trapalhada dos petistas envolvidos, a mídia acabou por beneficiar o candidato tucano de forma decisiva, às vésperas das eleições presidenciais, com a divulgação das fotos do dinheiro e a ocultação de informações cruciais nas reportagens do escândalo do dossiê. À parte o reconhecimento de o dossiê ter sido importante para a geração de notícias, portanto, não se tratando da crítica de sua divulgação, a mídia acabou por transformar o fato em campanha, oferecendo dimensão desproporcional ao que se pode considerar como cobertura equilibrada.

Através do Doxa (Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública, grupo de estudos do Iuperj) foram feitos extensos monitoramentos dos principais jornais do país sobre a cobertura jornalística das eleições presidenciais em primeiro e segundo turnos. Foram analisados *Folha de S.Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

Candidato/Jornal	Folha de S. Paulo	O Estado de São Paulo	O Globo	Jornal do Brasil
Lula	Positiva 32,8 % Negativa 25,6% Neutra 41,6% 2º Turno Positiva 22% Negativa 32,5% Neutra 45,5%	Positiva 23,6% Negativa 43,6% Neutra 32,8% 2º Turno Positiva 19% Negativa 46% Neutra 45%	Positiva 20% Negativa 36,6% Neutra 43,4% 2º Turno Positiva 11% Negativa 45% Neutra 44%	Positiva 24,4% Negativa 29,1% Neutra 46,5% 2º Turno Positiva 22,5% Negativa 22,5% Neutra 55%
Alckmin	Positiva 29% Negativa 29,2% Neutra 41,8% 2º Turno Positiva 21,5% Negativa 36,5% Neutra 41%	Positiva 39,3% Negativa 26% Neutra 34,7% 2º Turno Positiva 34% Negativa 21,5% Neutra 44,5%	Positiva 26,3% Negativa 30,3% Neutra 43,4% 2º Turno Positiva 23% Negativa 27,5% Neutra 49,5%	Positiva 24,4% Negativa 26,8% Neutra 48,8% 2º Turno Positiva 21,5% Negativa 30,5% Neutra 48%
Helôisa Helena	Positiva 34,8% Negativa 15,5% Neutra 49,7%	Positiva 31,8% Negativa 14,3% Neutra 53,9%	Positiva 24,4% Negativa 18,8% Neutra 56,8%	Positiva 32,3% Negativa 18,7% Neutra 49%
Cristóvam Buarque	Positiva 22,2% Negativa 16,2% Neutra 61,6%	Positiva 37,8% Negativa 7,1% Neutra 55,1%	Positiva 35,4% Negativa 13,2% Neutra 51,4%	Positiva 24,4% Negativa 13,2% Neutra 62,4%

Fonte: Laboratório Doxa - IUPERJ

A pesquisa teve por base os registros de visibilidade (quantas vezes cada candidato foi citado em cada jornal) e valência (relação de matérias positivas, negativas e neutras dos principais candidatos). A definição de valências é o efeito potencial para cada candidatura, se beneficia ou prejudica com ou sem viés de parcialidade.

Foram consideradas matérias positivas as reproduções de programa de governo; promessas; declarações do candidato, do autor da matéria ou de terceiros, resultados de pesquisas ou comentários favoráveis ao candidato. As matérias negativas estão nas mesmas condições de análise, desfavoráveis ao candidato. Neutras são citações de candidatos sem avaliação moral, política ou pessoal dos candidatos.

A análise dos gráficos apresentados pelo Doxa são números aproximados considerando a cobertura de 17 quinzenas no primeiro turno e duas no segundo turno (exceção de Cristóvam Buarque que passou a ser acompanhado a partir de 12 de março), com cobertura a partir de 1º de fevereiro. É impor-

tante destacar que as quantidades de matérias publicadas são desiguais dadas à importância de cada candidatura na disputa. Os candidatos do PT e PSDB tiveram a maior quantidade de aparições, justificados pela polarização da campanha já verificada na análise anterior.

Os números apresentados pelo Laboratório Doxa não podem ser analisados de forma isolada ou descontextualizada em relação ao conteúdo de suas publicações, mas são uma pista de como foram tratados os candidatos durante a eleição. De maneira geral, podemos tirar por consequência que os candidatos da oposição obtiveram destaques positivos maiores que o candidato Lula, em especial, a candidatura de Helôisa Helena, insuflada pela imprensa para crescer.

Podemos verificar um segundo elemento: a comparação do percentual de matérias entre os jornais no que diz respeito aos candidatos Lula e Alckmin, visivelmente favorável ao candidato tucano, principalmente no 2º turno da eleição. A concentração inversamente proporcional entre Lula e Alckmin, com o

maior número de matérias negativas para Lula entre o final do 1º turno e início do 2º e como positivas para Alckmin neste mesmo período, num claro esforço da imprensa em forçar nova disputa e a conseqüente virada da oposição que não aconteceu.

A análise do conteúdo das matérias dos quatro principais jornais também oferece sinais de clara preferência pelo candidato do PSDB, tendo em vista as opiniões de seus colunistas e as matérias publicadas favoráveis às idéias, os projetos e as críticas da oposição a Lula.

Os jornais no Brasil não têm a tradição de declaração de apoio a candidaturas, diferentemente de outros países, como os EUA onde jornais tradicionais como *New York Times* defendem em seus editoriais as opiniões favoráveis tradicionalmente aos democratas. Ainda assim não se justifica a tendência de publicar notícias favoráveis a um ou outro candidato. O jornal tem o direito de emitir opinião e até apoiar candidaturas, mas a credibilidade jornalística, maior patrimônio do veículo de comunicação, pode ser questionada a partir dessas condições tendenciosas.

A análise estatística baseada no critério estabelecido pelo núcleo de pesquisa do Iuperj pode ser questionada, mas o comportamento político e o histórico destes veículos de comunicação dão razão para os números apresentados. Portanto, os jornais impressos não são isentos na produção de notícias. O que está em jogo em suas posições? Poderíamos considerar a produção da notícia como uma influência de composição de classe? Qual o impacto destas questões para a vida democrática do país?

A tendência do jornal

O jornal nasceu com o capitalismo e acompanhou o seu desenvolvimento, inclusive no seu processo produtivo. A notícia é o produto do jornal, já definido por diversos pensadores da comunicação e das ciências sociais. No Brasil, a sua característica é a oligopolização com poucos veículos capazes de ter ressonância regional ou nacional.

Para identificar a tendência de um jornal buscaremos a concepção estruturalista a partir da definição do jornal, e mais extensivamente da imprensa, como aparelhos ideológicos de Estado. Segundo Louis Althusser, a explicação do Estado enquanto agente re-

pressivo de uma classe sobre outra (a burguesia sobre o proletariado) lançando mão da justiça, da polícia e outros instrumentos jurídicos-legais não são suficientes para explicar a submissão de uma maioria sob uma minoria.

Os "Aparelhos Ideológicos de Estado" (AIE's) surgem para explicar uma nova forma de submeter uma classe à outra, através do convencimento de idéias, ou seja, pela disputa ideológica. Portanto, teremos nesta definição, além do aparelho repressor tradicional das classes dominantes, dados pelas leis e pela força, também uma estrutura de manutenção do sistema econômico e social a partir da educação, da religião, da cultura etc. Entre estes AIE's formulados por Althusser, está a comunicação (baseado na imprensa, rádio, tv etc). Portanto, "todos aparelhos ideológicos de Estado, sejam quais forem, contribuem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração. Cada qual contribui para este resultado único da maneira que lhe é própria" (Althusser, 1999, p. 121).

Os jornais assim como outros diversos veículos de informação, como aparelhos ideológicos de Estado, se renderam à ideologia neoliberal. Para o estudo de caso apresentado neste trabalho, a cobertura jornalística dos principais jornais brasileiros é tendenciosa para defender um determinado ponto de vista ideológico e entram na disputa política apoiando, mesmo indiretamente, uma candidatura mais identificada com seus ideais. Na disputa política os jornais funcionaram como instrumento de luta de idéias.

A defesa do mercado enquanto instrumento eficiente na regulação social faz com que eles tenham a defesa de posições políticas como as privatizações e a menor intervenção do Estado na economia. Enquanto empresas de comunicação, estes jornais também estão comprometidos com a defesa irrestrita da propriedade privada e têm interesses específicos que em algumas ocasiões podem interferir na notícia publicada.

Eles são veículos de comunicação tradicionais, acumularam ao longo dos anos muito prestígio na sociedade e hoje cumprem papel relevante na formação de opinião, e conseguem pautar outros veículos de comunicação de maior abrangência como rádios e tv's. O principal patrimônio continua sendo a credi-

bilidade de suas notícias, mesmo que o receptor da informação detecte a tendência do jornal.

Para Eugênio Bucci – mesmo considerando que a imprensa seja um negócio e a notícia uma mercadoria e com frequência transformadas em instrumentos do poder político e econômico – é a credibilidade o principal patrimônio desta empresa e sua perda fatalmente será o fim de seus negócios.

“A independência editorial, portanto, tornou-se pressuposto obrigatório para quem, em nome do cidadão, se investigue, se escreva e se publique as notícias. Quem entra no ramo de informar o público tem que oferecer informação independente, isto é, *informação voltada exclusivamente para atender o direito à informação*. De sorte que, embora a imprensa seja um negócio comercial e a notícia seja mercadoria, e embora jornais, revistas, emissoras de televisão e rádio e os sites jornalísticos na internet sejam rotineiramente transformados em instrumentos do poder econômico ou do poder político, a expectativa da sociedade continua a exigir, ainda que tacitamente, a independência editorial” (Bucci, 2000, p. 58).

Os jornais tentam demonstrar independência na produção da notícia e conseguem passar confiabilidade pelo corpo de profissionais que atuam nas redações, muito embora haja críticas severas à condução editorial apresentada entre esses profissionais, porque mesmo com todo esforço ético e profissional a decisão e a opinião emitidas pelos editoriais, principais colunistas e artigos de opinião são reflexos da opinião da empresa jornalística.

Nenhum destes jornais define claramente suas posições ideológicas preferindo utilizar o argumento do compromisso com a verdade. Ocorre que a verdade tem fatos e versões e sua interpretação incorre numa forma de visão que, em última instância, estará dirigido por uma concepção ideológica. Em referência aos manuais de redação – documentos que orientam o estilo e a conduta dos jornais, jornalistas e projeto gráfico e editorial – todos se identificam sem caráter ideológico ou defendem a pluralidade de pensamento. A *Folha* orienta assim, sobre questões ideológicas em seu manual de redação:

“Em documentos anteriores a este, a **Folha** cristalizou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apartidário. Tais valores adquiriram a sua característica doutrinária que está impreg-

nada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira nas últimas décadas. Cabe questionar, porém, à luz das transformações sumariadas acima, se a implementação desses valores não deveria passar por uma revisão também, até com a finalidade de sacudir o automatismo fixados de hábito.

Se a premissa destas notas está correta – ou seja, se o jornalismo atravessa um período de qualificação, que ultrapassa a ênfase normativa do período anterior, a decorrência é que aqueles valores devem ser tomados, também eles, de modo mais qualificado. Isso não significa que o jornalismo deva aplacar a sua disposição crítica, mas refiná-la e torná-la mais aguda num ambiente que não é mais dicotômico, no qual o debate técnico substituiu, em boa medida, o debate ideológico” (*Manual de Redação*, 2001, p. 17).

Com este entendimento cria-se uma falsa idéia de um jornal que não se influencia por critérios ideológicos, sendo superados por critérios técnicos da informação. Isto se deve, provavelmente, a uma visão da *Folha* de que as estruturas ideológicas tais como conhecemos estão superadas, em uma franca adesão ao pensamento pós-moderno do fim das matrizes iluministas.

Os jornais aqui estudados são instrumentos importantes para a defesa dos princípios do liberalismo econômico, inclusive em sua fase atual, o neoliberalismo, cumprindo um papel de formar opinião na sociedade, na emissão da mensagem a partir deste conceito ideológico. O mercado concentra os veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos ou famílias enquadrando a verdade em interesses privados muito específicos.

Portanto, os jornais analisados têm compromissos político e ideológicos definidos, fazem uma opção de classe muito clara. Cumprem um papel de aparelho ideológico de Estado fazendo com que as opiniões emitidas e mesmo notícias publicadas tenham uma tendência de apoio à ideologia dominante.

Não significa, contudo, que estes jornais estejam vinculados a todo e qualquer governo, partido ou personalidade política. Ao contrário, há compromisso com o sistema econômico e social, mesmo com pontuais críticas republicanas à corrupção, à miséria social ou a outros assuntos relevantes. Estas críticas e posições próprias de cada veículo de comunicação fa-

zem parte das características das lutas de idéias no seio do próprio liberalismo.

Os jornais aqui estudados estão comprometidos com a aplicação do neoliberalismo no Brasil por entenderem não haver alternativa no momento, considerarem o mercado como o mais eficiente mecanismo de regulação social.

O neoliberalismo, porém, proporcionou em pouco mais de duas décadas (1980-90) o completo desmonte de serviços estatais de proteção à sociedade: o desmonte de sistemas de distribuição de renda, previdência pública, compensações para desempregados e a desestruturação de serviços essenciais como saúde e educação. Tudo sob a alegação de tais responsabilidades não serem do Estado e de ser a sociedade que deve dar conta de regular essas demandas; quando muito, os governos devem aplicar modelos de assistência às camadas mais desfavorecidas com as chamadas políticas focalizadas.

Ele realizou o processo de privatização das empresas estatais para que o Estado não tivesse intervenção econômica de regulação de preços e estímulo ao desenvolvimento. Com a bandeira da globalização pressionou os países para uma abertura desregulada de seus mercados internos para a competitividade internacional, provocando a falência e a desnacionalização de muitas empresas nacionais. Tudo isto em favor da idéia auto-regulatória do mercado. Esta concepção existe pela cultura dos po-

derosos reproduzida por diversos instrumentos entre os quais a mídia.

A comunicação se transformou ao longo deste último século e é um dos principais elementos estratégicos na chamada luta de idéias. A mídia, enquanto estrutura econômica, necessita de abertura, sobretudo para não permitir o "monopólio da verdade". Entre as alternativas para a construção de uma sociedade mais democrática é o amplo desenvolvimento dos veículos de comunicação de massas com maior flexibilidade e oportunidade da constituição da pluralidade social na exploração do espaço mídia.

Outro elemento fundamental para uma mudança no comportamento tendencioso dos jornais é a pressão popular, ou seja, os seus leitores, a sociedade organizada através de suas representações e organizações, personalidades e intelectuais têm capacidade de fazer críticas capazes de alterar o pensamento editorialista desses veículos contaminados pela entidade empresarial.

É preciso resgatar o sentido iluminista do direito inalienável à informação, garantindo a amplitude e a pluralidade social, necessárias para a construção de uma sociedade mais democrática capaz de dar respostas alternativas ao pensamento único do neoliberalismo.

Rodrigo de Carvalho é sociólogo e mestre em Comunicação Social.

Referências

- Althusser, Louis. "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado", in *Um Mapa da Ideologia*, Contraponto, 1ª reimpressão, Rio de Janeiro, 1999.
- Bahia, Juarez. *Jornal, História e Técnica*, vol. 2, Ática, 4ª edição, São Paulo, 1990.
- Bucci, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*, Companhia das Letras, 1ª reimpressão, São Paulo, 2002.
- Manual de Redação*. Folha de S. Paulo, Publifolha, 6ª edição, São Paulo, 2001.
- Marcondes Filho, Ciro. *O Capital da Notícia*, Ática, 1ª edição, São Paulo, 1998.
- Moraes, Denis. "O capital da mídia na lógica da globalização", in *Por uma outra comunicação*, Record, São Paulo, 2003.
- Motta, Luiz Gonzaga. "Ideologia e processo de seleção de notícias", in *Imprensa e Poder*, Editora UnB e Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
- Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, Mauad, 4ª edição, Rio de Janeiro, 1998.
- Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública do IUPERJ sobre a eleição presidencial 2006. Disponível para download em <http://doxa.iuperj.br/eleicoes2006.htm>



Dos fundadores em 1992 às lutas atuais: 85 anos do Partido Comunista do Brasil.

Audácia

Chamamento do PCdoB em seu 85º aniversário

Mais do que nunca é necessário ao povo trabalhador entrar na política, fazer a sua política, a política maiúscula que liberta

Audácia. O Brasil precisa de audácia. O governo Lula precisa de audácia. Os movimentos populares, sindicais, estudantis e todos os demais devem pôr a audácia na ordem-do-dia. Este é um momento, uma oportunidade, uma chance de disputar com arrojo um rumo de desenvolvimento acelerado com valorização do trabalho.

O PCdoB faz este chamado às vésperas de completar, no próximo dia 25 de março, 85 anos, quase um século de lutas, sempre honrando sua bandeira. Ele brota da análise realista da situação concreta do mundo, da América Latina e do Brasil, que favorece o avanço.

O povo brasileiro elegeu e reelegeu Lula. Derrotamos o bloco conservador oposicionista-midiático-oligárquico. Reduzimos à defensiva a agenda dos juros de agiota, da privatária e dos “fundamentos” neoliberais, as “reformas” antitrabalhistas e as mutilações da liberdade. Pusemos na ordem-do-dia a agenda da

aceleração do crescimento, da distribuição da renda, dos direitos sociais e democráticos. Abrimos um novo ciclo no país.

Uma ventania político-social areja e renova a América Latina. Os povos mostram uma nova consciência nas urnas e nas ruas. Sepultam velhos esquemas de domínio, buscam os caminhos da libertação. Nosso sofrido continente hoje surge para muitos como um exemplo. Afirma-se. Une-se. Hasteia as bandeiras da independência, da integração, do socialismo.

O domínio do império norte-americano sobre o mundo já não é o de dez ou vinte anos atrás. Dá sinais de fadiga. Atolou nas guerras injustas do Iraque e do Afeganistão, onde não logra seguir adiante nem recuar em boa ordem. Isolou-se. George W. Bush tornou-se o homem mais rejeitado do planeta. Aonde vai, atrai atos de protesto e desprezo.

É este cenário que reclama audácia. É hora de ousar, atrever-se, impulsionar as mudanças, realizar o programa que o Brasil elegeu em 2006. A imprescindível união das forças transformadoras tem de ter este alvo e este ritmo. Necessita também trazer para a ação política as grandes massas do povo como for-

ça-motriz. Porque isso é indispensável para enfrentar a poderosa resistência do imperialismo e das forças conservadoras neoliberais.

O PCdoB quer ser um protagonista desta saudável ousadia para abrir caminho a um desenvolvimento democrático e soberano do país. Não o único, por certo, mas indispensável, que se inspira nos muitos gestos de audácia da sua longa trajetória.

O PCdoB chega a esta data com uma aguda noção do seu papel histórico, ontem, hoje e amanhã. Só o fato de atingir 85 anos (e que anos!) é um feito inédito em um país de partidos na sua maioria frágeis e conjunturais.

Desde a sua fundação em 1922, o Partido Comunista do Brasil tem servido de termômetro da democracia. Foi sempre o mais perseguido nos golpes, nas ditaduras e nas semidemocracias conservadoras. E floresceu nos clarões democráticos da vida nacional.

Agora, no rastro de tantos heróis e mártires, pela primeira vez toda uma geração de comunistas se forja no usufruto da legalidade. O Supremo Tribunal Federal vem de declarar inconstitucional a cláusula de barreira, embora sempre haja direitistas empenhados em ressuscitá-la. O PCdoB atua no Parlamento, participa do governo Lula, de administrações estaduais e municipais. Tudo isto é sintoma de saúde da jovem democracia brasileira.

Nas eleições do ano passado o PCdoB elegeu 13 deputados federais e, depois de 60 anos, um senador, sendo o quinto partido (7,5%) mais votado na eleição para o Senado. Ainda é, pois, eleitoralmente pequeno. Mas ele não é dessas siglas cuja vida se resume às eleições. Tem presença nas lutas do povo, nas batalhas dos movimentos sociais. Possui uma revista teórica com mais de 25 anos, um jornal com 83 anos, um portal na internet que se tornou referência da esquerda, uma escola nacional permanente. Conta com uma organização de juventude forte e vibrante. É a legenda que fará neste mês uma Conferência Nacional toda dedicada à Questão da Mulher e que está presente na luta anti-racista.

O Partido também tem consciência de suas lacunas e debilidades – de quanto foi construído e da complexidade do trabalho por realizar. Tendo reafirmado o proletariado como sujeito histórico principal das mudanças, grande esforço precisa empreender para conquistar o engajamento dos trabalhadores à

luta política presente e incorporá-los às suas fileiras. Sua militância, seu mais precioso patrimônio, embora já tenha se expandido, precisa ser reforçada com a filiação de mais e mais pessoas que desejem mudar o Brasil. Muito tem a avançar em seu diálogo com a intelectualidade progressista, com o mundo da cultura, tendo em vista o grande desafio de desenvolver e enriquecer a teoria revolucionária e com base nela empreender um domínio maior da realidade mundial e brasileira.

O PCdoB é essencialmente um partido de idéias e de lutas. Bebe das fontes da ciência e da cultura para fazer a ponte entre as lutas de hoje e os seus objetivos revolucionários. Constrói laboriosa e democraticamente sua coesão para fazê-la sólida, resistente aos embates da vida. Trabalha pela unidade das forças avançadas, patrióticas e democráticas, sem renunciar à sua independência. Busca elevar seus vínculos com os trabalhadores e as grandes massas do povo, porque sabe ser essa a força-motriz das transformações reclamadas pelo Brasil. O PCdoB canaliza essas diferentes frentes de lutas para a realização de seus objetivos programáticos:

- a soberania nacional,
- a democracia para o povo,
- direitos sociais ampliados,
- a integração latino-americana,
- o socialismo.

Sim, o socialismo. Socialismo que se renovou com as lições extraídas da história e que se renova com as lutas e as idéias do presente. Desse modo, a luta pela nova sociedade vive um novo período e se tornou ainda mais premente, um clamor que brota da realidade. Fantasia, desatino, delírio é julgar eterno o *status quo* capitalista.

É este o PCdoB que faz 85 anos em 25 de março. Aos que descreem da política, respondemos que entendemos seus motivos, mas rejeitamos sua conclusão. Mais do que nunca é necessário ao povo trabalhador entrar na política, fazer a sua política, a política maiúscula que liberta. E em nome dela é que chamamos o Brasil a ser audaz.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2007

**Comissão Política Nacional do
Partido Comunista do Brasil – PCdoB**

Obra de referência sobre a América Latina

Latinoamericana, Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe, SADER, Emir et alii. Boitempo, p. 1344, ISBN: 85-7559-084-7, R\$ 190,00.

A obra *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe* é pioneira, plural e tematicamente variada. Coordenada por Emir Sader, Ivana Jinkings, Carlos Eduardo Martins e Rodrigo Nobile é um instrumento fundamental de difusão e conhecimento de um espaço geográfico, social e cultural de dimensão muito maior do que a submissão com a qual foi historicamente identificado.

Concebida inicialmente pelo Laboratório de Políticas Públicas da UERJ e preparada durante dois anos por uma pequena equipe – dirigida na Boitempo por Aluizio Leite e Antonio Roberto Espinosa –, ela possui 980 verbetes, 1.040 fotos em cor, 95 mapas e 136 tabelas exclusivos, 21 gráficos e fichas com dados gerais sobre cada país da região. Concentra-se nos últimos 50 anos da história do continente e encerra um conjunto de quase 1.400 páginas, escritas por autores de cerca de 20 países, tratando da América Latina que emerge como um conjunto por meio de instituições e ações próprias.

Entre os 123 autores dos ensaios e verbetes da obra encontram-se alguns dos mais expressivos intelectuais latino-americanos: Álvaro García Linera, Ana Esther Ceceña, Anibal Quijano, Atilio Boron, Chico de Oliveira, Emir Sader, Fernando Martínez Heredia, Flávio Aguiar, Gerardo Caetano, Héctor Alimonda, Iná Camargo Costa, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Marcio Pochmann, Marco Gandasegui, Mike Davis, Néstor García Canclini, Pablo Gentili, Ricardo Antunes, Theotonio dos Santos, Tomás Moulian, Vivian Martínez Tabares, Wilson Cano e muitos outros. Do conselho consultivo fazem parte Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Galeano, István Mészáros,

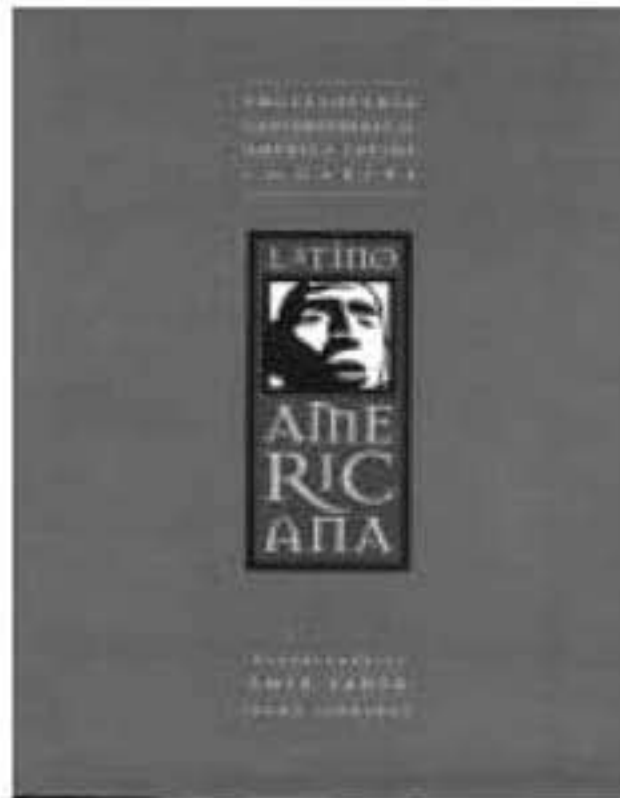
Marilena Chauí, Michael Löwy, Pablo González Casanova. E há ainda um extenso colégio de consultores formado por nomes como Aracy Amaral, Sergio de Carvalho, Leda Paulani, Juca Kfoury e muitos mais.

O projeto da *Latinoamericana* nasceu da necessidade de resgatar o continente, depois que políticas e concepções neoliberais rebaixaram nossos países a meros campos de investimento e de especulação. A bibliografia sobre a América Latina e o Caribe foi vítima da mesma degradação sofrida por nossas nações. À predominância do capital financeiro correspon-

deu a prioridade de concepções economicistas, com interesse especulativo, em detrimento da história, da cultura, das identidades, das relações e dos movimentos sociais – enfim, de tudo o que compõe a vida dos países latino-americanos e caribenhos. Recuperar essa riqueza e propiciar o intercâmbio de conhecimentos produzidos em nossa região são os objetivos principais da *Latinoamericana*. Uma obra essencial, de

referência, mas também de reflexão e debate sobre este pedaço do mundo e os povos que o compõem. Patrocinada por Petrobras, Eletrobrás e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e com apoio da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, ela pretende também ser mais um passo na importante integração da América Latina. A Boitempo responde por toda a parte editorial da enciclopédia: pela apresentação, pela forma – que compreende o projeto gráfico todo em cores e as imagens –, pela clareza e equilíbrio da linguagem – títulos, intertítulos, apresentação de tabelas, gráficos, mapas, fotografias e textos, incluindo tradução, correção ortográfica e gramatical, sumário, índices temático e onomástico, remissões intra e pós-textuais nos quase mil verbetes que compõem a *Latinoamericana*. (pedidos: anitagaribaldi.com.br)

Edvar Luiz Bonotto



Assine para ter *Princípios*



- Artigos dos mais conceituados intelectuais do país em uma só publicação.
- Idéias dos principais autores da mais nova geração de pensadores.
- Análises da conjuntura nacional e internacional.
- Temas de interesse nacional.



ASSINE E GANHE

Ao assinar *Princípios* por 3 anos, ou renovar a sua assinatura pelo mesmo período, você pode escolher de presente qualquer livro do selo Anita.



Não perca esta oportunidade !



Ao indicar um amigo para assinatura, você ainda ganha uma camiseta à sua escolha*

Você pode assinar pelo site
www.anitagaribaldi.com.br

Pelo telefone 11.32891331 com Claudia,
ou ainda enviar o cupom de assinaturas, da última página, pelo correio.

Assinatura anual: R\$ 45,00
Assinatura bienal: R\$ 85,00
Assinatura trienal: R\$ 115,00

Princípios

PRINCÍPIOS ON-LINE

Você tem acesso exclusivo ao conteúdo de edições anteriores
<http://www.vermelho.org.br/museu/principios/>

Princípios - uma publicação da Editora Anita Garibaldi
R. dos Franceses, 04 - Bela Vista - 01329010 - São Paulo - SP

CAIO PRADO JUNIOR

Se Caio Prado Junior estivesse vivo teria completado 100 anos no último 11 de fevereiro. Enquanto militante comunista – causa que abraçou na década de 1930 –, buscou construir uma interpretação original do Brasil, baseada no marxismo. Ajudou-o nesta árdua tarefa a sua formação interdisciplinar que abarcava a história, a geografia, a economia e a filosofia.

O intelectual paulista aliou a teoria à prática política e social. Para melhor entender seu país o percorreu por milhares de quilômetros de automóvel – um fusca de estimação –, observando de perto a situação do povo. Nas suas andanças pelo interior foi tomando contato com o Brasil profundo e reforçando suas opções políticas e ideológicas.

Foi vice-presidente nacional da Aliança Nacional Libertadora, deputado estadual pelo Partido Comunista do Brasil, cassado em 1948, preso político durante o governo Vargas e na ditadura militar, dirigente da Associação Brasileira de Escritores, fundador da Associação dos Geógrafos Brasileiros – um homem que colocou sua vida a serviço dos interesses do Brasil e dos direitos do povo.

Caio Prado Junior colhe assinaturas contra a cassação do Partido Comunista do Brasil em 1948

